



REVISTA HUMANAS ET AL. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 10, n. 16, p. 1-139, dez. 2021.

A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Escola U.E.B Padre Paulo Sampaio em Paço do Lumiar, MA.....	1-20
Autoras: Thamires Kelli da Silva Sousa; Claudia de Oliveira Vale	
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.....	21-30
Autores: Evanessa de Fatima Corrêa Marques Vieira; James Oliveira de Sousa	
AS IMPLICAÇÕES DOS ASPECTOS COGNITIVOS E AFETIVOS SOCIAIS A PARTIR DA ÓTICA PSICOPEDAGÓGICA.....	31-50
Autoras: Jorgiana Cristine Pontes Nascimento; Lília de Cássia Anchieta Soares Lobão; Suany Chis Castro Torres Salgado	
AS MÚLTIPLAS FORMAS DE INTERAÇÕES E OS PROFUSOS CONTEXTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS COMO CONDIÇÕES DE IGUALDADE E MULTILETRAMENTO ESCOLAR.....	51-61
Autoras: Ana Paula Pereira Chagas; Joelina Maria da Silva Santos	
IDADOS DE ENFERMAGEM NO MANEJO DA DOR NO RECÉM-NASCIDO: uma revisão Integrativa.....	62-76
Autores: Paulo Ion Feitosa Santos; Giselmo Pinheiro Lopes	
IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA SOB A PERSPECTIVA DO CUIDAR DO ENFERMEIRO: uma revisão integrativa.....	77-88
Autores: Cássia Roberta Silva Campos; Synnara Mohana Alves do Nascimento; Giselmo Pinheiro Lopes	
O PROFESSOR PESQUISADOR NO ENSINO SUPERIOR: a pesquisa associada ao saber prático docente para a formação do profissional da educação.....	89-106
Autoras: Elenn Priscila da Silva Correa Costa; Ana Luzia Ferreira Pinheiro Soares	
SAÚDE MENTAL: um olhar atento sobre as causas de suicídio em policiais militares no brasil e estratégias de prevenção.....	107-119
Autoras: Lilia Fernanda Carvalho Cruz; Távilla Araújo Resende; Vera Lúcia Lopes de Barros	
VIDAS URBANAS E A COVID 19: apontamentos sobre os impactos da pandemia nas periferias urbanas.....	120-139
Autora: Gisele de Fátima Cardoso Nunes	

A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Escola U.E.B Padre Paulo Sampaio em Paço do Lumiar, MA

LITERACY OF DEAF CHILDREN: acquisition of the Brazilian Sign Language (Libras) at the U.E.B Padre Paulo Sampaio School in Paço do Lumiar, MA

Thamires Kelli da Silva Sousa *
Claudia de Oliveira Vale **

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral, conhecer o processo metodológico da aquisição da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, na Unidade de Educação Básica Padre Paulo Sampaio, situada no município de Paço do Lumiar. Compreender esse processo é de suma importância, para que todos tenham conhecimento da realidade da alfabetização desses sujeitos, pois essa modalidade de alfabetização é indispensável para a inclusão desses alunos na escola e, conseqüentemente, na sociedade. O artigo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como metodologia usada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, por meio da qual foi realizada uma entrevista com a coordenadora pedagógica e com dois professores da classe especial das crianças surdas. Essa pesquisa foi viável, devido à possibilidade de analisar a verdadeira realidade em que se encontra o ensino que é oferecido para essas crianças. A partir dessas coletas de dados, foi possível conhecer as práticas desenvolvidas pelos professores, os recursos utilizados em sala de aula, além de algumas dificuldades encontradas por esses profissionais no que se refere à aquisição da LIBRAS.

Palavras-chave: Alfabetização, Criança, Surdez.

ABSTRACT

This article aims to know the methodological process of the Brazilian Sign Language acquisition (BSL), also known as LIBRAS, at the Basic Education Unit Padre Paulo Sampaio School, in the Paço do Lumiar city. Therefore this process is extremely important for everyone to have knowledge about the deaf literacy reality, because this literacy process is indispensable for this school student inclusion and consequently in society. This article is based on bibliographic research and field research, the methodology used was a qualitative exploratory research that an interview was conducted with the pedagogical coordinator and two deaf special education teachers. This research has been done due to the analyzing possibility the true teaching reality that is offered to these children. Through these data collections, it has been done to know the practices developed by the teachers, the resources used in the classroom, and to discover some difficulties faced by these professionals regarding the LIBRAS acquisition.

Keywords: Literacy. Kid. Deafness.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização de alunos surdos ainda é um assunto bastante discutido nos dias atuais, juntamente com a proposta de uma educação inclusiva, proposta essa iniciada em 1990, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia e, logo em

* Graduada do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: thamireskelli@hotmail.com

** Pedagoga. Graduada pela Universidade Federal do Maranhão UFMA, especialista em Educação Especial, Inclusão e Libras, Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão- PPGE/UFMA, professora de Libras do Instituto de Ensino Superior Franciscano IESF. E-mail: claudiavale.uemanet@gmail.com

seguida, com a Declaração de Salamanca em 1994, realizada na Espanha, que tinha como objetivo principal educar a todos em um mesmo espaço. Essas ideias foram, então, reforçadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN: nº 9.394/96, que garante às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, seja na rede privada ou pública de ensino, a aquisição da língua nativa dos surdos.

Indivíduos com essa necessidade especial ainda enfrentam muitas barreiras no meio social em que vivem, como por exemplo, a inclusão escolar e inclusão social, e o primeiro passo, para que essas barreiras sejam quebradas, é o oferecimento de uma alfabetização de qualidade para crianças surdas, logo nos anos escolares iniciais.

Esse direito à alfabetização ganhou força, a partir da criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e com o decreto 5.626/05, documentos legais que reconhecem a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como meio de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil, garantindo a oportunidade de ensino para essas pessoas.

O ensino de Libras é o processo inicial que permite à criança surda acesso integral à sociedade, pois muitas dessas crianças são filhos de pais ouvintes. E uma vez que a Libras é a primeira língua deles, faz-se importante a inserção desse público no meio social desde cedo, de modo que a escola propicie uma aprendizagem significativa.

A escolha do tema surgiu a partir da necessidade de análise sobre o atendimento que é oferecido à esses alunos, nesse primeiro momento de sua escolarização a fim de que possa contribuir para a inclusão desse indivíduo de forma autônoma na sociedade.

Com base no que foi exposto, o tema torna-se de grande relevância social, pois o intuito desta pesquisa é contribuir para o conhecimento e reflexão da realidade em que se encontra a alfabetização das crianças surdas no município de Paço do Lumiar, mais precisamente na escola UEB Padre Paulo Sampaio. Nessa perspectiva, compreender como ocorre o processo de alfabetização da criança surda, especificamente nessa unidade de ensino, torna-se a proposta fundamental deste estudo.

Diante disso, serão apresentados, neste artigo, os achados de um trabalho que se propôs a investigar as seguintes hipóteses: o processo de alfabetização prima pela memorização e letramento do aluno surdo? Os professores utilizam recursos visuais nos estímulos e compreensão da Libras?, Os alunos são alfabetizados na Libras (L1) e na Língua Portuguesa (L2)?

Este trabalho tem, portanto, como objetivo geral, conhecer o processo metodológico da aquisição da Libras pelas crianças e, como objetivos específicos, observar o processo de ensino aplicado em sala de aula que favoreçam a alfabetização e o letramento do surdo; descrever se os professores usam recursos visuais nesse processo; e analisar se os alunos são alfabetizados na L1 e L2.

Para auxiliar este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2010), “é uma pesquisa que se baseia em materiais já publicados, como livros, revistas, jornais, teses e eventos científicos”. Além disso, trata-se de uma pesquisa de campo que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los” (MARCONE; LAKATOS, 2008). Essas duas metodologias juntas tornam-se indispensáveis na elucidação de possíveis desafios encontrados para a formação da identidade do sujeito surdo.

O universo da pesquisa foi composto por alunos e professores da escola UEB Padre Paulo Sampaio e a amostra contou com a participação de 5 alunos e 2 professores da classe especial das crianças surdas. Vale ressaltar que essa classe especial é multisseriada, ou seja, contém crianças de várias idades e escolaridades diferentes. Embora a sala seja somente de alunos surdos, alguns demonstram outras deficiências.

A coleta de dados fez-se por meio de observação *in loco* que segundo Silva e Aragão (2012), “o ato de observar é fundamental para analisar e compreender as relações dos

sujeitos entre si e com o meio em que vivem”. Teve, assim, como instrumento de coleta de dados, entrevista com a coordenadora pedagógica e professores de alunos surdos. Ribeiro (2008) cita várias vantagens da utilização da técnica da entrevista, como: a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo, viabilizar a comprovação e o esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada e o fato de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura.

2 HISTÓRICO GERAL DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Na Antiguidade, 476 d. C., em Roma, os surdos eram considerados pessoas incapazes, eram castigadas ou enfeitadas. Ademais, a maneira com que resolviam o problema da surdez era por meio do abandono ou eliminação física, muitos eram jogados no rio Tevere. Somente conseguiam sobreviver aqueles que conseguiam sair do rio ou eram escondidos por seus pais. Mas a liberdade não era alcançada, eles acabavam tornando-se escravos de senhores ouvintes e sendo obrigados a realizar serviços braçais dentro de moinhos de trigo.

Na mesma época, no Egito e na Pérsia, os surdos já eram vistos de outra maneira, eram considerados criaturas privilegiadas. Nesse contexto, o povo acreditava que os surdos eram capazes de se comunicar em segredo com os deuses. Eles não eram educados como os demais, pois a sua forma de comunicação era diferente, a qual a sociedade desconhecia e não tinha domínio.

Na Idade Média, a igreja católica considerava que os surdos não podiam ser imortais, eram proibidos de receber a comunhão, pois eram incapazes de confessar seus pecados. Também havia decretos bíblicos que proibiam a união de duas pessoas surdas, o casamento só era concedido àqueles que recebiam favor do Papa.

Na Idade Moderna, século XVI, começam a surgir relatos de experiências educacionais com crianças surdas. O médico e filósofo italiano Girolamo Cardano interessa-se em estudar o caso do seu filho surdo. Reconhecendo as habilidades da pessoa surda, afirma que a surdez e a mudez não impedem o desenvolvimento da aprendizagem.

Na Espanha, tem-se a contribuição de Pedro Ponce de León, monge beneditino que recebeu créditos como o primeiro professor para surdos. O trabalho realizado com as crianças surdas focou em ajudá-las a aprender como escrever a língua. Desenvolveu um alfabeto manual que permitiria ao seu aluno aprender a soletrar toda palavra (letra por letra).

De acordo com Lacerda e Santos,

Pedro Ponce Leon estabeleceu um método formal para a educação de surdos em um monastério de Valladolid. Inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia a dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis. Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlangar e Pedro se tornou padre, com a permissão do papa. Ainda, Pedro Leon criou métodos para educar surdos por meio de datilologia, escrita e oralização e criou também uma escola para professores surdos. Após sua morte, não houve publicação e seu método caiu no esquecimento, pois a tradição na época era guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 67).

Já no século XVIII, foi desenvolvida a Antiga Língua de Sinais Francesas (ALSF) pelo abade Charles Michel de L’Epée que fundou a primeira escola pública da história voltada para a educação de pessoas surdas, cujo nome era “Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris”. Essa iniciativa surgiu quando L’Epée voltou sua atenção para obras de caridade em uma

zona pobre de Paris, onde encontrou duas irmãs surdas se comunicando através da língua de sinais. A partir disso, decidiu dedicar-se à salvação dos surdos.

A Antiga Língua de Sinais Francesa (ALSF) é considerada a língua mais antiga de sinais da Europa. Era a língua de sinais pertencentes à comunidade das pessoas surdas de Paris.

Pela primeira vez, na França, um grande grupo de crianças surdas estava convivendo e foi essa geração de falantes nativos que desenvolveu a AFSF, tornando-a uma língua propriamente dita. A junção da SFSL, sinais metódicos e, possivelmente, outras influências acabaram por desenvolver a LSF (Langue des Signes Française).

No ano de 1855, o professor surdo francês H Ernest Huet chega ao Brasil com o consentimento do imperador Dom Pedro II, com a intenção de fundar uma escola para pessoas surdas e instruí-las por meio da LSF (Língua de Sinais Francesa). Fundou ainda a escola de surdos Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES no Rio de Janeiro em 1857. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 69).

Pode-se observar, assim, que a Língua Brasileira de Sinais Libras e a Língua Americana de Sinais (ASL) têm como influência comum a Língua de Sinais Francesa (LSF), pois a escolarização formal das pessoas surdas brasileiras e americanas foi bastante influenciada pelos primeiros educadores surdos que vieram da França para a constituição das primeiras escolas para surdos nos dois países. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 69).

Alexander Graham Bell, foniatra e inventor do telefone, em 1870, publicou vários artigos, nos quais criticava o casamento entre pessoas surdas, além da cultura surda e das escolas residenciais para surdos, pois acreditava que eram fatores que favoreciam o isolamento dos surdos da sociedade. Ele não era a favor da língua de sinais, para ele, essa não propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos.

Em 1878, acontece em Paris o I Congresso Internacional sobre a instrução de surdos. Nesse congresso, os debates promoveram a importância do papel da família na educação e a integração social do surdo. Esse evento também ocasionou alguns ganhos civis para os surdos, como o direito de assinar documentos, o que os tirou da completa marginalidade social em que viviam. Mas, sua total integração social ainda estava longe de acontecer.

O II Congresso Internacional de Surdo-Mudez aconteceu em Milão, na Itália, em 1880, e foi considerado um marco histórico para a corrente oralista. Esse congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por vários especialistas ouvintes na área da surdez, todos em questão eram defensores do oralismo puro. Foi, então, organizada uma votação para escolher o melhor método para a educação de surdos, se era por meio do oralismo, da língua de sinais ou de ambos. Infelizmente, os professores surdos não tiveram o direito de votar e foram excluídos do congresso.

O método escolhido foi o oralismo, dos 164 participantes ouvintes, somente 5 participantes dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. Com isso, houve a proibição oficial da língua de sinais, pois para os especialistas, essa língua destruí a capacidade de fala dos surdos. Alexander Graham Bell teve grande influência no referido congresso. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 70).

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, sofreu a influência das decisões do Congresso de Milão, e, por conseguinte, foi proibido oficialmente o uso da língua de sinais nas salas de aula, mas mesmo com a proibição, os alunos se comunicavam escondidos dos professores e funcionários, usavam a língua de sinais nos corredores e nos pátios da escola. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 70).

Entretanto, apesar das intenções de integração, não se pode dizer que o método oralista tenha tido sucesso indiscutível em atingir seus objetivos.

O oralismo é uma experiência que apresenta resultados nada atraentes para o pleno desenvolvimento da linguagem e da comunidade dos surdos.

Para Duffy (1987 *apud* QUADROS, 1997, p. 23),

[...] apesar do investimento de anos da vida de uma criança surda na sua oralização, ela somente é capaz de captar, através da leitura labial, cerca de 20% da mensagem e, além disso, sua produção oral, normalmente, não é compreendida por pessoas que não convivem com ela (pessoas que não estão habituadas a escutar a pessoa surda).

Assim, a língua de sinais começou a ganhar novamente a atenção dos educadores de surdos, que acabaram por desenvolver outras filosofias para o atendimento desse aluno. Filosofias como a comunicação total e o bilinguismo surgiram.

A redenção dos Sinais só começou a tornar-se realidade a partir dos estudos pioneiros do linguista americano Willian Stokoe, em 1960, sobre a língua americana de sinais (ASL). A partir da observação do referido linguista no modo como os surdos sinalizavam entre si na universidade em que lecionava, foi possível perceber que a língua de sinais utilizada pelos surdos tem estrutura e função semelhante a outras línguas.

Com base em suas pesquisas, criou termos próprios para classificar os elementos compostos da ASL, como:

- Sinal: a menor unidade da língua de sinais com significado;
- Gesto: movimento comunicativo não analisável linguisticamente;
- Quirema (do grego: kiros = mãos): conjunto de posições, configurações ou movimentos que tenham a mesma função na linguagem, o ponto de estrutura da língua de sinais (análogo ao “fonema” nas línguas orais);
- Alocação: qualquer um dos conjuntos de configurações, movimentos ou posições, i.e., quirema, que sinaliza identicamente na língua. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 30).

Além disso, criou três parâmetros: configuração de mão (C.M), locação da mão (L) e movimento da mão (M).

O trabalho de Willian Stokoe teve grande reconhecimento nos meios linguísticos no mundo todo, pois ele era evidência científica de que a comunicação sinalizada apresentava semelhanças entre as línguas, pois todas são estruturadas a partir de unidades mínimas que formam unidades mais complexas, ou seja, todas possuem os seguintes níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico.

Além de Stokoe, outros estudiosos contribuíram com sua pesquisa. Um desses estudiosos foi Battison, ele criou mais dois parâmetros para serem acrescentados aos três já existentes de Stokoe, orientação da mão (O.R) e aspectos não manuais (NM), pois observou que a mudança desses dois parâmetros mudaria por completo o significado do sinal realizado.

De acordo com histórico apresentado, pode-se perceber que esses acontecimentos foram de grande influência no desenvolvimento da educação de surdos, pois, ao reconhecerem que esse público deveria aprender a língua de sinais, acabaram por identificar o sujeito surdo como ser humano constituído por uma língua própria, diferente da língua utilizada pela maioria.

3 RECONHECIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua oficial da comunidade surda no Brasil. Assim como as pessoas ouvintes em países diferentes falam diferentes línguas, o mesmo acontece com pessoas surdas por toda parte do mundo, possuem suas próprias línguas. Existem, portanto, muitas línguas de sinais diferentes, como: a Língua de Sinais Francesas (LSF), Língua Americana de Sinais (ASL), entre outras.

Conforme foi comentado anteriormente, o estudo linguístico da ASL, realizado pelo linguista Willian Stokoe, foi o ponta pé para as pesquisas das línguas de sinais de todo o mundo.

Essa iniciativa contribuiu, para que os movimentos surdos de vários países surgissem com o ensejo de reivindicação de um reconhecimento de sua língua.

Esse movimento no Brasil teve início na década de 1980 e contou com a participação da comunidade surda, estudiosos surdos e também com ouvintes que se sensibilizaram com as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos em diversas áreas na sociedade.

O reconhecimento da Libras como língua só foi possível com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece

como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS [...] forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a forma por primazia pela qual a criança surda adquire a linguagem de forma totalmente natural, permitindo-lhe um pleno desenvolvimento integral de suas capacidades comunicativas e expressivas.

Três anos depois, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei 10.436 e faz uma série de determinações, a saber:

[...] a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

Pode-se observar que esta política de educação garante a dinâmica da inclusão de alunos com necessidades educativas específicas na rede comum de ensino, destacando principalmente, nesse contexto, crianças, jovens e adultos surdos que agora estão amparados por uma legislação que visa atender às suas necessidades educacionais, como a presença de intérprete de libras em sala de aula e a promoção da educação bilíngue.

4 A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇAS SURDAS

A alfabetização da criança surda tem se tornado um assunto muito pertinente a ser discutido nos dias de hoje, haja vistas que essa modalidade educativa é o processo que permite o acesso desse indivíduo em sociedade, além de possibilitar uma leitura melhor do mundo que o cerca. Esse procedimento torna-se importante por estar diretamente entrelaçado à proposta de uma educação inclusiva.

As inovações educacionais vêm ganhando destaque à medida que a sociedade vai abrindo caminhos, para que a inclusão desses indivíduos ocorra de forma significativa, e não isolada.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) 9.394/96 transmite claramente em seu art. 58 que

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º

<http://www.iesfma.com.br/index.php/revista>

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996)

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 208, declara que o atendimento aos deficientes deve ocorrer junto com os demais dentro da rede regular de ensino, havendo, quando necessário, apoio especializado para atender o público da educação especial.

A Declaração de Salamanca de 1994 vem reforçar o direito do aluno surdo à educação através da língua de sinais, como versa em seu art. 21:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (SALAMANCA, 1994, p. 18).

A alfabetização de surdos deverá ocorrer, primeiramente, em sua língua materna, por meio da qual, o sistema de ensino deverá assegurar a esses alunos currículos, técnicas, métodos diversificados e recursos educativos, de acordo com suas necessidades. Deverá também oferecer professores capacitados para o ensino da língua de sinais e para o ensino da língua portuguesa como sendo sua segunda língua (L2), oferecendo assim uma educação bilíngue para esses alunos.

Lembrando que os surdos deverão, aprender a língua de sinais como primeira língua (L1), pois será através dela que ele conhecerá o mundo e garantirá sua independência e depois ou paralelamente poderá ser exposto a modalidade escrita da língua oficial do seu país, no caso do nosso país, a língua portuguesa. Para tanto, o ensino do português deverá contar com recursos visuais para a melhor compreensão dos alunos surdos.

Segundo Honora e Frizanco (2009, p. 43), a alfabetização de alunos com deficiência auditiva em nada se difere da alfabetização de um aluno ouvinte, visto que o aluno com deficiência auditiva utilizará pistas auditivas e articulatórias para a construção da escrita. Entretanto, os professores devem dispor de muito mais recursos didático-pedagógicos, quando se trata de uma turma com surdos e ouvintes, principalmente os visuais; no entanto, esse tipo de material não é disponibilizado pelas instituições responsáveis pela organização, administração e regulamentação das unidades de educação básica públicas no país.

A busca por uma alfabetização de qualidade requer profissionais que conheçam as concepções e paradigmas que determinem o trabalho educacional com o surdo, refletindo sobre os processos e propostas de ensino a serem adotados nas diferentes áreas do conhecimento (educação L1 - língua de sinais, L2 - língua portuguesa).

O desafio maior que se apresenta no momento é de formar professores bilíngues (língua de sinais e português), para atuarem no ensino superior, na formação de outros profissionais, para garantir o acesso e a permanência de surdos na educação.

5 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PELAS CRIANÇAS SURDAS

O trabalho desenvolvido com os indivíduos surdos, ao longo dos séculos, ainda se mostra como um grande desafio, haja vista que isso ocorra pelo fato de o indivíduo não ouvir, mas o que realmente se torna um problema para as pessoas que não entendem e nem conhecem

a surdez e o indivíduo surdo é o fato de ele não poder falar. Esse fato nos remete a questões de linguagem, linguagem oral e língua de sinais, enfatizando que esse conjunto contribui, para que o indivíduo surdo tenha um desenvolvimento de forma plena nas áreas sociais, cognitivas e psíquicas, da mesma forma que acontece com os indivíduos ouvintes.

Sabe-se que a aquisição da língua acontece de maneiras distintas entre o indivíduo ouvinte e o indivíduo surdo, e é importante enfatizar que esse processo na pessoa ouvinte está diretamente ligada ao canal auditivo, pois ele acaba respondendo aos estímulos ao que ouve. Se escuta algo, ele dá sentido ao que escutou e acaba adquirindo, de forma natural, a linguagem, pois a linguagem faz parte do contexto que ele está inserido.

Mas esse processo não acontece da mesma forma para o indivíduo surdo, que, em muitas das vezes, trata-se de filho de pais ouvintes. Nesse caso, a percepção do mundo acontece de forma muito concreta, eles não conseguem entender o que está sendo transmitido pela linguagem. Em alguns casos, eles podem perceber um ou outro som, e mesmo assim, eles não conseguirão fazer as mesmas associações que as crianças ouvintes fazem de forma natural. A família, preocupada com o atraso da linguagem de seu filho, acaba por procurar ajuda médica e fonoaudióloga atrás de medicinas reabilitadoras, como: aparelhos auditivos e implantes cocleares e apesar disso, percebe que a linguagem não se desenvolve de forma natural.

As pesquisas de Petitto e Marantette (1991 *apud* FERNANDES, 2015, p. 19-20) revelaram que:

[...] os seres humanos (ouvintes e surdos) balbuciam naturalmente, aos três meses de idade, tanto em língua de modalidade oral, quanto em de modalidade sinalizada. [...]. O fato de crianças ouvintes não desenvolverem a língua de sinais após o balbucio se deve apenas ao fato de não estarem expostas a ela (bem como crianças brasileiras desenvolvem a aquisição do português e não do inglês, se não estiverem expostas a essa língua, por exemplo). Do mesmo modo, o fato de crianças surdas não desenvolverem a língua oral-auditiva após o balbucio se deve ao fato de não estarem expostas a ela, naturalmente, por causa da surdez. É uma constatação óbvia. Deveria, no entanto, ser igualmente óbvio que o balbucio nas duas modalidades linguísticas é uma constatação de quão imprescindível a natureza humana demonstra ser a aquisição da língua nas fases naturais a sua maturação. Também deveria ser óbvio que uma criança surda não conseguir adquirir uma língua de modalidade oral-auditiva no tempo necessário exigido para o seu desenvolvimento.

Nesse caso, para que a aquisição da linguagem ocorra de forma plena na vida da criança surda, é importante que os pais estejam atentos aos sinais de surdez, de modo que possam inserir seus filhos o mais cedo possível para terem contato com os falantes nativos da sua língua materna. A Libras tem que estar presente no universo da criança surda da mesma forma que a língua oral está presente no universo da criança ouvinte. Somente assim poderá adquiri-la de forma plena.

De acordo com Quadros (2005),

Quando a criança surda tiver a chance de, no início do seu desenvolvimento, contar com os pais dispostos a aprender a língua de sinais, com adultos surdos, com colegas surdos, quando ela narrar em sinais e tiver escutas em sinais, a dimensão do seu processo educacional será outra.

Percebe-se então que o papel da língua de sinais é indispensável no desenvolvimento da linguagem da criança surda. Então, por desempenhar as funções de uma língua, a LIBRAS poderá cumprir o papel que a linguagem oral tem na criança ouvinte.

Para Fernandes (2015, p. 18),

,

[...] através da aquisição de um sistema simbólico, como é o da língua, o ser humano descobre novas formas de pensamento, transformando sua concepção de mundo. Tendo em vista essas colocações, torna-se bastante claro, portanto, que propiciar à pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo as fases naturais de sua aquisição, é fundamental ao seu desenvolvimento.

A aquisição da linguagem inicia precocemente, ou seja, assim que o bebê começa a estabelecer relação com seu meio. Processo esse que ocorre de forma natural e espontânea, sem qualquer processo de intervenção. A criança acaba adquirindo a linguagem na interação com as pessoas que se encontram a sua volta, ouvindo ou vendo a língua de sinais. Por mais que a linguagem envolva processos complexos, a criança “sai falando” ou “sinalizando”, quando se depara com oportunidades de usar a língua ou as línguas. Toda e qualquer criança é capaz de adquirir a linguagem quando dispõe das oportunidades naturais de aquisição. No caso de crianças surdas que são filhos de pais surdos, esse processo ocorre naturalmente na língua de sinais.

A seguir, no quadro abaixo, destaca-se uma síntese de aquisição e desenvolvimento da linguagem, com base nos seguintes autores Ruiz e Ortega (1993); Petitto e Marantette (1991); Boone *et al.*, Aimard (1998); e Quadros (1997), que se aplica tanto à língua falada quanto à língua de sinais.

IDADE	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Do 01° ao 03° mês	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de sons guturais. Sorriso social. Choro com intenção comunicativa. Emissão de vocalizações. Emissão de sons vocais e consonantais. Murmúrios. Emissão de produção manual.
Do 04° ao 06° mês	<ul style="list-style-type: none"> • Início do balbucio: escuta e joga com seus próprios sons ou gestos e trata de imitar os sons ou a produção manual, emitidos pelos outros.
Do 07° ao 09° mês	<ul style="list-style-type: none"> • Enriquecimento da linguagem infantil. Aparecimento das primeiras sílabas orais ou manuais. Idade dos monossílabos (oral: “bo” pode significar consistentemente “bola” e a configuração de mão aberta no rosto pode significar de forma consistente “mãe”).
Do 10° ao 12° mês	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiras palavras em forma de sílabas duplas (“mama-papa”) e de forma análoga sinais repetidos, compreendendo a entonação/ a expressão facial associada às frases/ que acompanha a fala ou a sinalização.
Do 12° ao 18° mês	<ul style="list-style-type: none"> • Sabe algumas palavras. Compreende o significado de algumas frases habituais do seu entorno. Acompanha sua fala com gestos e expressões. Pode nomear imagens. Compreende e responde a instruções. Seu vocabulário compreende cerca de 50 palavras. Frases holofrásticas (uma palavra pode representar uma frase completa).
Aos 02 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Usa frases com mais de um elemento. Usa substantivos, verbos, adjetivos e pronomes. Primeiras combinações substantivo-verbo e substantivo-adjetivo. Uso frequente do “não”. Seu vocabulário varia de 50 a algumas centenas de palavras.
Aos 03 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem compreensível para estranhos. Usa orações. Começa a diferenciar tempos e modos verbais. Idade das “perguntas”. Usa artigos e pronomes. Inicia singular e plural. Há chamada “explosão de vocabulário”, ou seja, a criança incorpora ao seu dicionário mental uma quantidade grande de palavras.
Aos 04 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora a construção gramatical e a conjugação verbal tanto na língua falada como na língua de sinais. Usa elementos de ligação. Joga com as palavras.

	Etapa do monólogo individual e coletivo (a criança conversa consigo mesma em sinais ou usando a fala).
Aos 05 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Progresso intelectual que conduz ao raciocínio. Compreende termos que estabelecem comparações. Compreende contrários. É capaz de estabelecer semelhanças e diferenças, noções espaciais etc., construção gramatical equivalente ao padrão do adulto. A partir desta fase, incrementa o léxico e o grau de abstração. Uso social da linguagem.
06 anos em diante	<ul style="list-style-type: none"> • Progressiva consolidação das noções corporal, espacial e temporal. Lectoescrita. Aquisição dos últimos aspectos da linguagem, ou seja, construção de estruturas sintáticas mais complexas de forma progressiva.

Fonte: QUADROS R. M. d.; CRUZ C. R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre. Artmed, 2011, p.16

6 ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS COMO SEGUNDA LÍNGUA

O ensino da Língua Portuguesa, como sendo a segunda língua para os surdos, tem se tornado um desafio a ser enfrentado nos espaços educacionais. O primeiro desafio gira em torno dos professores que deverão ensinar o português para indivíduos que desconhecem a oralidade. Essa dificuldade não decorre da surdez em si, mas da falta de conhecimento da Língua Portuguesa falada, pois o diálogo entre as duas línguas se diferencia quanto à estrutura e ao modo de funcionamento.

Lembrando que, antes de se dar início ao processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, é indispensável o desenvolvimento da LIBRAS para esses sujeitos, pois sem esse processo não poderão se expressar e narrar a si mesmo, dificultando a inclusão de outra língua em seu mundo.

Para Vygotsky (1931 *apud* LACERDA; SANTOS, 2013, p. 172),

[...] se o desenvolvimento da linguagem exterior precede a interior, a linguagem escrita aparece depois da interior e pressupõe sua existência. No entanto, embora seu desenvolvimento dependa de um diálogo contínuo com o discurso interior (condensado ao extremo), diferencia-se deste por ser desenvolvida e refinada ao máximo. Deste modo, no caso de crianças surdas cuja aprendizagem pressupõe aprender outra língua, deve ser propiciada a elas o estabelecimento de um diálogo com sua primeira.

Entende-se, assim, que a escrita é uma relação com a linguagem do pensamento e das ideias e estabelece uma relação com a linguagem interior que surge no processo de apropriação da primeira língua (L1).

O ensino da Língua Portuguesa escrita visa o aprendizado de sua estruturação gramatical. Então, para uma melhor compreensão dos alunos, os professores deverão repassar esse ensinamento de forma significativa.

De acordo com Lacerda e Santos,

As relações com a linguagem escrita devem ser desenvolvidas a partir da leitura de diversos gêneros discursivos, considerando, inicialmente, os discursos em LIBRAS trazidos pelos alunos. Para tal atividade, deve-se trabalhar com textos de diferentes esferas de circulação social, historicamente determinados, sempre postos em diálogo com outros, pois a prática de leitura é entendida como um diálogo infinito com os conhecimentos apreendidos e desenvolvidos no decorrer da vida, com os discursos dos outros e com os diferentes textos constitutivos daquele em foco na leitura. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 177).

Devemos considerar que a produção escrita dos surdos será a de um “estrangeiro” no uso da língua portuguesa. Tendo a LIBRAS como base, suas marcas serão sentidas nos textos escritos por eles. Pensando assim, é previsto por lei que, para o acesso dos indivíduos surdos à educação, sejam inseridos

[...] mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005).

Observa-se que o ensino da língua portuguesa, como segunda língua (L2), pode ocorrer, desde que os processos educacionais respeitem o desenvolvimento linguístico das crianças, conhecendo suas particularidades linguísticas e as questões que permeiam seu desenvolvimento e aprendizagem.

7 ASPECTO HISTÓRICO DO CAMPO DE PESQUISA

A Unidade de Educação Básica Padre Paulo Sampaio está situada na avenida 08, quadra 09, nº 01, Bairro Maiobão, município de Paço do Lumiar, MA. A escola possui prédio próprio, com INEP nº 21295409, e CNPJ 22.768.872/0001-37. Inicialmente, era especializada no atendimento de Educação Infantil (Creche e Pré-escola), com alunos de 3 a 5 anos de idade. Posteriormente, no ano de 2011 a 2013, passou a atender o público do 1º ano do Ensino Fundamental, com uma turma pela manhã e outra pela tarde.

No ano de 2014, a escola estava com um projeto, instituído pela Secretaria de Educação de Paço do Lumiar, destinado ao ensino em tempo integral, o qual não se consolidou devido a problemas estruturais no prédio. Foram criadas, assim, duas Classes Especiais multisseriadas destinadas a alfabetizar, em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), alunos surdos. Em 2015, a escola funcionou em tempo parcial, matutino e vespertino, com 191 alunos matriculados e com 7 salas em funcionamento, totalizando nos dois turnos 14 salas.

No ano de 2016, foi solicitada a desocupação do prédio pela prefeitura municipal de Paço do Lumiar para reforma. Diante disso, mudaram-se em abril e estão funcionando temporariamente no CAIC, localizado na avenida 13, S/N, Maiobão. Vale ressaltar que essa mudança de endereço ocasionou a desistência de matrícula de vários alunos. Em decorrência disso, houve fechamento de turmas e devolução de funcionários.

A escola está situada em um bairro com alto índice de violência e com uma população de baixa renda. A maioria dos alunos é oriunda de famílias de nível socioeconômico cultural baixo. Os pais ou responsáveis por esses alunos vivem com um baixo nível salarial. Dessa forma, a escola enfrenta grandes desafios sociais, pedagógicos, administrativos, estruturais e financeiros, sofrendo influência direta da comunidade na qual está inserida.

Concomitantemente aos problemas sociais, a escola enfrenta problemas estruturais emergentes. Apesar da escola possuir um prédio próprio, nunca foi efetivada a reforma e a manutenção e, até a presente data, continua utilizando as instalações do prédio do governo federal, cedido pelo estado, que apresenta problemas na infraestrutura, com infiltrações, vazamento, com os gradeados em volta danificados, desgastes na estrutura hidráulica e elétrica. Vale lembrar que boa parte das metas almejadas depende de uma parceria entre secretaria, prefeitura e escola.

A escola vem procurando melhorar o desenvolvimento de sua atuação como instituição educacional, tendo como principal meta o ensino aprendizagem efetivo. Para tanto, muitas conquistas e avanços são notados nas atividades desenvolvidas com a participação da

comunidade escolar, baseados em princípios da democratização do ensino e priorização da aprendizagem. Persistem alguns problemas de ordem estrutural que se espera poder resolver. Por essa razão, é feito um planejamento de ações, visando mudanças a serem alcançadas.

7.1 Aspecto físico

Atualmente, a escola conta com 7 salas de aula, divididas pelas seguintes modalidades:

- Matutino: 02 creches, 02 infantil I, 02 infantil II e 01 classe especial.
- Vespertino: 01 creche, 01 infantil I, 01 infantil II e 01 classe especial.
- 6 banheiros;
- 1 sala de diretoria;
- 1 depósito;
- 1 cozinha;
- 1 secretária;
- 1 biblioteca.

7.2 Recursos humanos

- 01 diretora geral;
- 01 diretora adjunta;
- 01 coordenadora pedagógica;
- 09 professores da educação infantil;
- 03 instrutores de libras;
- 02 auxiliares de desenvolvimento infantil;
- 02 merendeiros;
- 02 auxiliares de serviços gerais;
- 01 agente de portaria
- 02 vigias;
- 01 tutor.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram aplicados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro foi a observação acerca do processo metodológico dos professores na alfabetização das crianças surdas. Ao passo que, como segundo instrumento de coleta de dados, foi aplicada uma entrevista com os dois professores da classe especial, sendo um do turno matutino e o outro do turno vespertino, objetivando-se entender como ocorre e como deve ocorrer o processo de alfabetização dessas crianças, destacando o ponto de vista desses profissionais acerca da importância de incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), nos primeiros anos de vida dessas crianças.

PROFESSORES	TURNO	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
Professor A	Matutino	Letras/Português e pós-graduação em Libras e práticas pedagógicas à educação bilíngue para surdos.	14 anos
Professor B	Vespertino	Pedagogia e Letras/Libras	18 anos

O primeiro questionamento foi para descobrir a idade ideal para ser inserido o ensino da LIBRAS para essas crianças. O professor (A) respondeu que “a libras deve ser ensinada à criança surda desde cedo, por ser a língua materna principal desse aluno específico. Assim como as crianças ouvintes já aprendem a oralizar desde cedo, pois seus pais são nativos da Língua Portuguesa. Os surdos necessitam ter contato assim que nascem para garantir seu desenvolvimento linguístico e cognitivo”.

Já o professor (B) limitou-se em responder que a idade ideal para o ensino da LIBRAS é 3 anos.

Giroletti também concorda com a fala do professor A, quando afirma que:

A maioria das crianças não vai ter acesso à Língua de Sinais em casa como L1, é na escola que entram em contato com a Língua de Sinais e começam a aprender, entretanto efetivamente no processo de aquisição de língua. Isto vai depender se desde a educação infantil a criança terá este acesso, pois também é outra realidade dura de ser vivida, sendo que os coordenadores e organizadores de ensino dos municípios onde detém a educação infantil, muitas vezes não compreendem que ela deve estar em contato com Língua de Sinais desde cedo, alegam que a criança não sabe Libras. E não vai saber se não iniciar, assim como com a criança ouvinte, as pessoas conversam com ela e elas também ainda não sabem falar. (GIROLETTI, 2017, p. 130).

O segundo questionamento foi sobre a metodologia de ensino, a metodologia usada com o aluno surdo é a mesma dos ouvintes? Por quê? O professor (A) afirma que “a metodologia de ensino para o aluno surdo é diferente do aluno ouvinte, porque o estudante surdo necessita de um método visual e espacial. E o estudante ouvinte precisa de um método oral e auditivo. Ou seja, imagens, figuras e sinalização tornam o aprendizado do surdo mais eficaz”.

O professor (B) respondeu que “não, os alunos surdos têm dificuldade com a Língua Portuguesa”.

Essas respostas reforçam o que Quadros afirma, a seguir:

A língua portuguesa é a L1 de crianças ouvintes brasileiras e, necessariamente, deverá ser ensinada de forma diferente para crianças surdas que a adquirirão como L2. Além do fato de a língua portuguesa não ser a L1 do surdo, há a questão da diferença na modalidade das línguas. A criança surda deverá adquirir uma L2 que se apresenta numa modalidade linguística diferente da sua L1, isto é, ela deverá aprender uma língua GRÁFICO-VISUAL enquanto a sua L1 é VISUAL-ESPACIAL [...] (QUADROS, 1997, p. 111).

O terceiro questionamento foi acerca da metodologia usada para o ensino da L1 e L2. O professor (A) respondeu que “ensino de L1 para surdo necessita ter elementos que tragam os contextos linguísticos, culturais e sociais próprios do aluno surdo. Ou seja, histórias em

Língua de Sinais, piadas em Libras que abordem aspectos sociais da comunidade surda, atividades adaptadas em Libras e recontação de histórias realizadas para alunos surdos em sua própria língua. Com relação ao ensino da L2 (português), para piadas, devemos priorizar no primeiro momento a modalidade escrita para, em seguida, trabalharmos a gramática. Tudo isso só será possível quando o aluno estiver fluente na sua língua materna”.

O professor (B) respondeu que “a metodologia é igual a L2, usamos a Língua Portuguesa como a língua de sinais, com palavras e imagens”.

Em relação à metodologia usada para o ensino da L1, Lacerda e Santos explicam que,

[...] a escolha de uma metodologia adequada é fundamental para o estabelecimento de um ambiente favorável ao aprendizado que contemple a todos, atendendo às especificidades de cada aluno. No caso do surdo, a utilização de uma linguagem mais simplificada e o uso de recursos visuais auxiliam na compreensão dos conteúdos. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 214).

As autoras reforçam também que o fato de contar histórias é de suma importância nesse processo de ensino da L1, como citou o professor (A).

O contar histórias é uma atividade riquíssima (respeitando-se a faixa etária e os interesses dos alunos), pois possibilita a construção de narrativas que coloquem em diálogo o que está sendo focalizado na atividade, com os conhecimentos já construídos anteriormente pelas crianças [...] Nestas relações que, na maioria das vezes, envolve livros, as crianças/ os adolescentes vão se apropriando da LIBRAS, da temporalidade que envolve as enunciações, das referências necessárias para que sejam compreendidas(os), dos processos de manutenção da temática em foco, entre outros aspectos, base para que posteriormente possam colocar em diálogo este conhecimento com a nova língua que lhes será apresentada. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 178).

Em relação à metodologia para o ensino da L2, Quadros apresenta a seguinte sugestão:

Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa das crianças, ou seja, na LIBRAS. A língua portuguesa deverá ser ensinada em momentos específicos das aulas e os alunos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver tal língua. Em sala de aula, o ideal é que sejam trabalhadas a leitura e a escrita da língua portuguesa. (QUADROS, 1997, p. 32).

O quarto questionamento da entrevista foi sobre os recursos mais utilizados para o ensino dessas crianças e quem os disponibiliza. O professor (A) respondeu “hoje em dia é fácil encontrar atividades adaptadas em libras voltadas para a educação de surdos. É importante lembrar que tais recursos têm que conter os seguintes elementos: imagens ou figuras, a datilografia da palavra em libras e o escrito em português”.

O professor (B) respondeu “alfabeto móvel, imagens com vocabulário e quem disponibiliza esses recursos são os próprios professores”.

Em relação aos recursos que devem ser utilizados para o ensino desses alunos, Lacerda e Santos reforça as respostas dos professores, quando afirma que

[...] o uso de outros materiais facilita sua interpretação e auxilia o aluno surdo a uma melhor compreensão do conteúdo escolar, mostrando a complexidade dos processos tradutórios nesse contexto. Figuras ilustrativas sobre um determinado tema, fotos, objetos, maquetes, cartazes, filmes legendados (em português ou em Libras), desenhos na lousa, [...]. Muitas vezes, esses materiais são levados pelos próprios intérpretes. (LACERDA; SANTOS, 2013, p. 214).

O quinto questionamento relaciona-se às maiores dificuldades que eles encontram em sala de aula para alfabetizar uma criança surda. O professor (A) respondeu “falta de recursos visuais, livros adaptados para língua de sinais, falta de acessibilidade nas escolas, livros de histórias infantis que contenham adaptação na língua materna do aluno e data show para exibição de vídeos sinalizados”. Já o professor (B) respondeu que “a maior dificuldade é que os surdos aprendem lentamente, precisamos de mais recursos para melhorar a aprendizagem do aluno”.

De acordo com Lacerda e Santos, “as escolas, principalmente as públicas, sofrem com a precariedade e a falta desses recursos, mas eles existem, e ser claro quanto à necessidade dos mesmos pode fazer diferença na hora de buscá-lo”. (LACERDA; SANTOS, 2013)

O sexto questionamento proposto foi relativo à quais as maiores dificuldades encontradas pela criança surda em seu aprendizado. O professor (A) respondeu que “no geral os alunos surdos não têm apoio em casa, pois seus pais não conhecem a língua de sinais e não têm como ajudá-los de maneira satisfatória. Não adianta o professor surdo ou ouvinte trabalhar todos os conteúdos e atividades em libras, se em seus lares não há reforço desta atividade por parte de seus responsáveis de maneira mais acessível e linguisticamente correta”.

O professor (B) respondeu: “a família não procura aprender libras para ajudar nas tarefas de casa”.

Pode-se observar que as duas respostas estão em comum acordo, quando citam que existe certo desinteresse por parte dos pais em aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para ajudar no desenvolvimento do ensino e aprendizagem desses alunos. Segundo Lacerda e Santos (2013), isso ocorre devido à maioria da população de surdos ser constituída por filhos de pais ouvintes.

De acordo com Giroletti (2017, p. 149),

[...] é na família que a transformação deve começar a acontecer. A principal luta é quanto à garantia que crianças surdas tenham a língua de sinais como língua materna, no seio familiar, e, posteriormente, seja lhes oferecido o direito de optar pelo uso da modalidade oral, além da obrigatoriedade do aprendizado da língua portuguesa escrita. (GIROLETTI, 2017, p. 149)

Pode-se concluir, assim, que crianças surdas nascidas em lares de pais ouvintes acabam não tendo o devido acesso à forma de linguagem mais importante para sua aprendizagem, ou seja, a LIBRAS, e isso acaba por prejudicar no seu desenvolvimento infantil.

Também torna-se importante investigar a participação da gestão escolar no processo de alfabetização dessas crianças, ou melhor dizendo, o acompanhamento que é oferecido pela coordenadora pedagógica da escola. Para isso, foi realizada uma entrevista com a coordenadora pedagógica para analisar sua visão, no que cerne à alfabetização e aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no campo de pesquisa.

CARGO	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
Coordenadora Pedagógica	Licenciatura em Filosofia, especialista em gestão, supervisão e orientação escolar.	04 anos e 7 meses

O primeiro questionamento foi se, na visão dela, a escola está preparada para oferecer alfabetização para as crianças surdas na L1 e L2. A coordenadora respondeu que “a escola já oferece L1 e L2 para os alunos”.

De acordo com Giroletti (2017, p. 29),

As escolas adeptas da proposta do bilinguismo têm por premissa acessar aos sujeitos surdos duas línguas no contexto escolar. Até o momento esta proposta tem se mostrado a mais coerente na educação dos surdos, haja vista que considera a língua de sinais como primeira língua e a partir dela ensinar-se a segunda língua, que é o português na modalidade escrita.

O segundo questionamento foi sobre quais atitudes inclusivas a escola oferece para esses alunos surdos. Ao que a coordenação respondeu: “são feitos projetos e atividades extraescolares”.

Para Dorziat (2004 *apud* GIROLETTI, 2017, p. 29),

A fim de favorecer a inclusão da criança surda, é preciso reorganizar a escola; considerar a interação através da língua de sinais possibilitando o acesso aos conteúdos em língua de sinais; usar metodologias apropriadas para a realidade visual do aluno surdo; inserção da Libras no currículo de formação dos professores; adaptação curricular; proporcionar apoio de um professor surdo conhecedor profundo da língua de sinais; contar com a presença de intérprete de língua de sinais no acompanhamento das aulas; maior aceitação do surdo pela comunidade escolar entre muitas outros aspectos.

O terceiro questionamento foi no sentido de saber se a escola promove algum curso de orientação para trabalhar a inclusão de surdos. A coordenadora pedagógica respondeu que “a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) promove encontro e reuniões”.

O Decreto 5.626/2005, em seu Capítulo III, no Artigo 5º, retrata sobre a Formação do Professor de Libras e do Instrutor de Libras, afirma que

[...] a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído língua de instrução, viabilizando a formação bilíngue. (BRASIL, 2005).

O último questionamento foi se a escola disponibiliza material didático para a classe especial dos alunos surdos. A resposta foi que “os materiais didáticos deveriam ser entregues pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). No entanto, a gestão já comprou material didático”.

Com base no que foi observado na classe especial das crianças surdas, os materiais didáticos expostos nas paredes e as atividades distribuídas impressas para os alunos são disponibilizados pelos próprios professores, desde cartazes com figuras, alfabeto em libras, calendário, histórias em português com imagem, entre outros.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como finalidade descobrir como ocorre a alfabetização da criança surda, tendo como base a aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O objetivo do artigo baseou-se em conhecer o processo metodológico da aquisição da Libras pelas crianças.

Com base na pesquisa realizada, foi possível alcançar o objetivo proposto, além de validar as hipóteses que foram levantadas para sua conclusão. A alfabetização das crianças surdas ocorre de maneira sistemática, favorecendo a memorização, contribuindo assim para que o processo ensino e aprendizagem desse aluno ocorra de maneira significativa, pois esse processo também conta com recursos visuais e profissionais capacitados para desenvolver a alfabetização na Libras (L1) e no português (L2)

Por mais que esses profissionais não tenham muito apoio do poder público no que tange à sua formação e à distribuição de recursos para a classe especial, o ensino que eles oferecem para essas crianças não sofre alteração. Vale ressaltar que os dois professores entrevistados são surdos, embora a surdez seja de graus distintos, portanto, eles sabem a importância da aquisição da Libras, desde cedo no processo de alfabetização e inclusão desse aluno na escola e, conseqüentemente, na sociedade.

Não obstante esses profissionais, tanto professores como coordenadores pedagógicos façam o que podem para contribuir para o desenvolvimento educativo e social dessas crianças, ainda é possível observar algumas dificuldades na alfabetização delas. Essa dificuldade está relacionada ao acompanhamento dos pais nesse processo e à resistência do aluno na aquisição do português como L2.

Por isso, é fundamental que os pais de crianças surdas estabeleçam contato com a língua de sinais o mais cedo possível, aceitando a surdez de seus filhos como diferença e a Libras como uma modalidade de comunicação inclusiva. A criança surda, através da língua de sinais, pode desenvolver seu conhecimento cognitivo afetivo e emocional, tornando sua inclusão e integração na sociedade verdadeiramente possível.

É importante compreender que no processo da aprendizagem da língua portuguesa em sua modalidade escrita, os surdos apresentam, na maioria das vezes, muita dificuldade e resistência no processo. Essa dificuldade está relacionada ao retardamento do processo de aquisição da Libras (L1). O ensino da Língua Portuguesa (L2) torna-se possível, desde que a língua de sinais seja reconhecida. Não se trata de fazer simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim de um processo de aquisição e aprendizagem em que cada língua seja compreendida de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Raimundo Freitas; SILVA, Nubélia Moreira da. **A observação como prática pedagógica no ensino de geografia**. Fortaleza: Geosaberes, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996_Planalto**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccvil_03/leis/19394.htm. Acesso em 05 maio 2019

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005_Planalto**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 05 maio 2019

_____. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 abr. 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades especiais. Salamanca – Espanha, 1994

FERNANDES, Eulalia; SILVA Angela Carrancho. **Surdez e bilinguismo**. 7.ed.- Porto Alegre: Mediação, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed – São Paulo: Atlas, 2010.

GIROLETTI, Marisa Fátima Padinha. **Aquisição da língua de sinais para surdo como L1**. Indaial: Uniasselvi, 2017.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS Lara Ferreira. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUADROS, R. M. d. **O bi do bilinguismo na educação de surdos** In: **Surdez e bilinguismo**. 1ed. Porto Alegre: Mediação, 2005, v.1. p. 26-36.

QUADROS. d.; CRUZ C. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre. Artmed, 2011.

QUADROS. d.; **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PROFESSORES DE LIBRAS

A proposta de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada “**A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na escola UEB Padre Paulo Sampaio em Paço do Lumiar, MA**”, tem como objetivo responder a seguinte questão: Como ocorre o processo de alfabetização da criança surda na escola UEB Padre Paulo Sampaio em Paço do Lumiar? Para responder ao questionamento, é necessário compreender a percepção dos professores de Libras da classe especial da referida unidade de ensino acerca da aquisição da Libras pelas crianças e os desafios, ao longo do cumprimento desse processo de ensino aprendizagem.

Dessa forma, solicitamos o preenchimento do roteiro de entrevista abaixo para compor a pesquisa de campo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PROFESSORES DE LIBRAS

- 1º) Referindo-se à formação, você teve LIBRAS como disciplina curricular ou até mesmo conteúdo referente ao processo educacional de alunos surdos?
- 2º) A partir de que idade deve ser inserido o ensino da LIBRAS para essas crianças?
- 3º) A metodologia usada com os alunos surdos é a mesma dos ouvintes? Por quê?
- 4º) Qual a metodologia usada para o ensino da L1 e L2?
- 5º) Quais recursos mais utilizados? Quem os disponibiliza?
- 6º) Quais as maiores dificuldades que você encontra em sala de aula para alfabetizar uma criança surda?
- 7º) Quais as maiores dificuldades encontradas pela criança surda em seu aprendizado?
- 8º) Em sua opinião, existe resistência por parte dos familiares no aprendizado desses alunos?
- 9) Você recebe formação continuada em relação ao processo de alfabetização dos seus alunos surdos?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À COORDENADORA PEDAGÓGICA

A proposta de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada “**A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na escola UEB Padre Paulo Sampaio em Paço do Lumiar, MA**”, tem como objetivo responder a seguinte questão: Como ocorre o processo de alfabetização da criança surda na escola UEB Padre Paulo Sampaio em Paço do Lumiar? Para responder ao questionamento, é necessário compreender a percepção da Coordenadora Pedagógica da referida unidade de ensino acerca da garantia do processo de alfabetização e aquisição da Libras que a escola oferece para as crianças da classe especial.

Dessa forma, solicitamos o preenchimento do roteiro de entrevista abaixo para compor a pesquisa de campo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À COORDENADORA PEDAGÓGICA

- 1º) Na sua visão, a escola está preparada para oferecer alfabetização para as crianças surdas na L1 e L2?
- 2º) A escola tem alguma participação na contratação desses profissionais?
- 3º) Quais atitudes inclusivas a escola oferece para esses alunos surdos?
- 4º) A escola promove algum curso de orientação para trabalhar a inclusão de surdos?
- 5º) A escola disponibiliza material didático para a classe especial dos alunos surdos?

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

THE IMPORTANCE OF THE INCLUSION OF PERSONS WITH DISABILITIES IN THE LABOR MARKET

Evanessa de Fatima Corrêa Marques Vieira*
James Oliveira de Sousa*

RESUMO

O objetivo desse artigo é discutir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, considerando a realidade mercadológica nacional e elencando as normas e leis referentes aos direitos desses sujeitos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo que teve em Vergara (2014) o embasamento metodológico. Para fundamentação teórica da discussão, foram analisadas as produções dos autores Sasaki (2009; 2010); Ribeiro (2012); Simonelli e Jackson Filho (2017) Hobold (2018), dentre outros. Para tanto é necessário não somente que a legislação garanta os direitos às pessoas com deficiência, mas que sejam implementadas políticas públicas eficientes para promoção da educação, formação e profissionalização dessas pessoas, aumentando assim sua empregabilidade, para que as empresas possam absorver essa mão de obra, que demanda de qualificação para assumir as vagas disponíveis no mercado.

Palavras-chave: Inclusão. Mercado de Trabalho. Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the inclusion of people with disabilities in the labor market, considering the national marketing reality and listing the norms and laws regarding the rights of these subjects. It is a descriptive bibliographical research that had in Vergara (2014) the methodological foundation. For the theoretical basis of the discussion, the productions of the authors Sasaki (2009; 2010); Ribeiro (2012); Simonelli and Jackson Filho (2017) Hobold (2018), among others. It is concluded that it is necessary not only that legislation guarantees the rights of persons with disabilities, but that efficient public policies are implemented to promote the education, training and professionalization of these people, thus increasing their employability, so that companies can absorb this hand of work, which demands qualification to assume the vacancies available in the market.

Keywords: Inclusion. Job market. Disabled people.

1 INTRODUÇÃO

Até pouco tempo as pessoas que apresentavam qualquer tipo de deficiência eram deixadas de lado, ou seja, não participavam e às vezes, nem tinham vida social. Com as novas concepções de convivência social muitos países modificaram sua forma de ver esses sujeitos e assim criaram leis que os amparassem para que pudessem ser inseridos neste novo modelo de sociedade.

* Graduada em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Pós-Graduada do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: evanessav@gmail.com

* Graduado em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Pós-Graduando do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: james.oliveira@vale.com

Com esse novo olhar por parte da legislação e até de empresas que se conscientizaram da responsabilidade social, muitas pessoas com deficiência (PCD's) passaram ter direitos no âmbito profissional na área empresarial, onde a legislação vem desenvolvendo ações que na maior parte das vezes se transformam em responsabilidade fazendo se oportunizar uma vida mais digna, principalmente para aqueles que vivem à margem da sociedade onde as oportunidades são escassas.

Apesar desse novo olhar que passaram a receber através da lei que os amparam no enquadramento no mercado de trabalho, algumas empresas ainda demonstram dificuldades em se enquadrarem nas regras da legislação que amparam as PCD's no mercado de trabalho. Diante disso apresenta-se um questionamento: O que deve ser feito para que as empresas se adequem ao cumprimento e desenvolvimento de responsabilidades social e contribuam para que as pessoas com deficiência tenham o direito de exercer a sua cidadania?

Preocupados com esta problemática e acreditando que esta possa ser resolvida é que este trabalho nos faz refletir por isso tem como objetivo geral demonstrar a realidade no processo de inclusão das PCD's.

Conforme Vergara (2014), a pesquisa é descritiva por descrever de que forma as PCD's são amparados pelo o mercado de trabalho, explicativa por apresentar as razões pelas quais os gestores não oferecem vagas aos portadores de deficiências. Já quanto aos meios é bibliográfica face a necessidade de recorrer a livros, revistas, artigos científicos, entre outros documentos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Este trabalho é relevante por convidar os empresários para sensibilizarem a respeito da receptividade, em suas comparações, das PCD's e também orientar os sujeitos envolvido dos seus direitos que estão garantido na legislação do país.

Sendo assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa inicialmente discute-se sobre a inclusão do PCD e a lei, em seguida, mostra se a situação das empresas que valoriza os princípios da responsabilidade social de inclusão e por último discute-se sobre a receptividade e os resultados tanto do empregador quanto do empregado.

2 A INCLUSÃO DO PCD E A LEI

Até a década de 1950 no Brasil, as organizações que prevaleciam voltadas para atender PCD's eram fundamentalmente filantrópicas e bem-estaristas. Assim, as vidas dessa parte da população era limitada apenas aos ambientes familiar e comunitário. Nas décadas de 1960 e 1970, o número de organizações cresceu, e foram criadas e gerenciadas por (não para) PCD's, aumentando a importância dada à estas em relação à discussão e definição de seus direitos sociais. Nesse período se consolidaram instituições para cegos, surdos e PCD's, além de associações esportivas (MORAIS, 2017).

As primeiras organizações associativistas de PCD's não tinham seus próprios escritórios, estatutos ou quaisquer outros elementos formais. Eram iniciativas que se concentravam na ajuda mútua e não tinham um propósito político definido, mas criavam áreas de interação, onde as pessoas podiam descobrir e discutir os problemas que tinham em comum. Como resultado, uma ação política em prol de seus direitos humanos foi iniciada.

No final da década de 1970, o movimento ganhou visibilidade e, a partir de então, as PCD's tornaram-se agentes políticos ativos que buscavam transformar a sociedade. Seu desejo de se tornar figuras políticas importantes levou à mobilização nacional (SIMONELLI; JACKSON FILHO, 2017).

No início da década de 1980, durante o período final da ditadura militar, as PCD's, juntamente com outros movimentos de direitos sociais, melhoraram suas estruturas

organizacionais, passando de uma organização que prestava serviços e ajuda mútua a importantes centros de debate e organização de figuras políticas, ganhando atenção nas ruas e na mídia.

Sem dúvida, essas transformações ganharam força porque a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1981 como o ano internacional para PCD's. A Convenção sobre os Direitos das PCD's foi incorporada à legislação brasileira e recebeu status constitucional. Além dos desdobramentos legislativos, o governo brasileiro está realizando ações para transformar o modelo tradicional, voltado para as medidas de assistência, em um que também possibilite às PCD's exercer um papel central na sua emancipação e cidadania, contribuindo para o desenvolvimento do país (HOBOLD, 2018).

Por meio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (SNPD), responsável pela implementação das políticas públicas relativas às PCD's, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com status ministerial, tem feito esforços para projetar e implementar programas com vista a facilitar a inclusão desse grupo específico.

O Governo também desenvolve políticas de natureza estrutural, em oposição a intervenções isoladas. Nesse contexto, a questão das deficiências é vista como um fenômeno transversal e se beneficia da sinergia do planejamento integrado e da implementação de políticas por todos os órgãos federais, em parcerias com estados e municípios e com a cooperação de conselhos de direitos humanos e organizações da sociedade civil (RIBEIRO, 2012).

Além SNPD, outros órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de saúde pública, educação, trabalho e emprego, previdência social, assistência social, cultura e turismo, entre outros, desenvolvem ações em seus respectivos campos em relação às PCD's. Os principais desafios enfrentados na implementação das políticas de proteção social voltadas para as PCD's são (SASSAKI, 2009; RODRIGUES, 2011):

- a) a necessidade de reduzir a limitação na prestação de cuidados adequados a cada tipo específico de deficiência;
- b) a necessidade de adaptar tais cuidados de acordo com as características da distribuição regional das PCD's, tanto nas áreas urbanas como rurais;
- c) o necessário aprofundamento da articulação entre as políticas existentes e as questões de gênero, levando em conta as considerações relacionadas à idade;
- d) a necessidade de superar os desafios decorrentes das desigualdades causadas pela discriminação racial; e,
- e) a necessidade de superar a extrema pobreza e a pobreza.

A Agenda Social da Presidência - Eixo Direitos Humanos e Cidadania - Grupo de Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007) é um conjunto de ações dos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cidades, Trabalho Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Esses vários Ministérios compartilham a responsabilidade de garantir condições básicas para o pleno desenvolvimento das PCD's, com vistas ao seu acesso ao mercado de trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, algumas prioridades podem ser destacadas (SASSAKI, 2010; OPUSZKA; HARTMANN, 2013):

- a) acesso a órteses e próteses e reabilitação no Sistema Único de Saúde;
- b) serviços educativos especializados, através de recursos e serviços, em atenção às necessidades específicas dos alunos com deficiência, na perspectiva da educação inclusiva;
- c) extensão da proteção social, através da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conformando as bases para a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo serviços direcionados às PCD's, na proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade;
- d) promoção da acessibilidade a todas as áreas de uso público e comum, e a disponibilidade de unidades habitacionais adaptáveis para PCD's, de transporte acessível, de mídia acessível e de tecnologias assistivas;
- e) promover a empregabilidade das PCD's, através da integração de ações públicas, negociações e conscientização dos empregadores e outras iniciativas que promovam o recrutamento de PCD's. Essas medidas estão associadas a programas de qualificação profissional e à fiscalização do cumprimento da Lei n.º 8.213/91, artigo 93 (empresas com cem ou mais empregados devem oferecer entre 2% e 5% de vagas de emprego a PCD's e/ou pessoas reabilitadas pela Previdência Social); e
- f) divulgar uma cultura de inclusão e respeito à diversidade por meio de oficinas, câmeras técnicas, seminários e reuniões, bem como a implementação de campanhas promocionais de interesse público na televisão, rádio e revistas.

A conscientização para a acessibilidade das PCD's tem aumentado ao longo dos anos, e projetos foram criados para atender a demanda dessa parcela da população que já atinge 23,9% de todos os brasileiros (HOBOLD, 2018). O governo brasileiro criou um projeto chamado Plano de Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite, que é um projeto para os direitos das PCD's que visa fornecer o direito básico e necessário para PCD's e projeto abrange aspectos como saúde, educação e acessibilidade em geral.

3 PRINCÍPIOS QUE VALORIZAM A RESPONSABILIDADE SOCIAL DE INCLUSÃO

A deficiência, definida segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ICIDH), como incapacidade, dificuldade ou anormalidade temporária ou definitiva em termos psicológicos, fisiológicos ou estrutura anatômica, também está conectado com barreiras sociais, o que inclui a empregabilidade. No entanto uma pessoa pode ter uma incapacidade sem ser incapaz, uma deficiência sem comprometimento ou prejuízo para exercer atividades laborais.

Antes de 1970, os formuladores de políticas públicas acreditavam que as PCD's não deveriam trabalhar. Essa crença levou à exclusão das PCD's do mercado de trabalho e à aplicação de recursos públicos para subsidiar sua manutenção. A falta de oportunidades de

emprego para PCD's foi abordada pelas Nações Unidas em 1981. O primeiro tratado juridicamente vinculativo abordando os direitos das PCD's ao acesso ao mercado de trabalho foi promulgado em 1983 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de Reabilitação Vocacional e Convenção de Emprego No. 159, que foi ratificada por 70 países e entrou em vigor em 1985.

Com base no acordo da OIT, o Brasil adotou a Lei de Contratação de Deficientes nas Empresas (Lei nº 8.213/1991) como política interna. Essa lei estabeleceu que as empresas com 100 ou mais funcionários devem preencher de 2 a 5% de seus cargos em PCD's. A garantia de acesso ao emprego exigida pela Lei de cotas criou outras questões, como igualdade de remuneração e oportunidade de promoção (RIBEIRO, 2012).

No Brasil, 14,7 milhões de indivíduos foram relatados como tendo pelo menos uma deficiência em 2013, representando 7,32 por cento da população. Destes, quase 13 milhões possuem apenas uma deficiência: 8,7% possuem apenas deficiência intelectual; 15,7 por cento têm apenas uma deficiência física; 21,9 por cento têm apenas deficiência auditiva; e 54,7% possuem apenas deficiência visual (MORAIS, 2017).

O Brasil abordou o problema da discriminação no emprego contra deficientes apenas em 2015 com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD - Lei nº 13.416, de 6 de julho de 2015). O artigo 34 do EPD garante que as PCD's têm direito, em igualdade de condições com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo remuneração igual para trabalho de igual valor.

Do lado da oferta, a falta de infraestruturas e instalações necessárias pode tornar mais dispendioso para as PCD's atender às demandas de emprego. A escassez de ambientes públicos e/ou privados adaptados para atender as necessidades especiais de PCD's limita o acesso a vários bens e serviços, especialmente serviços de transporte, colocando-os em uma desvantagem significativa. Além disso, dependendo do tipo, gravidade e início da incapacidade, esse grupo pode ter níveis mais baixos de qualificação e requerer empregos mais flexíveis para se adequar ao seu regime de tratamento (ANGELUCCI; BLOCK; SANTOS, 2017).

Do lado da demanda, muitas organizações relutam em absorver essa categoria de trabalhador, possivelmente devido à percepção de menor produtividade e custo de adaptação do ambiente de trabalho ou a estigmatização do medo de discriminação por colegas de trabalho, o que pode levar ao atrito entre os empregados. A deficiência pode limitar as tarefas que podem ser executadas, reduzir a produtividade do trabalho e aumentar os custos de sua execução, na perspectiva dessas empresas.

Em relação aos ganhos, uma diferença entre os salários recebidos por trabalhadores com deficiência e trabalhadores do mercado informal pode resultar das limitações dos trabalhadores com deficiência, suas possíveis características não observáveis, seu desempenho e como efeito de discriminação, que pode ser definida como a diferença salarial entre indivíduos igualmente produtivos (BODART; ROMANO; CHAGAS, 2016).

A Lei de Cotas pressupõe que os indivíduos com deficiência são discriminados no mercado de trabalho e, portanto, necessitam de assistência para receberem tratamento igual e não serem prejudicados quando procuram emprego e quando são remunerados. Por outro lado, o Brasil estabeleceu o Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC), que direciona renda para PCD's de baixa ou nenhuma renda, assumindo tacitamente que a deficiência pode ser proibitiva ao emprego remunerado e produtivo (ANGELUCCI; BLOCK; SANTOS, 2017).

Por meio da SNPD, responsável pela implementação das políticas públicas relativas às PCD's, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com status ministerial, tem contribuído por meio de seus esforços para projetar e implementar programas com vista a facilitar a inclusão desse grupo específico. O Governo também desenvolve políticas de natureza estrutural, em oposição a intervenções isoladas.

Nesse contexto, a questão das deficiências é vista como um fenômeno transversal e se beneficia da sinergia do planejamento integrado e da implementação de políticas por todos os órgãos federais, em parcerias com estados e municípios e com a cooperação de conselhos de direitos humanos e organizações da sociedade civil, que tem como finalidade não apenas promover políticas públicas que favoreçam a inclusão, mas também abram o mercado de trabalho para aquelas PCD's que queiram ou precisem de uma colocação no mercado laboral.

Promover a empregabilidade das PCD's, através da integração de ações públicas, negociações e conscientização dos empregadores e outras iniciativas que promovam o recrutamento de PCD's são medidas que estão associadas a programas de qualificação profissional e à fiscalização do cumprimento da Lei n.º 8.213 / 91, artigo 93.

As organizações modernas enfrentaram muitos desafios para obter vantagens competitivas e melhor nível de desempenho. Além disso, nos mercados mais competitivos, uma imagem social melhor se torna importante para a reputação da organização, trazendo prestígio e reconhecimento mundial, o que abre oportunidades de financiamento e facilita o relacionamento entre fornecedores, distribuidores e autoridades em todo o mundo.

Um fator chave para manter uma boa imagem da organização tem sido o trabalho sob uma perspectiva de responsabilidade social, o que, inclusive, melhora o valor da organização em um mercado externo. As medidas de ações afirmativas e gestão da diversidade no local de trabalho são formas de manter uma boa imagem corporativa e gerar vantagem competitiva.

Conciliar eficiência econômica e confiança social tem sido um desafio para as organizações. Então, as organizações precisam enfrentar a necessidade de manter os princípios da igualdade unidos à diversidade, a fim de introduzir, manter, desenvolver e avaliar as pessoas em seus locais de trabalho. O que vai muito além do que cumprir a lei de cotas, já que tem como objetivo criar e manter uma boa imagem das empresas diante de seus consumidores, parceiros, empregados e sociedade em geral.

Nesse cenário, promover formas de inclusão de minorias tornam-se importantes para ampliar a absorção no mercado de trabalho, melhorando assim as perspectivas de emprego e renda dessas pessoas e auxiliando no desenvolvimento de novas estratégias organizacionais.

Este processo não só tem o potencial de impulsionar a mudança no sistema nacional de relações de emprego, mas também pode influenciar, positiva e negativamente, a posição competitiva das próprias empresas no mercado externo. Além disso, a difusão de práticas pode ser vista como um teste crucial de como as empresas integram suas operações através da absorção de mão-de-obra com características bastante distintas.

Hoje, as empresas buscam cada vez mais adesão aos padrões e princípios internacionalmente aceitos em suas operações, inclusive em suas cadeias de valor. Esses padrões e princípios enfatizam as políticas que proporcionam produtividade e incentivam as empresas a operar de maneira socialmente responsável, tendo assim a inclusão de PCD's em seus quadros funcionais como elemento da cadeia de valor.

3 VANTAGEM DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: tanto para a empresa quanto para pessoa com deficiência

A legislação garante aos deficientes o direito ao emprego em igualdade com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo remuneração igual para trabalho de igual valor. O efeito da deficiência pode ser diferente entre os gêneros, pois os impactos de determinadas limitações podem ser distintos: o trabalho dos homens pode ser mais adversamente afetado pela perda de mobilidade e força; o trabalho das mulheres pode depender

mais da incapacidade sensorial e da aparência.

No que diz respeito ao direito de educação, essencial para a preparação para o mercado de trabalho, o Governo brasileiro tem buscado promover políticas educacionais para PCD's, incluindo um sistema de cotas em universidades públicas, garantindo a implementação de serviços educacionais especializados em salas multifuncionais, educação bilíngue para alunos surdos em salas de aula bilíngues ou escolas com profissionais especializados que trabalham com alunos de acordo com sua deficiência, global desordem do desenvolvimento, ou superdotação, bem como estimular e promover programas de alfabetização e educação para os idosos com deficiência, incluindo questões de gênero, raça, diversidade sexual e geracional.

Como já mencionado, a legislação brasileira vigente exige que todas as empresas estabelecidas no Brasil, brasileiras ou estrangeiras, com pelo menos 100 funcionários, celebrem contratos de trabalho com PCD's. A cota atual é calculada de acordo com o número total de funcionários que trabalham na matriz e nas filiais das empresas. Os percentuais obrigatórios, que variam de 2% a 5%, são aplicados a esse número total (OPUSZKA; HARTMANN, 2013).

As autoridades brasileiras, incluindo os fiscais do trabalho do Ministério Público do Trabalho, vêm aplicando a lei por meio de inspeções, que resultam na imposição de multas e no ajuizamento de ações coletivas para obrigar as empresas a cumprir as leis de cotas para PCD's. Uma maioria significativa de empresas tem tentado demonstrar as dificuldades no cumprimento de tal cota; no entanto, as autoridades com poderes para monitorá-lo não fizeram concessões.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas para cumprir com a cota para PCD's, várias empresas têm levado essa questão aos tribunais brasileiros, certamente inspiradas em opiniões mais razoáveis de juristas que levam em conta as alternativas limitadas previstas na legislação.

É certo que até que a legislação brasileira não proponha mudanças legais que reflitam a situação atual, ou seja, que levem em conta as dificuldades enfrentadas pela grande maioria das empresas, uma das soluções possíveis é a empresa demonstrar tais dificuldades na justiça, dependendo da evidência disponível (BODART; ROMANO; CHAGAS, 2016).

Há um número crescente de exemplos de serviços de treinamento profissionalizante, incluindo esquemas de aprendizes que incluem PCD's. No Brasil, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) lidera o Programa de Ação Inclusiva que facilita o acesso de PCD's aos cursos do SENAI. Fornece materiais de referência sobre educação profissional inclusiva, dicionários de língua de sinais brasileira com termos específicos em Eletrônica e outras áreas industriais, bem como cursos de EAD sobre inclusão para professores (SIMONELLI; JACKSON FILHO, 2017).

O setor privado é um ator fundamental na promoção do emprego de PCD's. Além de uma estrutura legal robusta a experiência mostra a importância de envolver o setor privado e construir a confiança das empresas para contratar e reter trabalhadores com deficiências. Cada vez mais, empregar PCD's é entendido como parte de uma diversidade de força de trabalho mais ampla que traz benefícios econômicos concretos para empresas privadas, incluindo uma solução de problemas mais efetiva, maior inovação, comprometimento da equipe e uma reputação mais positiva entre clientes, parceiros de negócios e a sociedade em geral.

Entretanto, o que se deve entender é que a inclusão dentro do setor empresarial vai muito além de obrigação legal, é uma questão de equidade social, que tem como desdobramentos diversos impactos socioeconômicos onde vem gerar vantagens no mercado competitivo fazendo o diferencial em incentivo fiscal como por exemplo a redução de impostos, chamam a atenção de seus clientes, dos acionistas e geram prestígios na sociedade.

Com o entendimento abrangente na visão de gestão de pessoas, destaca-se que a contratação de PCD não deve ser vista como cumprimento da leis de inclusão no mercado de trabalho, mais sim como uma visão social, gerando valor para as empresas que através desta

postura de inserir o PCD faz-se com que sua visibilidade diante de um mercado competitivo venha conquistar um diferencial diante da sociedade onde vem ser beneficiado com clientes que exigem essa postura de responsabilidade social e com o governo viabilizam a diminuição da obrigatoriedade dos impostos aplicado nas empresas legalizadas (HOBOLD, 2018).

Em todo o mundo, as PCD's são empresários e trabalhadores autônomos, agricultores e trabalhadores de fábricas, médicos e professores, assistentes de lojas e motoristas de ônibus, artistas e técnicos de informática. Quase todos os trabalhos podem ser executados por alguém com deficiência, e dado o ambiente certo, a maioria das PCD's pode ser produtiva.

Com base na cooperação entre empresas, o setor privado pode desempenhar na promoção do emprego de PCD's, na mudança de atitudes e no aumento do conhecimento técnico. No entanto, é preciso fazer mais para aumentar o compromisso e a capacidade das empresas, incluindo as pequenas e médias empresas (MORAIS, 2017).

Para as pessoas que adquirem uma deficiência durante o trabalho, há muitos exemplos de empresas que aplicam programas de retorno ao trabalho como um elemento de uma abordagem mais ampla de gerenciamento de deficiências. É importante criar estratégias para apoiar o retorno ao campo laboral das pessoas com capacidade reduzida de trabalho. Essa estratégia também poderia ser usada para incluir PCD's, que entram no mercado de trabalho pela primeira vez.

Para além de enfrentar os desafios gerais ao arranque de empresas que todos os empresários enfrentam (por exemplo, falta de competências de empreendedorismo, acesso a financiamento), os empresários com deficiência podem enfrentar obstáculos adicionais à entrada e manutenção de atividades de empreendedorismo. Os decisores políticos podem apoiar eficazmente o trabalho independente de PCD's, tornando os esquemas de desenvolvimento do empreendedorismo mais inclusivos das PCD's, eliminando as barreiras relevantes, fornecendo o apoio necessário e aumentando a consciência do empreendedorismo entre as PCD's (RIBEIRO, 2012).

Políticas inclusivas de desenvolvimento de habilidades que garantam que as PCD's, tanto mulheres quanto homens, tenham o mesmo acesso ao mercado de trabalho, sendo mais rentáveis e mais bem-sucedidas em termos de resultados do que as abordagens especializadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho fez uma retrospectiva sobre normas internacionais e tratados assinados pelo Brasil que tiveram como consequência a criação de amplo quadro legal protetivo das PCD's, incluindo a construção de políticas públicas pautadas em direitos constitucionalmente adquiridos, além daqueles decorrentes de estatutos e leis específicas.

Mas, conforme documentado por vários estudos apresentados, PCD's em idade ativa experimentam taxas de emprego significativamente mais baixas e taxas de desemprego muito mais altas do que pessoas sem deficiência. Taxas mais baixas de participação no mercado de trabalho são uma das vias importantes pelas quais a deficiência pode levar à pobreza.

Vários fatores afetam os resultados do mercado de trabalho para PCD's, inclusive; diferenciais de produtividade; imperfeições do mercado de trabalho relacionadas à discriminação e preconceito e desincentivos criados por sistemas de benefícios por incapacidade. Para lidar com as imperfeições do mercado de trabalho e incentivar o emprego de PCD's, o Brasil tem leis que proíbem a discriminação com base na deficiência. Espera-se que a aplicação de leis antidiscriminatórias melhore o acesso à economia formal e tenha benefícios sociais mais amplos

Além de reconhecido deve ser garantindo o direito das PCD's de trabalhar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas; isso inclui a oportunidade de ganhar a vida por trabalho livremente escolhido ou aceito em um mercado de trabalho e ambiente de trabalho aberto, inclusivo e acessível a PCD's. Além disso, deve-se combater todas as formas de discriminação no emprego, promover o acesso à formação profissional, promover oportunidades de trabalho autônomo e exigir acomodação razoável no local de trabalho, entre outras disposições.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Biancha; BLOCK, Pamela Block; SANTOS, Larissa Costa dos. Pessoas com deficiência: luta por seus direitos nos Estados Unidos e no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 339-355, out. 2017.

BODART, Cristiano das Neves; ROMANO, Eunides Paschoalina; CHAGAS, Osiene Alves. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Legislação e perspectivas de profissionais que atuam como selecionadores, fiscalizadores e apoiadores. **Revista FOCO**. v.9, nº2, p. 197-216, ago./dez. 2016.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4; ed. 2 reimpr. São Paulo: Cortez, 2010.

HOBOLD, Gabrieli. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no município de São Ludgero-SC. In: **II Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior**. Santa Catarina, 2018.

MORAIS, Karine Helena. O mercado de trabalho e a pessoa com deficiência intelectual: Entraves e oportunidades. **Revista Espazios**. Vol. 38 (Nº 12) Ano 2017. Pág. 26-51.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; HARTMANN, Manuela Godoi de Lima. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho à luz dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. **JURIS**, Rio Grande, 18: 9-29, 2013.

RIBEIRO, Afonso Marcelo; RIBEIRO, Flavio. **Trabalho e Pessoas com Deficiência: Gestão Organizacional da Diversidade**: Estudo de caso de um programa de inclusão de pessoa portadora de deficiência. Curitiba: Juruá. 2010.

RODRIGUES, Leandro Cássio. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: um estudo de caso. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado - Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação, área de concentração em Interdisciplinaridade e Reabilitação. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas/ SP, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. São Paulo: WVA, 2010.

SIMONELLI, Angela Paula; JACKSON FILHO, José Marçal. Análise da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho após 25 anos da lei de cotas: uma revisão da literatura. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 25, n. 4, p. 855-867, 2017.

AS IMPLICAÇÕES DOS ASPECTOS COGNITIVOS E AFETIVOS SOCIAIS A PARTIR DA ÓTICA PSICOPEDAGÓGICA

THE IMPLICATIONS OF THE SOCIAL COGNITIVE AND AFFECTIVE ASPECTS FROM THE PSYCHO-PEDAGOGICAL PERSPECTIVE

Jorgiana Cristine Pontes Nascimento *
Lília de Cássia Anchieta Soares Lobão *
Suany Chis Castro Torres Salgado*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as implicações dos aspectos cognitivos e afetivos sociais no desenvolvimento da aprendizagem do cliente J.M. Nesse sentido, utilizou-se a pesquisa de campo, realizada a partir do Estágio Supervisionado Clínico e fontes bibliográficas, para análise do processo de aprendizagem vinculado ao desenvolvimento cognitivo, afetivo, familiar e social. Para tanto, o referencial teórico pautou-se em Neves (1996), Sampaio (2014), Visca (1987), Weiss (2001, 2007, 2008), Piaget (1964, 1996), entre outros. Conclui-se que os aspectos cognitivos e afetivos sociais são determinantes no desenvolvimento da aprendizagem do cliente, uma vez que apresentou retrocessos e avanços diretamente relacionados ao modo como esses aspectos são trabalhados.

Palavras-chave: Afetivo social. Cognitivo. Aprendizagem. Psicopedagogia.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the implications of social cognitive and affective aspects in the development of J.M. In this sense, field research was used, based on the Supervised Clinical Internship and bibliographic sources, to analyze the learning process linked to cognitive, affective, family and social development. For that, the theoretical framework was based on Neves (1996), Sampaio (2014), Visca (1987), Weiss (2001, 2007, 2008), Piaget (1964, 1996), among others. It is concluded that the social cognitive and affective aspects are decisive in the development of the client's learning, since it presented setbacks and advances directly related to the way these aspects are worked.

Keywords: Social affective. Cognitive. Learning. Psychopedagogy.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi parte final do estágio em Psicopedagogia Clínica, da Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, e constituiu-se como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de especialista na área. Ele apresentará as principais informações levantadas desde o enquadramento até o momento da devolutiva sobre o caso pesquisado. O sujeito em discussão é um menino de 10 anos identificado pelas iniciais J.M, acompanhado em dez encontros dentro dos quais constam o enquadramento, a hora do jogo, a aplicação de três provas projetivas, três provas operatórias, três provas pedagógicas, a anamnese e a devolutiva.

Valendo-se do princípio norteador da Psicopedagogia como área de conhecimento que “se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda [...]”, para descobrir

* Pedagoga e Professora da Educação Básica. E-mail: jorgiananascimento@hotmail.com

* Pedagoga e Professora da Educação Básica. E-mail: cassialobao@hotmail.com

* Pedagoga e Professora da Educação Básica. E-mail: ev_edson_suany_salgado@hotmail.com

“[...] como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e previni-las” (BOSSA, 2000, p. 21), o objetivo principal proposto foi, então, descobrir quais os fatores responsáveis para as dificuldades de aprendizagem presentes no indivíduo.

Os procedimentos de investigação correspondem à observação direta e às intervenções psicopedagógicas fundamentando os dados obtidos com o que discute autores como Fernández (1991) e Weiss (2008, p. 103) quando diz que os testes e provas são selecionados de acordo com a necessidade surgida em função de hipóteses levantadas nas sessões familiares (nas EFES), nas atividades lúdicas, quando alguns aspectos não ficam claros e exigem um aprofundamento por outros caminhos, em pouco tempo.

Nessa perspectiva, esse trabalho tem por objetivo discutir as implicações dos aspectos cognitivos e afetivos sociais no desenvolvimento da aprendizagem do cliente J.M. Para tanto o texto encontra-se organizado da seguinte forma: no primeiro momento apresenta-se a fundamentação teórica acerca dos transtornos, morbidades e dificuldades de aprendizagem; no segundo momento, caracteriza-se o estudo de caso, apontando todos os sujeitos envolvidos e a metodologia utilizada; no terceiro momento, ressalta-se os aspectos mais importantes durante cada etapa da avaliação; no quarto momento, coloca-se os aspectos primordiais acerca da história de vida do sujeito, seguido do quinto momento, onde aponta-se os avanços durante esse processo avaliativo. O qual será discutido e analisado, no sexto momento, a partir de todas as etapas realizadas. Seguido das orientações das psicopedagogas para os sujeitos e instituições envolvidas nesse processo, encaminhamentos oriundos da análise de todo esse percurso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Transtornos e comorbidades: suas implicações no contexto afetivo-social

Precipualemente faz necessário ressaltar que o termo comorbidade é formado pelo prefixo latino "cum", que significa contiguidade, correlação, companhia, e pela palavra morbidade, originada de "*morbus*", que designa estado patológico ou doença. Assim, deve ser utilizado apenas para descrever a coexistência de transtornos ou doenças, e não de sintomas.

De modo geral os transtornos e comorbidades, especificam e particularizam as crianças detentoras dos mesmos, que por sua vez produzem um desajuste natural junto ao ambiente em que o sujeito está inserido, visto que nem a escola, nem a família não dispõem da formação e orientação adequada e prévia para o acolhimento, acompanhamento e educação correspondentes às peculiaridades dos indivíduos com transtornos.

Inicialmente desde os primeiros momentos de expectativa para concepção de uma criança, os pais sempre lançam sobre esse ser, muitos anseios, sonhos, e desejos, como nos coloca Coll, Marchesi e Palacios, (2004, p. 330) “Um filho é sempre fonte de ilusões ou medos. A fantasia e as vivências que se produzem em torno deles são muito profundas e refletem não só a projeção de si mesmo, como também expectativas idealizadas.”

Contudo durante o período de planejamento e espera os pensamentos se concentram em detalhes bem habituais, como a escolha dos nomes, a organização do quarto, e a definição das cores do enxoval, durante esse processo muitas leituras também são realizadas, visto o surgimento de muitas dúvidas, entretanto, em sua grande maioria, não está relacionada a saber sobre recorrentes desencadeadores de transtornos e suas comorbidades, exceto quando durante a gestação é descoberto pelo médico. Assim comumente as mães falam que não se prepararam para uma criança deficiente, explicitando também sua frustração. Como nos esclarece Coll, Marchesi e Palacios (2004, p. 331):

Desde o momento em que os pais ficam sabendo da existência de uma deficiência, a preocupação com o presente e o futuro da criança aumenta enormemente. Essa preocupação de fundo acompanha a família por toda a vida, com maior ou menor intensidade dependendo dos casos, do momento evolutivo da criança, dos recursos pessoais e das condições de vida. Ao longo do desenvolvimento da criança, os pais terão de decidir sobre tratamentos médicos, escolha de profissionais e opções educativas. Em muitos momentos, sobretudo no início, vão sentir que não tem elementos de juízo suficientes para tomar decisões que possam ser definitivas para a evolução de seus filhos.

Logo os desafios e as implicações que diversos transtornos e suas comorbidades acarretam na vida da criança, são diversos, e complexos, pois atingem principalmente os âmbitos, afetivo e social, constituindo-se como forte demanda para as relações estabelecidas a partir dos vínculos familiares, escolares, e em todos os espaços sociais. Desta forma, um conjunto de conflitos se estabelecem, onde temos pais despreparados e ainda tristes e frustrados com as “condições” de seu filho, e paralelamente a criança descobrindo o mundo a sua maneira e buscando estabelecer as relações que lhe são provocadas, e que ao seu modo evidência o descontentamento por não ser compreendido ou por não estar compreendendo.

Assim o contexto social, o cotidiano dessa família e conseqüentemente da criança precisará sempre de ajustes, (re) adaptações e sempre a construção de novos arranjos, uma prática constante, pois em determinados casos, o imprevisível é comum, e a mudança para aceitação de algo diferente será inevitável, nesse sentido muitos questionamentos passam a também acompanhar os pais durante a jornada de desenvolvimento de seu filho, segundo Coll, Marchesi e Palacios (2004, p. 331) estes são: “será capaz de arranjar-se por si mesmo? Poderá trabalhar? Necessitará de cuidados por toda a vida? Como assegurar seu bem estar quando seus pais faltarem ou não puderem atendê-lo? Em muitos casos, os pais se verão obrigados a estender seus cuidados para com os filhos muito além da infância, convivendo com filhos adultos que ainda necessitam deles”. Visto as limitações evidenciadas pelos transtornos.

Quanto ao aspecto afetivo, pais e filhos precisam se descobrir todos os dias, e na perspectiva de determinados transtornos como TDAH, onde os pais e professores devem estar bem esclarecidos a respeito, facilitando à criança, em casa e na escola, melhora da sua autoestima e autoimagem e das habilidades sociais. Os pais devem estar cientes que a pessoa com TDAH tem uma tendência maior a delinquência Juvenil e ao envolvimento com drogas. Assim como criança com deficiência Intelectual que segundo Coll, Marchesi e Palacios (2004, p. 199):

Costuma ter uma grande dependência afetiva e comportamental com relação a outras pessoas. Tal dependência é a herdeira, ou mais do que isso, a forma duradoura do apego, um vínculo primordial nos primeiros anos da infância vinculo estabelecido antes de tudo com a mãe e depois com outras figuras protetoras. O apego tem alto valor de sobrevivência para a criança e desempenha um importante papel evolutivo [...]. Os sujeitos com deficiência Intelectual manifestam apego de modo variado, geralmente em formas mais infantis que as correspondentes à sua idade cronológica. Assim, são muito dependentes em seu comportamento e em suas relações como também em seus afetos, nos diversos aspectos de sua vida e de sua conduta; e, além disso, na idade adulta, em grau superior a outras pessoas.

Contudo mesmo diante de muitas dificuldades e limitações, adaptações e (re) adaptações muitas famílias ao identificarem as particularidades de seus filhos se propõe a acompanhá-los, porém o grande desafio é fazer mudanças sem si, ou seja, pais e mães se automodificando para colaborarem no desenvolvimento adequado do aspecto sócio-afetivo de seu filho.

2.2 Dificuldades e limitações no aspecto cognitivo

A aprendizagem possui dois tipos de condições: as externas, na qual é comum a criança com problema de aprendizagem apresentar algum déficit real do meio devido à confusão dos estímulos, a falta de ritmo ou a velocidade com que são brindados ou a pobreza ou carência dos mesmos e, em suas sessões, se vê rapidamente favorecida mediante um material discriminado com clareza, fácil de manipular, diretamente associado à instrução de trabalho e de acordo com um ritmo apropriado para cada aquisição e as internas que estão ligadas a três aspectos: o corpo como organismo que favorece ou atrasa os processos cognitivos, sendo mediador da ação; a cognição, ou seja, à presença de estruturas capazes de organizar os estímulos do conhecimento; condições internas que estão ligadas à dinâmica de comportamento.

A aprendizagem será cada vez mais rápida quando o sujeito sentir a necessidade e urgência na compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Segundo Fernández (2001), é importante levar em consideração as estruturas cognitivas e a estrutura desejante do sujeito, porque um depende do outro, é necessário que o sujeito tenha desejo, pois este impulsiona o sujeito a querer aprender e este querer faz com que o sujeito tenha uma relação com o objeto de conhecimento. Para ter essa relação o sujeito precisa ter uma organização lógica, que depende dos fatores cognitivos. No lado do objeto de conhecimento ocorre a significação simbólica que depende dos fatores emocionais. Todo sujeito tem a sua modalidade de aprendizagem e os seus meios de construir o próprio conhecimento, e isto depende de cada um para construir o seu saber.

O sujeito constrói esse saber a partir do momento que ele tem uma relação com o conhecimento, com quem oferece e com a sua história. Para que o conhecimento seja assimilado, é preciso que o sujeito seja ativo, transforme e incorpore o seu saber, esquecendo de conhecimentos prévios que já não servem mais, é importante também que o ensinante dê significado para este novo conhecimento, despertando o desejo de querer saber do aprendente. O modo como uma pessoa relaciona-se com o conhecimento se repete e muda ao longo de sua vida nas diferentes áreas.

O conhecimento acontece quando alguns esquemas operaram e utilizam diferentes situações de aprendizagem, é um molde relacional e móvel que se transforma com o uso, é a organização do conjunto de aspectos (conscientes, inconscientes e pré-conscientes) da ordem da significação, da lógica, da simbólica, da corporeidade e da estética, tal organização ocorre espontaneamente, isto se chama modalidade de aprendizagem, segundo Fernández, sendo que o problema de aprendizagem ocorre quando essa modalidade se enrijece, congela.

Cada pessoa tem uma modalidade singular de aprendizagem, que se organiza a partir dos ensinante (família e escola), considerando a criança como um ser aprendente e que tem capacidade para pensar; do espaço saudável, ou seja, onde seja possível fazer perguntas; das experiências vividas com satisfação em relação ao aprender; do reconhecimento de si mesmo como autor; dos espaços objetivos e subjetivos, de uma

possível relação com sujeitos da mesma idade; do modo de circulação do conhecimento nos grupos de pertencimento: família, escola, contexto comunitário.

É importante ressaltar que o sujeito é sempre ativo, é autor do seu conhecimento, ele constrói sua modalidade de aprendizagem e a sua inteligência que marcará uma forma particular de relacionar-se, buscar e construir conhecimentos, um posicionamento de sujeito diante de si mesmo como autor de seu pensamento.

Concluimos que a aprendizagem é uma mudança de comportamento, assimilações e informações nas quais o sentido de aprender não é impor barreiras e limites para a criatividade e disponibilidade de cada ser. O desenvolvimento de uma boa aprendizagem é a integração de aspectos: afetivo, físico, emocional, social e intelectual do aprendiz, ocasionando uma motivação interna e construindo o conhecimento a todo o momento.

3 ESTUDO DE CASO

Com o propósito de atingir-se o objetivo desse trabalho, já mencionado anteriormente, utilizou-se da pesquisa de abordagem qualitativa, perspectiva que defende, como descreve Godoy (1995) que o fenômeno para ser bem compreendido, deve ser estudado de forma integrada no contexto em que ocorre e do qual é parte, sendo necessário que o pesquisador vá a campo compreender o fenômeno a partir da visão dos sujeitos nele envolvidos, levando em consideração todos os pontos de vista relevantes. Aponta ainda que, nesse contexto, para uma compreensão da dinâmica do fenômeno vários tipos de dados são coletados e analisados.

Neves (apud GODOY, 1995, p.21) aponta a existência de, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Nesta produção, reporta-se ao estudo de caso. Neves (1996) ressalta ainda que “o objeto do estudo de caso, por seu turno, é a análise profunda de uma unidade de estudo”. Já no entender de Godoy (1995, p.25) “visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular.” Ambos os autores convergem que o estudo de caso seja uma investigação minuciosa e intencionada.

3.1 Caracterização da Escola do/a cliente

Escola de âmbito particular, localizada no município de São Luís/MA, relativamente próxima à residência do cliente. Atua oferecendo educação infantil, ensino fundamental (1º ao 5º) e práticas esportivas como futsal, hidroginástica, natação e karatê. Apresenta como proposta pedagógica o sócio construtivismo, objetivando formar cidadãos criativos e o desenvolvimento integral do aluno através de metodologias inovadoras e pedagogicamente embasadas nessa perspectiva.

Com relação à estrutura física, se constitui com um espaço simples, bem colorido, pequeno, com uma sala para cada ano que oferece. Porém as salas dos anos iniciais do ensino fundamental, incluindo a do cliente, ficam de frente para o pátio de recreação, que quando utilizado interfere no desenvolvimento das atividades dentro das salas de aula, devido ao barulho.

3.2 Processo de Diagnóstico Psicopedagógico Clínico

3.2.1 Identificação do Cliente

J.M é um menino que algum tempo após iniciado o processo de avaliação psicopedagógica, completara 10 anos de idade. Durante esse período estudava em uma escola particular no município de São Luís/MA, cursando o 4º ano.

3.2.2 Queixa

Não se devem fazer conclusões precipitadas afirma Weiss (2001, p. 47):

[...] é fundamental durante a queixa, iniciar-se a reflexão sobre as duas vertentes de problemas escolares: o sujeito e sua família e a própria escola em suas múltiplas facetas para se definir a sequência diagnóstica bem como as técnicas a serem utilizadas.

A entrevista inicial foi realizada no dia 13/06/2017 com o Sr. J.E.G.M, pai de JM, acompanhado da Sra. S., avó do Juan, com a queixa inicial de dislalia, falta de atenção e concentração e hiperatividade. Segundo o pai J.M não possui laudo fechado.

3.2.3 Método, instrumentos e técnicas e materiais

DATA DA SESSÃO	ATIVIDADE	OBJETIVOS	RECURSOS UTILIZADOS	INSTRUMENTOS	TÉCNICAS
13/06	ENTREVISTA INICIAL CONTRATUAL COM O RESPONSÁVEL ENTREVISTA COM A AVÓ	ACOLHERA FAMÍLIA, FALAR DA PSICOPEDAGOGIA E DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOPEDAGOGIA; SABER A QUEIXA INICIAL	PAPELA4, CANETA ESFEROGRÁFICA	QUESTIONÁRIO	TÉCNICA DE TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA
20/06	EOCA	OBSERVAR E ANALISAR AS MANIFESTAÇÕES COGNITIVAS E AFETIVAS NAS RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM	PAPELA4, CANETA ESFEROGRÁFICA LIVROS DE HISTÓRIAS QUEBRA-CABEÇA BONECOS LÁPIS DE COR CAIXA		OBSERVAÇÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO
01/08	TESTE PROJETIVO – VÍNCULO FAMILIAR	Análise e depuração da realidade familiar na qual o indivíduo está inserido	PAPELA4 LÁPIS LÁPIS DE COR FIGURAS DE OBJETOS DOMÉSTICOS E ATIVIDADES COTIDIANAS	TESTE	OBSERVAÇÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO
08/08	TESTE PROJETIVO – VÍNCULO ESCOLAR	Análise e depuração da realidade escolar na qual o indivíduo está inserido	PAPELA4 LÁPIS LÁPIS DE COR CARTOLINA LIVROS DE HISTÓRIAS FIGURAS COM ROTINAS COLA	TESTE	OBSERVAÇÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO
15/08	PROVAS PEDAGÓGICAS	Analisar como os conteúdos escolares são elaborados e sistematizados pelo aprendiz.	PAPELA4 LÁPIS LÁPIS DE COR LIVROS DE HISTÓRIAS	TESTE	OBSERVAÇÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO
22/08	VÍNCULO CONSIGO MESMO ANÁLISE DO MATERIAL ESCOLAR	Análise de como o indivíduo se vê na realidade a qual está inserido	PAPELA4 LÁPIS BORRACHA LÁPIS DE COR POTES COM FEIJÃO E ARROZ	TESTE	OBSERVAÇÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO
29/08	PROVAS PIAGETIANAS VISITA À ESCOLA	Analisar o processo de assimilação e acomodação de acordo com o nível de desenvolvimento Coletar o máximo de informações para entender a realidade na qual o cliente está envolvido	CAIXA PIAGETIANA QUESTIONÁRIO XEROCOPIADO	TESTE	OBSERVAÇÃO ENTREVISTA
05/09	ANAMNESE COM A MÃE	Colher dados significativos sobre a vida do paciente	QUESTIONÁRIO XEROCOPIADO	QUESTIONÁRIO	OBSERVAÇÃO
19/09	DEVOLUTIVA COM O RESPONSÁVEL	Comunicar verbalmente o resultado obtidos ao longo do diagnóstico	RECURSO HUMANO	CONVERSA AGENDADA	CONVERSA AGENDADA
17.10	DEVOLUTIVA PARA ESCOLA	Comunicar verbalmente OS procedimentos necessários com JM em sala de aula	RECURSO HUMANO	CONVERSA AGENDADA	CONVERSA AGENDADA

4 ASPECTOS RELEVANTES DA AVALIAÇÃO

O diagnóstico psicopedagógico clínico é um processo investigativo com o propósito de descobrir as causas das dificuldades de aprendizagem do sujeito. Realizar esse percurso exige por parte do terapeuta o delineamento de uma sequência diagnóstica subsidiada em uma vertente teórica. Com base nessa prerrogativa, optou-se durante o trabalho desenvolvido com o cliente J.M pela linha da Epistemologia Convergente, com base na qual Visca propõe um esquema sequencial diagnóstico flexível. Este é composto pelos momentos que serão abarcados em seus aspectos mais significativos nesta parte do trabalho.

4.1 Entrevista onratual

Essa etapa teve como finalidade conhecer a queixa inicial, o contexto familiar e suas particularidades. Nesse momento, segundo Sampaio (2014, p. 23) “segundo a linha Epistemologia convergente, colhemos apenas os dados a-históricos, ou seja, o que está acontecendo neste momento sem entrar no histórico da criança.”

Nessa perspectiva, realizou-se a entrevista com os responsáveis pela criança que buscaram o trabalho da clínica-escola de psicopedagogia do Instituto de Ensino Franciscano (IESF), neste caso, o pai e a avó. Inicialmente esta etapa estava planejada para ser desenvolvida apenas com o pai, mas alguns pontos colocados pelo mesmo apontaram a necessidade das psicopedagogas estagiárias realizarem esse mesmo procedimento com a avó paterna.

Durante a entrevista com o pai, este demonstrou estar a par das particularidades acerca do seu filho, enfatizou que o mesmo não possui laudo fechado mesmo passando por diferentes profissionais no âmbito público e privado. Apontou as dificuldades apresentadas pelo cliente, tais como: dificuldade na linguagem oral e escrita e falta de atenção e concentração. Sobre o contexto familiar e rotina da criança, queixou-se da superproteção por parte da sua mãe, ou seja, avó paterna, com relação ao paciente. Fato que segundo ele, está relacionado com a rotina da criança que passa a maior parte do dia com a avó. Além disso, explicou a rotina fracionada da criança: período matutino na escola, vespertino e início da noite com a avó paterna, noturno com a mãe, final de semana e algumas partes da noite com o pai.

Com base nesse diálogo, surgiu a necessidade de realizar a entrevista com a avó. Se durante a entrevista com o pai o mesmo focou no contexto atual do cliente, o mesmo não ocorreu com a avó, que relatou detalhadamente os acontecimentos em torno da gestação de J.M. Esses dados influenciaram o olhar das psicopedagogas estagiárias e o levantamento do 1º sistema de hipóteses, fato que segundo Sampaio (2014) se caracteriza como “contaminação”, mas que nesse caso mais contribuiu que atrapalhou. Outro aspecto relevante foi a sinceridade da avó que deixou bem explícito ser ciente de que é superprotetora e de que isso influencia no desenvolvimento da criança. Apresentou informações convergentes com as do pai e algumas divergentes, como por exemplo: o pai afirmou que a criança tem autonomia pra estudar sozinho, já a avó afirmou que o mesmo precisa de comando pra tomar essa iniciativa; o pai alegou que a criança não apresentava hábitos higiênicos, a avó disse que sim. Portanto, esse momento inicial da sequência diagnóstica nos apontou os olhares dos sujeitos que cuidam de J.M acerca do mesmo, do contexto onde está inserido e das queixas.

4.2 EOCA

A Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA) consistiu na primeira sessão realizada com a criança, objetivando pesquisar seus vínculos com os objetos e conteúdos da aprendizagem escolar. Como aponta Visca (1987, p. 72), por meio da EOCA:

Em todo momento, a intenção é permitir ao sujeito construir a entrevista de maneira espontânea, porém dirigida de forma experimental. Interessa observar seus conhecimentos, atitudes, destrezas, mecanismos de defesa, ansiedades, áreas de expressão da conduta, níveis de operatividade, mobilidade horizontal e vertical etc.

Nessa perspectiva, as propostas realizadas na EOCA bem como o material utilizado foram selecionadas de acordo com a idade e escolaridade do cliente. Durante a realização dessa sessão, inicialmente, comportou-se de forma tensa, sempre com movimentos repetitivos (batendo na cadeira com as mãos, fazendo movimentos circulares com as mãos em cima da mesa), olhava fixamente para a janela, não dialogava com as psicopedagogas estagiárias, bem como não conseguia manter contato visual com as mesmas. Posteriormente, após consignas seguidas de estímulos, como a apresentação do material e explicitação de que o cliente era livre para fazer o que quisesse com os mesmos, este foi demonstrando mais interesse, confiança e interação com as psicopedagogas estagiárias. Porém a interação verbalizada consistia em “uhum” como resposta aos questionamentos, sendo necessário sempre perguntar era uma resposta positiva ou negativa e o mesmo respondia.

Após apresentação investigativa da caixa, o cliente demonstrou curiosidade e em seguida começou rapidamente a explorá-la: retirou o carrinho e fez o som do motor, colocou na caixa e retirou o boneco de lá, brincou com o mesmo e o deixou de lado quando avistou o quebra-cabeça. Este jogo foi o que realmente obteve toda a atenção do cliente, que pegou a caixa do mesmo, olhando todos os lados, tentando descobrir como abria, até que com a intervenção das condutoras, conseguiu. Analisava o formato de cada peça, tentando encaixá-las pelo formato sem se preocupar com a imagem que tinha que formar, pois seu objetivo era encaixar de qualquer jeito.

Ao longo da sessão J.M foi se mostrando receptivo às intervenções. Após guardar o jogo, a conversa entre condutoras e cliente continuou e quando questionado se gostava de frutas, disse sim. Aproveitando essa informação, as condutoras solicitaram que ele desenhasse essas frutas, e como produto apenas uns traços no papel. Posteriormente, com estímulos, desenhou uma casa e uma árvore. Em seguida, JM organizou a caixa com todos os objetos, deixando do lado de fora apenas a caixa de lápis de cor, que desde o início não fazia parte da caixa.

4.3 Visita à escola

Durante o processo de avaliação psicopedagógica, a visita do profissional da psicopedagogia à escola do cliente se constitui como um rico momento nessa trajetória investigativa. Pois nessa etapa este profissional conhece a escola e seus sujeitos, sendo necessário ir com posicionamento de investigador, com objetivo e olhar sensível. É nesse encontro com a professora da turma da criança, coordenadoras, espaço físico, outras crianças que é possível apreender como se dão as relações em torno e com esse sujeito no contexto escolar. E a partir disso, analisar como esses dados se relacionam com as hipóteses levantadas sobre o cliente.

Foi com base nessa perspectiva que se deu à visita das psicopedagogas estagiárias a escola do cliente J.M, logo alguns pontos observados merecem destaque: a estrutura física pequena da escola e das salas de aula dificulta a realização de um trabalho mais significativo, pois o espaço deve oferecer oportunidade de relações e troca de experiências, com objetivos bem definidos; há por parte da professora uma atenção as necessidades de J.M, entretanto não existe uma flexibilização curricular dos conteúdos e metodologia de ensino por parte da escola que atenda as necessidades do cliente, apenas com relação à avaliação; com relação à interação de J.M com as outras crianças, observou-se que o cliente se relaciona bem com os colegas e que não há exclusão por parte destes. Além disso, a professora apontou que o cliente não traz as atividades respondidas, não gosta tanto da proximidade dela, pois se sente vigiado e tem dificuldade em compreender comandos.

4.4 Provas operatórias

Segundo Weiss (2008) as provas operatórias almejam precipuamente delimitar o grau de aquisição de algumas noções-chave do desenvolvimento cognitivo, detectando o nível de pensamento alcançado pela criança, ou seja, o nível de estrutura cognoscitiva com que opera.

Neste atendimento foram realizadas as provas operatórias: Sieriação; Conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos; Conservação de líquido; Conservação Superfície; Conservação de comprimento; Interseção de classes, sendo os mesmo selecionados de acordo com as necessidades observadas durante o levantamento de hipóteses, como ressalta Weiss (2008, p. 103) quando diz que:

Os testes e provas são selecionados de acordo com a necessidade surgida em função de hipóteses levantadas nas sessões familiares (nas EFES), nas atividades lúdicas, quando alguns aspectos não ficam claros e exigem um aprofundamento por outros caminhos, em pouco tempo.

Nesse sentido, percebeu-se durante a realização das provas, significativas dificuldades expressadas por J. M., quanto à interpretação das orientações repassadas, organização de informações, seleção e retenção de dados, leitura lógica e abstrata das situações propostas, assim como na criação de estratégias para resolução dos problemas apresentados. Segundo Weiss (2008) “As dificuldades escolares podem estar ligadas à ausência de estrutura cognoscitiva adequada que permita a organização dos estímulos, de modo a possibilitar a aquisição dos conteúdos programáticos ensinados em sala de aula”.

Contudo identificou com clareza todos os elementos apresentados, bem como suas respectivas características, como cor, tamanho, entretanto não conseguiu estabelecer relações, associações e distinções entre os mesmos evidenciando limitações no uso do raciocínio lógico e rápido, longo e complexo.

Percebeu-se também a ausência da identidade subjetiva, visto a resistência quanto a questões ligadas a sua personalidade, bem como apresentou relevantes dificuldades quanto a irreversibilidade, quantificação, e tempo/espaço. Contudo nesse sentido expressou favorável noção de compensação, ainda que limitada, pois seus argumentos expressam também desnível entre sua idade mental e cronológica.

4.5 Técnicas Projetivas

Segundo Weiss (2008, p. 118):

O diagnóstico psicopedagógico usa técnicas projetivas que trabalham com situações relativamente pouco estruturadas, usando-se estímulos com grande amplitude até mesmo ambíguos. As tarefas propostas permitem uma diversidade de respostas, havendo, portanto, o livre jogo da imaginação, da fantasia, dos desejos. O princípio básico é de que a maneira do sujeito perceber, interpretar, e estruturar o material ou situação reflete os aspectos fundamentais do seu psiquismo.

Nesse sentido, trouxemos como proposta para o paciente o desenho da sua casa e como a mesma é dividida e organizada. Observamos que conhece as cores, fala que não sabe quando lhe é solicitado fazer uma atividade, mas é questionador e muito comunicativo, o que contribui para que após a sua declaração de que “não sabe”, realize as atividades solicitadas, além de explicar tudo que está fazendo. Percebeu-se também que durante a construção do grafismo ficou observando a porta da sala de atendimento e usou como referencial para fazer a porta do desenho da sua casa. Muito observador, os olhos correram por toda sala.

Segundo Weiss (2008, p. 121-122) é importante ponderar esses detalhes, pois entende que “durante a realização de qualquer desenho, é fundamental observar o processo de produção: a postura corporal, a motricidade fina, o ritmo como trabalha, a forma de elaborar as figuras e a cena, como: se começa a figura pela cabeça ou pelos pés, a necessidade do uso de régua, o uso exagerado de borracha, o começar e amassar várias vezes a folha”.

Nesse contexto observou-se que além do grafismo utilizou figuras dispostas na mesa as quais posicionou no desenho onde dorme, demonstrando que sabe usar a cola. Vale ressaltar que ficou agitado quando as mãos estavam sujas, ficou solicitando ir ao banheiro para limpá-las. Durante o diálogo, informou que dorme na cama nova sozinho. Impulsivo, pegou o primeiro lápis de cor pra pintar a casa, entretanto demonstrou dificuldade com a cor que de fato desejava pintar a casa. Segundo Weiss (2008, p. 125) “Após a apresentação da produção feita, é enriquecedor provocar uma fala sobre o que está acontecendo, o que aconteceu antes e o acontecerá depois [...] e outras perguntas condizentes com a situação”.

Nesse sentido, quando questionado sobre se dorme quando está pouco escuro ou muito escuro, respondeu “muito escuro”. Em seguida, bocejou e deitou em cima da folha, ao propormos uma nova atividade apresentou dificuldade em se concentrar. Essa proposta tinha como objetivo perceber a compreensão do mesmo quanto aos quatro momentos do dia, nesse sentido, soube especificar corretamente: manhã, tarde e noite. Posteriormente, explicou sua rotina, manuseando as figuras. Identificou a figura que mostrava um garoto comendo pizza e disse que não pode comer pizza.

Com relação a sua rotina, informou que pela tarde assiste malhação, novela novo mundo, jornal, novela Pega pega, jornal de novo, dorme, deita no quarto pra assistir TV, fica pensando em Deus, isso tudo na casa da avó. Durante a noite, assiste TV, assiste patrulha canina, vai para casa da mãe, disse que a ama demais e que dorme junto com ela.

Outra projetiva realizada foi quanto a sua festa de aniversário, para observação do seu vínculo consigo mesmo, durante o processo de construção do grafismo que representaria o seu último aniversário, desde as primeiras orientações, percebeu-se a rejeição, e desânimo para a realização da proposta, logo sendo uma atividade que exigiu muitos estímulos para sua elaboração, observou-se também o uso de agressividade durante os desenhos, os quais foram repetitivos e dispostos no papel de forma aleatória e descuidada, refletindo uma negativa quanto ao ato de falar de si e dos outros que fazem parte de sua vida.

4.6 Provas Pedagógicas (e outras se necessário)

As Provas Pedagógicas, no contexto social, são utilizadas para demonstrar as aprendizagens do sujeito, o que ele já sabe, o que não sabe e o que deveria saber no nível escolar em que se encontra e como articula os conteúdos e diferentes conhecimentos em situações escolares e sociais.

Para tanto, ao chegar nessa sessão J.M encontrou a mesa estava repleta de livros de histórias, ele pegou e observou vários livros, ao ser questionado por uma das psicopedagogas estagiárias sobre o título de um dos livros (O coelho e a cobra), soletrou as letras, não conseguiu ler palavras. VLVL= lebre. Em alguns momentos conseguiu identificar as letras e em outros não. Disse que toda letra era L, mesmo conseguindo identificar que são diferentes. Afirmou que só é I quando tem um pingo em cima. Quando não conseguia ler, dizia que tinha esquecido. Conseguiu fazer associações sem mediação, por exemplo, z de zebra.

Uma das condutoras solicitou a contação da história a partir das imagens do livro: identificou a cobra, a tartaruga, o papagaio e o urso, disse que a cobra estava triste. Primeiro explicava o que a expressão facial (sentimento) do desenho transmitia e depois os identificava. Imitava as expressões dos personagens. Apontou a banana, legumes e verduras. Disse que P era B na palavra APOSTO. Falou do seu cartaz para as condutoras e afirmou mais uma vez que não sabia ler. Conseguiu identificar a palavra não. Durante seus momentos de leitura, fazia o movimento de vai e vem. Não gosta de comemorar.

Foi solicitado ao cliente que recontasse a história, por meio de interpretação oral para as perguntas realizadas por uma das condutoras: reconheceu os personagens, quando questionado sobre o título, respondeu: “A tartaruga, cobra passando e o urso.” O que aconteceu com a tartaruga quando viu o coelho? “O coelho viu a cobra triste, coelho come cenoura”. Seu desempenho durante a leitura de imagem foi muito bom. Não conseguiu associar texto a imagem. Memória recente sobre o texto comprometida. Realizou a contagem de pontos corretamente. Memória imagética recente e de longo prazo é muito boa.

Para finalizar o atendimento, foi proposto um ditado de frases, por exemplo: os animais estavam alegres. Conseguiu associar o som a algumas letras, principalmente vogais. Além disso, disse o que tinha na folha: itens com seu nome e idade. Mas na hora de ler a frase, disse que havia esquecido.

4.7 Anamnese

A Anamnese é uma das peças fundamentais deste quebra-cabeça que é o diagnóstico. Através dela nos serão reveladas informações do passado e presente do sujeito juntamente com as variáveis existentes em seu meio. Observaremos a visão da família sobre a história da criança, seus preconceitos, expectativas, afetos, conhecimentos e tudo aquilo que é depositado sobre o sujeito. Consiste em entrevistar o pai e/ou a mãe, ou responsável para, a partir daí, extrair o máximo de informações possíveis sobre o sujeito, realizando uma posterior análise e levantamento do 3º Sistema de Hipóteses. Para isto é preciso que seja muito bem conduzida e registrada.

Segundo Weiss, o objetivo da anamnese é “colher dados significativos sobre a história de vida do paciente”(2007, p.61).

De acordo com Paín, a história vital nos permitirá”...detectar o grau de sua individualização que a criança tem com relação à mãe e a conservação de sua história nela” (1992, p.42).

Analisando as informações explicitadas pela avó de J,M chegamos a conclusão que o modelo de família que a criança convive não corresponde aos padrões de uma correta estrutura familiar, sendo assim o não aprender de J,M pode está relacionado ao sócio-afetivo , devido aos diversos fatores recorrentes da sua história familiar. No entanto, a dinâmica familiar faz com que J,M apresente dificuldades de aprendizagem, dificultando sua organização temporal, espacial, etc., dificultando a sua aprendizagem formalizada.

Partindo do contexto familiar de J.M, constatamos que na declaração feita por sua mãe, que foi um filho desejado, compreendemos que as dificuldades de aprendizagem detectada na criança está relacionada a várias consequências existentes na família como: gestação conturbada, com brigas entre ela e o pai de J,M, vivência em três núcleos familiares distintos: casa da avó, casa do pai e casa da mãe, rejeição implícita dos colegas da escola, etc.

Dessa forma, entendemos que a participação dos aspectos afetivos e cognitivos, o sentimento amor-afetividade construído primeiramente entre mãe e filho vai se generalizando aos outros, como ao pai, à irmã, à avó, existindo assim uma transformação ou adaptação aos acontecimentos e situações anteriores impregnadas de emoções.

Segundo Rossini (2001 p.9): A afetividade acompanha o ser humano desde o nascimento até a morte. Ela “está” em nós como uma fonte geradora de potência de energia.

A família é responsável pelo desenvolvimento psicossocial e maturidade da criança, proporcionando uma sustentação necessária para o seu desenvolvimento. Porém, só conseguirão êxito nesse processo, famílias organizadas.

Enfim, os pais são os principais responsáveis pela sustentação emocional dos filhos, para que estes encontrem êxito na aprendizagem escolar, orientando-os para lidar com as frustrações em relação aos modelos de aprendizagem formal.

5 ASPECTOS RELEVANTES DA HISTÓRIA DA VIDA

A história vital é um dos pontos mais importantes do diagnóstico. É através dela que podemos buscar as raízes que impedem o paciente de progredir no processo de aprendizagem. A busca da reconstrução do passado e da vida presente nos dará sustentação para um trabalho seguro. A família é o ponto principal, pois é ela quem nos fornecerá dados imprescindíveis sobre a vida do paciente.

Conforme, Paín (1985, p. 43-45) seguem abaixo alguns pontos de indagações predominantes:

a) Antecedentes natais

1. **Pré-natais:** condições de gestação, doenças dados genéticos e hereditários e expectativas do casal.

2. **Perinatais:** circunstâncias do parto, sofrimento fetal, cianose ou lesão, ou outros danos que daí poderão advir.

3. **Neonatais:** adaptação do recém nascido, choro, amamentação, capacidade de adaptação da família à chegada do bebê, respeito ao ritmo individual do bebê entendendo suas demandas.

4. **Doenças:** doenças e traumatismos ligados diretamente à atividade nervosa superior; situações de reclusão; sentimentos mobilizados; processos psicossomáticos; disponibilidade física; fatigabilidade e limitações corporais.

5. **Desenvolvimento:** dados relativos ao desenvolvimento motor, da linguagem e hábitos da criança. Importante saber se as aprendizagens foram feitas pela criança no momento esperado, antecipadas ou retardadas pela família.

6. **Aprendizagens:** autonomia da criança para realizar determinadas condutas, controle externo.

7. **Situações dolorosas:** mudanças radicais ou situações de perda, participação da criança e condições em que se deram.

8. **Escolaridade:** experiências, expectativa e significado para a família. Mais do que os dados quantitativos levantados na entrevista da história vital, importa saber COMO, COM QUEM, DE QUE FORMA a criança realizou as aprendizagens e QUAL OS SENTIMENTOS DA MÃE E DA FAMÍLIA em relação à essas aprendizagens. (ESCOTT, 2001)

Durante a anamnese, conforme com a fala da mãe observamos que JM sempre foi muito protegido pela avó, fato este confirmado durante o levantamento 1º sistema de hipótese quando foi observado a dificuldade motora devido a superproteção da avó. Observamos que durante o percurso da anamnese a mãe se mantém numa postura de total esquecimento de fatos muito importantes no que tange o período de gravidez. Porém, segundo a mãe a gravidez foi desejada. A mãe relata ainda, complicações durante e pós parto.

Confirmamos, durante a anamnese que J.M tem uma rotina diária fracionada que se resume em casa da avó, casa do pai e casa da mãe. No entanto, J.M tem como maior referência a casa da avó, Dona Sebastiana.

Após a anamnese, chegamos ao levantamento da 3H, percebemos também durante todo o processo da avaliação diagnóstica que o cliente J.M apresentou inquietação, estereotípias, ansiedade e expressiva dispersão e desatenção. Além disso, segundo afirmação da mãe, o cliente até os seis anos não aceitava receber carinho. Características comuns ao quadro de TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) e transtorno de ansiedade.

6 INDICATIVOS DE AVANÇOS DO CLIENTE

Durante o processo de avaliação de J. M. observou-se sinais de esforço, participação significativa durante a realização dos atendimentos, e muito interesse. Em meio aos atendimentos desenvolve-se um processo de descobertas, não somente na perspectiva da busca psicopedagógica pretendida visto á queixa inicial, mais também por parte da participação do cliente que gradativamente disponibilizou-se em aprender e superar-se.

Logo se destaca dentre os avanços percebidos a afetividade, a comunicação – diálogo, o entusiasmo, autocontrole, e principalmente a autoestima e o carinho para com sua imagem, evidenciados na relação expressivamente afetuosa com sua própria foto colocada no jogo construído para a sua devolutiva do diagnóstico. Ressalta-se também a sua alegria e calma junto aos seus familiares e o seu esforço para as atividades pedagógicas.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES: análises das sessões

7.1 Aspectos cognitivos

A dimensão cognitiva está relacionada ao desenvolvimento das estruturas cognoscitivas do sujeito aplicadas, em diferentes situações. No domínio desta dimensão estão:

memória, a atenção, a percepção, a linguagem e outros fatores que usualmente são classificados como intelectuais.

A fim de diagnosticar a natureza das estruturas de pensamento do sujeito foram utilizadas as provas piagetianas para determinação do comportamento operatório concreto: seriação, conservação das quantidades discretas. As provas revelam uma capacidade de seriar correspondente ao nível, J.M não soube seriar, ordenar em forma crescente ou decrescente os objetos ele não entende o que lhe é solicitado que faça. Conforme Visca (2008, p.33) as crianças deste nível: tem ausência de seriação, o sujeito fracassa nas suas tentativas de ordenar, a criança não entende a proposta e coloca os bastões em qualquer ordem, justapondo-os .

ATENÇÃO

J.M apresenta atenção concentrada em relação ao ambiente que está inserido, porém o mesmo não é observado durante a realização das atividades. Durante a realização das mesmas, apresenta atenção alternada, ou seja, em alguns momentos se esforçava em prestar atenção nas atividades e ao ambiente, ou em qualquer alteração do mesmo.

MEMÓRIA

A sua memória de curto prazo (ou memória ativa) apresenta baixo desempenho por não saber ao certo elencar acontecimentos do dia-a-dia, confundindo-se constantemente quando é questionado sobre os acontecimentos do dia em que está vivendo em sua rotina diária (tempo/espaço).

A sua memória a longo prazo é comprometida, pois para o aprendizado da criança, ela é o sistema que tem maior interesse. Em relação a vivência familiar a sua memória a longo prazo torna-se seletiva.

Apresenta memória imagética preservada, porém quando esta é sequenciada necessita de intervenção.

LINGUAGEM

A sua linguagem oral de vivências, fatos e observações próprias é confusa e comprometida, pois apresenta dificuldade na articulação e pronúncia correta das palavras com ênfase para troca do R p/ l; P p/ B; i p/ l.

Não domina a leitura e linguagem escrita, apenas copia (bom copista) e já tem memorizado a escrita do seu próprio nome, seguido da idade. Utiliza-se da expressão facial para melhor comunicar-se.

De acordo com Piaget (1964) novos níveis de conhecimentos estão sendo indefinidamente construídos através das interações no sujeito e no meio. Estudando simultaneamente os fundamentos da lógica e a formação da inteligência da criança Piaget conclui que a aquisição dos conhecimentos se faz segundo dois processos complementares: a acomodação e assimilação. Piaget (1996) expõe as ideias de assimilação e da acomodação deixa claro que da mesma forma como não há assimilação sem acomodação anteriores ou atuais, também não existem acomodação sem assimilação. Esta declaração significa que o meio não provoca simplesmente o registro de impressões ou a formação de cópias, mas desencadeia ajustamentos ativos por parte do sujeito. Em relação a J.M não há assimilação consequentemente ele não acomoda.

7.2 Aspectos pedagógicos

Na área pedagógica, o cliente foi avaliado no âmbito da leitura, escrita e cálculo matemático. J.E ainda não se apropriou convencionalmente da leitura e da escrita, afirmação constatada durante a convivência com o cliente e desenvolvimento de atividades com o mesmo. Buscou-se também conhecer essa esfera a partir da análise do seu material escolar, com a presença dele durante esse momento. O cliente demonstrou autonomia e fez o reconhecimento da sua letra, do visto da professora e da letra dos colegas, ao apontar quais atividades foram realizadas por ele e quais foram realizadas por terceiros, colocações reafirmadas na identificação de escritas diferentes em várias páginas dos livros.

Com relação à escrita, observa-se que o paciente compreende que a escrita representa a fala, bem como percebe a relação do som com a grafia. Utiliza letra em caixa alta, em alguns momentos mesclando esta com a letra cursiva. Algumas vezes escreve com sílabas completas e outras incompletas, alternando escrita silábica com alfabética, indicando estar no nível de escrita silábico-alfabético. No escrever, não controla a pressão do lápis sobre a folha, utilizando-se de muita força. Com relação à organização dessa escrita na folha, se utiliza de toda a linha e principalmente da área superior da folha.

No que concerne à leitura, o cliente compreende que este é sinônimo de soletração das letras e se utiliza das imagens, quando há, para ler o material proposto. Em referência ao raciocínio matemático, o cliente consegue contar, mas não consegue associar o número a quantidade que o mesmo representa, e não tem domínio das quatro operações.

7.3 Aspectos afetivos-sociais

No aspecto afetivo-social percebeu-se que J. M. apresenta relacionamento afetivo com familiares: pai, mãe, avó e irmã, corresponderam de maneira favorável ao relacionamento com as psicopedagogas durante os atendimentos, apesar de explicitado pela mãe que o mesmo até os 06 anos não aceitava carinhos. Cotidianamente se mostra questionador e observador.

Na escola esforça-se para estabelecer vínculos com colegas e professores e demonstra satisfação quanto aos mesmos. Contudo explícita resistência de colegas quanto sua participação em determinadas brincadeiras coletivas. Apresenta também dificuldades quanto á expressão, quer seja verbal ou gráfica, de suas emoções para com seus familiares e para consigo. Visto que explicita com ênfase, aversão, irritação e impaciência aos estímulos para a representação de sua casa, de seu último aniversário, de sua família e de si mesmo.

Nesse contexto, percebe-se em seus grafismos que quanto à localização de seus desenhos, no que tange a representação de sua rotina, oscila entre o uso dos cantos, das laterais direita e esquerda, assim como o uso de imagens fora da margem do papel, representação que correspondeu ao seu último aniversário, demonstrando fraco índice de socialização, deficiência intelectual, inibição, controle intelectual, tensão, bem como a procura por satisfação imediata, associados também a forte pressão aplicada aos desenhos realizados, percebeu-se também a recorrência de desenhos angulosos indicando tendência à introversão, ao isolamento, explicitando situações de violência.

A boa análise do grafismo fornece dados da área cognitiva do sujeito, assim como do processo simbólico normal ou com desvios patológicos, dando a compreensão global do paciente. Por exemplo, analisaremos os instrumentos que a criança já possui para desenhar: a construção do dentro e do fora, parte e todo, da horizontal, da vertical, da simetria da profundidade, da perspectiva etc. Por outro lado, podemos refletir sobre o

significado do tem escolhido o modelo de casa, de árvore, e todos os demais objetos e detalhes colocados, das omissões dos acréscimos e transformações feitas. (WEISS, 2008, p. 122).

Logo, quanto ao grafismo da casa da avó, J.E. representou portas e janelas dentro do contorno do teto, evidenciando a ênfase da fantasia, sendo a janela junto ao teto apresentando problema somático, e cerceamento, ressalta-se também que a porta foi representada muito pequena em relação a janela refletindo relutância em estabelecer contato com o ambiente, com retraimento no intercâmbio pessoal, explicitando timidez, receios, instabilidade emocional o que resultam em sofrimento. Acerca da perspectiva representou teto, janela, porta, e quartos sobrepostos na vertical, demonstrando confusão no que tange a localização e incompreensão físico-espacial.

Quanto ao desenho da árvore, instrumento utilizado também durante testes projetivos para observação do aspecto afetivo-social, percebeu-se a representação de tronco alargado para os dois lados e solto no espaço sem raiz, sem base, distante da linha da terra, indicando desorientação, insegurança, com dificuldades de vida e de compreensão, grafismo com características associadas à deficiência intelectual. Acerca da representação da copa da árvore, esta foi feita aumentada para a esquerda e com linhas em serras de dentes demonstrando ligação ao passado, falta de desejo de progredir, traços de má vontade, teimosia, nervosismo, com tendência ao autismo. Ressalta-se que a árvore foi desenhada bem frutífera indicando característica de rejeição.

8 ORIENTAÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS

8.1 Família

Este momento de devolutiva para a família é entre todos que compõem o percurso de avaliação psicopedagógica, o mais aguardado, muitas expectativas são geradas em torno dessa etapa, pois representa para a família a busca de respostas para sua queixa inicial, bem como de orientações para um acompanhamento mais assertivo. Um momento de nervosismo mais de alívio para familiares.

No caso da família do cliente J.M., onde estavam presentes seu pai, sua mãe e sua avó paterna, primeiramente buscamos constituir um espaço relaxado e de tranquilidade, pois segundo Weiss (2008, p. 138) “é preciso que circule muito afeto para que todos sintam o desejo de recolocar suas dúvidas, sentimentos de confusão, para que eles possam afetuosamente ver trabalhados e repensados os sentimentos de culpa. A mobilização não é somente da família mais do terapeuta”, logo para isso usamos exercícios de alongamento e de respiração, em seguida realizamos um jogo cênico para sensibilização visando promover esse ambiente de participação e reflexão recíproca, almejando uma fluidez na comunicação das orientações, em face dessas práticas todos se mostraram surpresos, e tocados em suas questões problemas, principalmente nos vínculos afetivos nas relações intrapessoais e interpessoais, e que visto a avaliação psicopedagógica realizada, interferem significativamente no desenvolvimento do cliente.

De modo geral, no transcorrer da devolutiva, os familiares mais uma vez se mostraram solícitos, disponíveis, comportamento evidenciado durante todo o processo de observação psicopedagógica, para as orientações repassadas, as quais se constituíram visando contemplar os aspectos pedagógicos, orgânicos, mais principalmente afetivo-social e cognitivo, onde observamos pontos desencadeadores e implicadores na conduta apresentada por J.M.

Logo sugerimos as seguintes propostas:

- Acompanhamento com neuropediatra;

- Acompanhamento com equipe multidisciplinar: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo e psicopedagogo;
- Reforço escolar no contra turno com metodologia adequada ao quadro clínico do cliente.
- Troca de escola, pois a mesma não está adequada às demandas.
- Inserção em atividade física.
- Programação de atividades de laser em família.
- Prática de dialogo em família.
- Acompanhamento e participação familiar nas atividades escolares.
- Controle do tempo frente a TV.
- Pratica de jogos interativos em família.
- Construção participativa de rotina com regras, horários, e atividades claras, organizadas, e posta em local acessível.

Ao final a família como já explicitado acolheu as orientações, discutiu sobre as mesmas, no sentido de se apropriar para uma possível realização, ressalta-se também que de fato sensibilizaram-se quanto à necessidade de se autoperceber e buscar mudanças para que a qualidade de vida do cliente fosse alcançada, a qual era de interesse comum.

8.2 Cliente

Conforme Weiss (2008, p.138) “é necessário que se faça algum tipo de devolução no nível de compreensão da idade. Somente assim não lhes ficará a sensação de que algo lhes foi tirado, de que não há segredos entre o terapeuta e os pais.” Diante disso realizamos o momento de orientações com nosso cliente J.M. a partir de um jogo, adaptado e confeccionado por nós, sendo uma trilha colorida que cada grupo de cores correspondiam ao gostos e preferências do cliente, assim como suas praticas pouco atrativas, mais necessárias no seu cotidiano, até chegarmos ao conjunto que representavam possíveis perspectivas para seu futuro com alegria, aliado ao convite para autonomia em suas escolhas, ao respeito as regras e exercício da parceria com todos ao seu redor.

No centro do jogo confeccionado, colocamos um foto sua, a qual registrava sua alegria em um momento de êxito durante os atendimentos, buscamos colaborar para a afetividade com sua autoimagem, visto observamos o desinteresse e aversão a atividades que se remetessem aos vínculos afetivos para consigo mesmo. Contudo este momento foi marcante para todos nós pois J.M. ao perceber sua foto no próprio jogo nos surpreendeu com vários beijos e carinhos em sua imagem, expressando indícios significativo de avanço frente a essa conduta.

Durante o desenvolvimento do jogo em meio ao ambiente de brincadeira e de descontração, paralelamente fomos pontuando as características principais do J.M. iniciamos por seus pontos fortes, como brincar de carrinho, gostar de comer, de realizar passeios em família, alegria de está com sua família, em sua escola, visando fortalecer esses elementos positivos já existentes, objetivando colaborar também para que o mesmo se percebesse como sujeito, pessoa, criança, amada e importante, passando pelos aspectos a serem trabalhados, melhorados e a importância dos mesmos, como ter um tempo para estudar, diminuir o tempo a frente da TV, dentre outros. E por fim estabelecemos uma trajetória com etapas importantes a serem alcançadas, visando a construção de uma perspectiva de futuro, sendo este um ponto também ausente nas atividades produzidas pelo cliente. Ao final o presenteamos com o jogo, o gerou mais felicidade muito feliz.

8.3 Escola

Conforme prognóstico observou-se atraso no seu processo de aprendizagem, na habilidade linguística no que se refere escrita, leitura e expressão oral, fato que prejudica sobremaneira a sua aprendizagem.

Percebeu - se também dificuldades em acompanhar as demandas escolares em função dos aspectos afetivos - sociais e cognitivos estarem interferindo diretamente no desenvolvimento do seu processo de aprendizagem. Nesse sentido foram feitas as seguintes orientações ao espaço da Escola.

- Uso de material pedagógico concreto
- Acompanhamento do psicopedagogo escolar
- Uso de currículo funcional visando privilegiar o exercício constante de atividades interativas, essenciais para o desenvolvimento da autonomia.
- Prática de jogos, visto que estes colaboraram para o desenvolvimento do aspecto cognitivo, afetivo, social, lingüístico e físico-motor.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso delineado neste trabalho objetivou discutir as implicações dos aspectos cognitivos e afetivos sociais no desenvolvimento da aprendizagem do cliente J.M. A opção pela metodologia de abordagem qualitativa, a partir da pesquisa de campo, direcionou as autoras para o estudo de caso, uma que possibilita a compreensão do fenômeno a partir da visão dos sujeitos nele envolvidos, levando em consideração todos os pontos de vista relevantes Godoy (1995)

O campo de pesquisa deu-se na Clínica-escola durante o desenvolvimento do estágio supervisionado, no qual conheceu-se o cliente e suas demandas. Uma investigação subsidiada do início ao fim em referenciais teóricos que direcionaram os olhares, a resolução de questionamentos, o surgimento de novos e a discussão acerca das categorias colocadas e das suas relações com a aprendizagem do cliente

A partir da metodologia utilizada, dos dados analisados e das propostas lançadas aos sujeitos e instituições envolvidas nesse estudo de caso, conclui-se que os aspectos cognitivos e afetivos sociais são determinantes no desenvolvimento da aprendizagem do cliente, uma vez que este apresenta comprometimento cognitivo que precisa ser estimulado, bem como precisa de um redirecionamento de como lidar com suas emoções e como se relacionar com os outros, compreendendo e se fazendo compreender nesse contexto social. Nesse sentido, apresentando retrocessos e avanços diretamente relacionados ao modo como os aspectos são trabalhados

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 1994.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004.

FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança.** Porto Alegre, 1991

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** ERA-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – característica, usos e possibilidades.** Cadernos de pesquisas em administração. São Paulo, v. 1, n. 3, 2º semestre, 1996.

PAÍN, Sara, **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAMPAIO, Simaia. **Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico.** 5. Ed. – Rio de Janeiro: Wal: Ed, 2014. 172p.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica. Epistemologia Convergente.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica-** uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro. 12ª edição, 2007.

**AS MÚLTIPLAS FORMAS DE INTERAÇÕES E OS PROFUSOS CONTEXTOS
SOCIOLINGÜÍSTICOS COMO CONDIÇÕES DE IGUALDADE E
MULTILETRAMENTO ESCOLAR**

**THE MULTIPLE FORMS OF INTERACTIONS AND THE PROFUSED
SOCIOLINGUISTIC CONTEXTS AS CONDITIONS OF EQUALITY AND SCHOOL
MULTILETERING**

Ana Paula Pereira Chagas*
Joelina Maria da Silva Santos**

RESUMO

O trabalho apresentado tem como objetivo propor estratégias didático-metodológicas que utilizem as formas de interações e os profusos contextos sociolinguísticos para diminuir a desigualdade escolar. Para isto, considera-se examinar meticulosamente sobre a indispensável necessidade da aplicação dessas ações dinâmicas por meios distintos, representativos e específicos. Assim sendo, a pesquisa baseia-se na taxionomia de Vergara (2014) e é quanto aos fins Descritiva, Explicativa e Aplicada. Quanto aos meios, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, uma vez que busca analisar materiais publicados em livros, sites de internet e documentos que se encontram disponíveis para a pesquisa. Sugere-se ainda, técnicas didáticas metodológicas com aplicações de formas propícias que se baseiam na interação e em contextos sociolinguísticos e do multiletramento para que não haja desigualdade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Sociolinguístico. Multiletramento. Interação e Igualdade.

ABSTRACT

The present work aims to propose didactic-methodological strategies that use the forms of interactions and the profuse sociolinguistic contexts to reduce school inequality. For this, it is considered to carefully examine the indispensable need for the application of these dynamic actions by distinct, representative and specific means. Therefore, the research is based on the taxonomy of Vergara (2014) and is based on Descriptive, Explanatory and Applied purposes. As for the means, the research is classified as bibliographical, as it seeks to analyze materials published in books, internet sites and documents that are available for research. It is also suggested, methodological didactic techniques with applications in favorable ways that are based on interaction and on sociolinguistic and multiliteracy contexts so that there is no inequality in the school environment.

Keywords: Sociolinguistic. Multiliteration. Interaction and Equality.

* Discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional IESF-Paço do Lumiar /MA. Graduada em Pedagogia pela Universidade CEUMA – MA. E-mail: paulapereirachagas11@gmail.com

** Orientadora; Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara-SP; Mestre em Pedagogia Profissional – Havana/Cuba; Licenciada em Letras e Artes – UFPA.

1 INTRODUÇÃO

As conjunturas adversas referentes às circunstâncias, que permeiam as diferentes formas de comunicações, percorrem as situações do equilíbrio de igualdade por meio de uma alfabetização linguística distinta e eficaz, na qual essa venha explorar as mais variadas formas de língua. Assim, o multiletramento escolar movimentam-se por inúmeros ambientes educacionais, nos quais as instruções pedagógicas penetrem de fato nos mais abrangentes artifícios inclusivos com estratégias que abordem um aprendizado pedagógico e social, por meio de concepções de ensinos com perspectivas modernas e tecnológicas para tentarem assegurar o direito à educação de modo global aos alunos.

Isto posto, levantou-se o seguinte problema científico como proceder para que o multiletramento aconteça de forma e condições iguais? Como o multiletramento e as inúmeras Leis didáticas podem combater a inclusão escolar e os obstáculos? Sendo assim, segue-se alguns questionamentos como de que maneira pode-se combater e operar no que se refere as funções sociolinguísticas e a importância do ensino voltado para o multiletramento e os múltiplos canais que podem ser propostos para uma prática efetiva do sistema de ensino-aprendizagem por meio claro e permanente para uma condição de igualdade e as suas diversas formas de interações para impugnar a inserção escolar e coletiva? Para esse fim, pautou-se o seguinte objetivo geral que é propor estratégias didático-metodológicas que utilize as formas de interações e os profusos contextos sociolinguísticos para diminuir a desigualdade escolar.

O estudo fundamentou-se segundo a taxionomia de Vergara (2014), e pode ser quanto aos fins, é Descritiva, Explicativa e Aplicada. Descritiva, porque visa o ambiente físico e a conveniência dos alunos do ensino fundamental e médio. É explicativa, porque busca uma relação de causa-efeito para a atual situação dos alunos que se sentem discriminados quando, de forma involuntária expressam-se numa linguagem mais informal e Aplicada, por se tratar de um problema concreto e que precisa de práticas, multifuncional e pedagogicamente utilizadas no dia a dia. Quanto aos meios, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, uma vez que busca analisar materiais publicados em livros, sites de internet e documentos que se encontram disponíveis para a pesquisa.

A prática inquirida é considerada extremamente valiosa por expor conteúdos categóricos e deveras abordado no âmbito escolar, contudo com um exercício muito pouco desempenhado na vivência colegial. Daí a elevação da função do educador e os outros profissionais da área no seio escolar para tentarem minimizar os efeitos das desigualdades e dos problemas voltados as funções sociolinguísticas e do multiletramento para combater a inclusão do dia a dia escolar.

Assim, a pesquisa é de suma importância por se tratar de inclusão escolar para que haja igualdade no longo do processo evolutivo estudantil.

Para melhor compreensão da temática, a pesquisa primeiramente vai analisar as diversas literaturas que tratam do tema e as normas legais propícias para as condições de igualdade, depois sugere-se técnicas didáticos-metodológicas com aplicação de formas propicias que se baseie na interação e em contextos sociolinguísticos e do multiletramento para que haja inclusão social.

2 HISTÓRICO DO PROBLEMA

2.1 O Multiletramento e as Leis Didáticas, de acordo com o trabalho escolar na realidade do campo das Inter-relações Educacionais no combate a Inclusão Escolar

Os assuntos de grande destaque no painel socioeducacional, incontestavelmente são dados ao multiletramento e o combate a inclusão social escolar. As tópicos em questão, vem finalmente tornando-se alvo de debates nos mais variados ambientes educacionais e nas comunidades sejam essas por meio governamental e das comunidades escolar, que buscam discutir qual a melhor forma para focar a questão do letramento aos multiletramentos e os diversos modos de como utilizar a leitura e estudos através das mídias, assim realizando uma profunda pesquisa qualitativa no que compete os problemas relativos aos aspectos sociais e sua aplicação direta na educação e o tratar a inclusão social escolar.

Sabe-se que a inclusão escolar não é só exclusivamente enquadrar o educando na esfera escolar por meio a esse assíduo círculo escola, mas sim mostrar a ele a necessidade na qual esse terá um universo totalmente intelectual, competente, com sinônimo de ensino abundante, cheio de habilidades estabelecidas por meio dos sentido abrangentes, através dos novos costumes, ideias, criação humana, predominantemente, com fundamentos práticos do ensino das instituições próprias para um vínculo escolar e o exercício da cidadania, conforme previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Título I da Educação:

Art. 1º A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB/BRASIL, 1996, p. 47)

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, aponta dentre as inúmeras perspectivas para uma educação de qualidade e abrangente, a educação escolar é vista como muito mais do que um simples conhecimento semântico. A educação escolar contribui para a estruturação múltipla e sociolinguística do indivíduo, assim trabalhando de modo extremamente dedicado ao estudo da inter-relação e os aspectos positivos entre a língua e a sociedade promovendo um campo escolar inclusivo por meio dos gêneros textuais através das multimodalidades do multiletramento.

Em vista disso, a educação e o processo de lecionar auxiliam sistematicamente de forma múltipla por meio das atribuições e das relações entre a língua e o contexto social educacional, conforme as estratégias pedagógicas do método de alfabetizar envolvendo a produção, relevância, inovação, criação, apoio familiar, das convicções da liberdade, condições de igualdade e a capacidade de transformar as vidas do dia a dia escolar dos educandos por meio da completa amplificação para as práticas do exercício do trabalho escolar.

Nessa condição, é de suma importância mencionar os benéficos auxílios de muitos recursos formais e legais que sustentam o âmbito escolar aos moldes da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o (PNE) Plano Nacional de Educação. Assim, guiada pela LDB e o que menciona um de seus inúmeros artigos, alcanço influencia e entusiasmo para destacar e mencionar que no artigo 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa maneira, faz-se necessário proceder de acordo com as preciosas funções apontadas pelas esferas que envolvem as atribuições sociolinguísticas e do compromisso da interação do multiletramento para uma estruturação de condições igualitárias por meio dos projetos pedagógicos e das maneiras nas quais possam de certa forma facilitar a via de mão dupla para o acesso ao combate a inclusão educacional.

Obviamente com toda essa disposição estrutural dos novos conhecimentos pedagógicos, deveram ocorrer transformações objetivando a concretização e execução dos contemporâneos traçados e concepções dos desenhos didáticos para assim reorganizarem todo o ambiente escolar, de modo a prover e possibilitar uma melhor aproximação entre a esfera escolar e os alunos no aspecto sociolinguístico, permitindo o estreitamento das relações linguísticas, o desenvolvimento corrente para uma brilhante alfabetização multiletrada, com atitudes renovadas e um aprimoramento como um todo nos alicerces da escolar.

É essencial citar que com todo o modernismo acelerado da sociedade, os processos de desenvolvimento tecnológicos, múltiplos, e estruturais das capacidades de construções dos sentidos práticos pedagógicos no que tangem o aperfeiçoamento e capacitação dos educadores para a criativa educação tecnológica do multiletramento sociolinguístico na luta contra as condições de desigualdade socioeducativa.

O multiletramentos, Tecnologias e a Formação Docente; Mídias interativas, Gamificação e possibilidades de Letramento Digital; Práticas colaborativas de leitura e escrita e Multiletramentos digitais; Cultura digital, Sociedade, Linguagens e Diversidade; Pedagogia dos Multiletramentos e o processo ensino e aprendizagem na Cibercultura; Mídia, discurso e Poder; Letramentos na Educação como um todo. (CARVALHO, 2019, p. 9).

Nisto, o cenário em questão tem grande relevância para o crescimento educacional dos alunos, pois aplicar uma nova proposta metodológica promoverá diferentes competências para a construção futura desse indivíduo e implicará muito além das noções do letramento e dos múltiplos canais de comunicação que irão cercá-lo por meio das funções sociolinguísticas, ou seja, essas novas ferramentas, irão influenciá-los por meio de novas tecnologias, trazendo uma melhor visão, interpretação e produção textual. Esses critérios de ensino, irão exigir o uso de apetrechos didáticos tais como; vídeos, esquemas textuais, legendas, fotos ilustrativas, uso de material impresso para o desenvolvimento instrutivo, entre outras produções pedagógicas de acordo com a realidade escolar.

O papel do diretor e supervisor escolar, é instruir os professores a utilizarem da melhor forma possível as ferramentas vigentes com o intuito de motivar os alunos a não evadir do ambiente escolar. O educador terá uma função extremamente delicada no qual lançar mão dos (PCN'S) Parâmetros Curriculares Nacionais e da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promoverão uma melhor diversidade de tratamentos didáticos nos entornos das atividades de ensino, efetivamente aos modos do ler e escrever, considerando também os novos impactos literários que esse ser humano irá adquirir e poder contemplar para toda a sua vida.

As orientação Curriculares para serem usadas como convenções das multimodalidades no âmbito escolar, reafirmam a importância dos meios sociolinguísticos e do multiletramento para o desenvolvimento do dia a dia escolar, isto significa dizer que, os instrumentos mencionados anteriormente vão direcionar de modo impar a preparação para o atender a escola e os alunos no processo de desenvolvimento instrutivo.

Os gestores escolar, possuirão a necessidade de organizar e instruir toda a troca de experiências e ideias relacionadas à colóquios, debates, fóruns, seminários, grupos de estudos e reuniões mensais para checar os frutos dos métodos utilizados de modo qualitativo e

quantitativo. Aliás, toda a reflexão sobre as práticas escolares, partem da análise realizada da real estrutura escolar e de que forma essa instituição poderá aplicar os mecanismos pedagógicos sociolinguísticos que possuem em mãos e como será dada as adaptações dos currículos para as avaliações futuras dos profissionais.

Cabe salientar que o Ministério da Educação conta com programas de formação continuada, dentre os quais destacamos os três seguintes: Proinfo Integrado; Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Gestar II. (BRASIL, 2015).

Essas metodologias técnicas, são recursos, aperfeiçoamento dos saberes e oportunidades entendidas como de suma importância nas atividades dos educadores, na qual possuem o objetivo de assegurar um ensino de qualidade cada vez melhor aos educandos. Sabe-se que essas formas de sistemas inclusivo e efetivo, são necessários para assegurarem e fomentarem uma atuação docente no campo escolar, favorecendo e criando melhores condições ativas no trata-se do; planejar e organizar novos meios de ensino; analisar e identificar os obstáculos principais no ambiente de ensino e proporcionarem uma qualidade; o processo de gestão das classes serão ampliados; abraçar as novas ferramentas de ensino lançadas no processo de ensino da formação continuada; a melhor utilização dos instrumentos tecnológicos entre outros benefícios.

Comprometidos com os novos conhecimentos para uma educação de melhor relevância e de fato democrática no que tangem as novas formas de interações sociais e com melhores conjunturas no tratar das funções sociolinguísticas e da estratégias pedagógicas e das abordagens para um novo ensino na área da linguagem e do alfabetizar, assim o professor deverá incluir em turma um repertório de saberes contínuo, no qual irão proporcionar a produção de uma história própria inclusiva dos alunos.

2.2 Obstáculos e perspectivas dos desenvolvimentos escolares por meio das estratégias do multiletramento cotidiano

No transcorrer do dia a dia escolar é essencial vencer inúmeras adversidades. Contudo, é legítimo apresentar aspectos primordiais para ratificar as ações que possuem a finalidade de observar os dilemas socioeducacionais e da inovada construção da pedagogia do multiletramento nas inter-relações escolares. Por representar particularmente uma temática de grande relevância nos eixos escolares, e a vivência nos mesmos, estimulam um planejamento adequado para cada realidade institucional, e desta maneira tratando aos poucos os obstáculos que interrompam o desenvolvimento sociolinguístico e das técnicas pedagógicas no contexto das mídias digitais voltadas para o ler e escrever.

Segundo Bunzen (2010, p. 100):

O termo letramento escolar não deveria a priori ser utilizado como algo necessariamente negativo ou perverso, autônomo e estático por natureza, mas como um conjunto de práticas discursivas da esfera escolar que envolvem os usos da escrita em contínua inter-relação com outras linguagens.

À proporção que contemplarmos as práticas pedagógicas do letramento escolar, constituímos contextos autênticos e legítimos de um gênero textual tipicamente valorizado e aprimorado na evolução do processo de escolarização. Com isso, seguramos que o aumento do

aprimoramento dos conhecimentos docentes é de grande notoriedade para ascensão da escolarização como um todo. E esses pontos em questão, seguramente devem ser analisados no ambiente de sala de aula. Por outro lado é pertinente maturar o processo de globalização das tecnologias e dos espaços sociais nas quais a ótica da pedagogia vivencia ultimamente.

Ressalta-se como um agravante de acordo Oliveira (2011), a realidade atual no domínio escolar por uma perspectiva de inspeção de parecer analítico, de um raciocínio crítico, de um cotidiano que terá que ser testado por meio das metodologias escolares aplicadas, de um olhar questionador no que refere-se às inter-relações democráticas do seio escolar, das resistências às ordens que devem ser seguidas nas instituições em prol da ética e dos bons valores do indivíduo. Outro ponto a ser salientado é o mau sistema social e democrático no que tratam as relações das práticas pedagógicas e o amplo estudo das relações entre a língua e os fatores coletivos do exercício das mesmas.

De certa forma é apresentado como ideologia educacional que está enraizado na maioria dos territórios escolares e que certamente os processos de aprendizagens dos alunos teriam uma visão abundantemente vasta se fossem aplicadas por outro panorama, caso os educadores possuíssem uma maior independência no contexto de sala de aula. Essas seriam os saberes propostos na Pedagogia da Autonomia do notável autor Paulo Freire (1996, p. 99) que de acordo com sua ideia: “Todo educador deve ter por certo o peso da responsabilidade que carrega sobre os ombros. Por meio da educação os tão desvalorizados professores têm o poder de mudar o mundo sem usar uma arma, sem ferir a nenhuma vida”.

Por essa perceptiva, o exercício efetivo do trabalho escolar, produtivo, das práticas pedagógicas, do multiletramento e das funções sociolinguísticas, são necessários para as transformações ativas das concepções múltiplas e das interações amplas do quadro relacionado a uma melhor condição de igualdade do dia a dia escolar. Logo, essas novas diretrizes curriculares lançadas compreenderam uma escola muito mais inclusiva e com ações fundamentais para o sucesso dos saberes múltiplos e das amplas estratégias pedagógicas de um novo olhar para as abordagens do multiletramento.

Dessa forma, segundo Jewitt (2008, p. 245):

[...]. Os multiletramentos têm em seu centro a ideia de um currículo responsivo ao social e cultural. [...]. Com esta pauta explícita para a mudança social, o objetivo pedagógico dos multiletramentos é atender aos textos múltiplos e multimodais e o amplo alcance das práticas de letramento que os estudantes estão engajados [...]. Desta perspectiva, os objetivos social e político dos multiletramentos são situar os professores e os estudantes como participantes ativos na mudança social, os designers ativos do futuro social.

É importante salientar que, a pedagogia dos multiletramentos possuem novas metalinguagens tornando-se mais pensadas e presentes na seleção dos conteúdos institucionais a serem analisadas pelos professores e trabalhadas como práticas de um letramento muito mais produtivo, relevante, inovador e criativo apto a modificar o cotidiano dos educandos. É trabalho deveras importante o tratar a elaboração de uma nova ótica produtiva como as atribuições sociolinguísticas no campo do multiletramento, pois essas permeiam e apresentam resultados à primeira vista que apontam os recursos utilizados nas técnicas do ato de ler e escrever no contexto inovador das mídias digitais e das outras inúmeras fontes de pensamentos e plasticidades embutidas nas circunstâncias curriculares do cotidiano de um letramento crítico de muitas características:

O letramento crítico envolve um entendimento do modo que as práticas ideológicas e textuais dão forma às representações das realidades nos textos. [...] ajudar os alunos a tornarem-se criticamente letrados tem a ver, em parte, com capacitá-los a detectar e lidar com a dimensão inerentemente ideológica da língua e letramento. [...] eles têm uma oportunidade maior de tomar uma posição mais poderosa com respeito aos textos, rejeitá-los ou reconstruí-los de maneiras que são mais consistentes com suas próprias experiências de mundo. (CERVETTI; PARDALES; DAMICO, 2001, p. 8, tradução nossa).

3 SUGESTÕES DIDÁTICO-METODOLÓGICAS.

3.1 Técnicas pedagógicas e recursos a serem utilizados no combate aos obstáculos das funções do multiletramento escolar.

Acredita-se que cada educando possui intrinsecamente a sua essência escolar no que compete a sua descrição de aprendizagens prévia. Ou seja, eles dispõem de um determinado potencial pedagógico trazido consigo em sua vida educacional. Assim, por meio desse cenário, os educadores possuem o importantíssimo papel de lançar mão de técnicas didáticas e métodos de instruções potencializadas para lutar contra as barreiras encontradas ao tratar as relações entre o estudo da língua e a sociedade educacional multiletrada do cotidiano. Nisto, é indispensável que a diretoria e o educador possam andar de mãos dadas para o melhoramento das metodologias e as aplicações das mesmas no âmbito da sala de aula.

Contudo, é importante saber como lidar com as carências e dificuldades dos alunos ao aplicarem os novos processos didáticos no dia a dia institucional, pois as possibilidades de uma educação escolar, não acontecem unicamente pelas técnicas atuais educacionais e sim também por meio especialmente como os alunos irão abstrai-las e assim o aprendizado poderá desenvolver-se de forma rica para ambos os lados.

Sob o ponto de vista prático da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de dezembro de 1996, na Seção III do Ensino Fundamental no Artigo 32, onde menciona as seguintes questões, nas quais muitas dessas ainda hoje pendentes para o desenvolver pedagógico de muitas escolas: Consideração das condições socioculturais e educacionais das crianças em seus respectivos contextos, disponibilizando formas de aprendizagem com base nos princípios da equidade, adversidade, a implantação de recursos financeiros, materiais didáticos, avaliações e reavaliações dos educadores e para um novo desenho de um plano a ser adotado regularmente pela instituição escolar:

A mobilização ampla de todas as instâncias responsáveis pela educação para a refundação do projeto político-pedagógico do ensino fundamental, incluindo também o redimensionamento da Educação Infantil; o efetivo cumprimento da universalização do atendimento escolar dos alunos; às diretrizes pedagógicas estabelecidas para o atendimento apropriado às crianças e a adoção de suportes gerenciais adicionais para uma adequada estratégia de articulação entre os sistemas de ensino e as trocas de experiências complementares de acordo com as propostas pedagógicas.

Para que o desempenho dessas questões mencionadas anteriormente possam de fato serem implementadas e cumpridas, é relevante efetivar o trabalho educacional juntamente com alguns entendimentos legais que nesse caso segue sobre o que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental que ressalta o atendimento conjunto e ao mesmo tempo,

sociopedagógico, sociopolítico e sociocultural, assim como podemos constar na CNE/CEB 7/2010, no Art. 5º;

O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permitindo o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. § 1º O ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualdade entendida como direito humano. § 2º A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

A educação por soluções de técnicas pedagógicas e novas estratégias referida anteriormente, é oferecida por meios dos componentes curriculares e das áreas de conhecimentos através dos mesmos já adquiridos anteriormente. Todavia, tanto os componentes curriculares como as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, por meio das inúmeras alternativas propostas pelos seus representativos, a abordagem pedagógica e técnica de temas abrangentes e modernos que possam gerar de certa forma um impacto positivo na vida dos educandos no seu dia a dia escolar, em uma escala global onde possam desenvolver temas múltiplos e que tratem os conteúdos referentes as condições de igualdade como centro das funções sociolinguísticas e do multiletramento do cotidiano institucional, e não como uma dicotomia.

Os processos de elaboração de meios instrumentalizados como esses, ofertam produtos pedagógicos que envolvam muito mais do que apenas assuntos criativos, nos quais os mesmos representam variadas estratégias didáticas tais como teorias voltadas as multimodalidades para uma significativa análise de imagens pedagógicas que irão permear as funções sócias linguísticas e envolver significativamente a formação continuada do multiletramento.

Vale apena ressaltar que as ferramentas utilizadas no âmbito da sala de aula anteriormente irão ajudar a construir esse novo cenário educacional, e que o objetivo perseguido pelos educadores expressaram ideias voltadas para uma linguagem integrada a uma linguagem bem focada na participação de todo o corpo escolar, os pais e as comunidades, assim buscando uma melhor avaliação no que refere-se a identificação dos problemas e o que trabalhar para resolvê-los, e ainda, trazendo uma melhor distribuição ordenada e pratica dos recursos destinados as instancias escolares e vontades dos educandos.

Por outro lado, as análises e sugestões sobre os itens estudados até o momento, promovem de fato um novo olhar sobre as questões sociais educacionais e de como essas podem serem aplicadas no contexto do multiletramento que encaixam-se adequadamente nas atividades do seio escolar, ou seja, vai caber aos professores e a educação continuada que esses tiveram para que a atividade possa ter êxito. A escola necessita não somente formar sujeitos sociais alfabetizados, e sim letrados. Para Suzana Schwartz (2010, p.41), menciona que “O objetivo do trabalho didático-alfabetizador é contribuir para que os sujeitos se tornem usuários autônomos da linguagem”.

Logo, a linguagem é certamente amarrada à significados evidentes das relações discursivas do uso da linguagem e produção correta, que constam no contexto do letramento, de suas individualidades e que possuem características seguidas abaixo:

O letramento crítico envolve um entendimento do modo que as práticas ideológicas e textuais dão forma às representações das realidades nos textos. [...] ajudar os alunos a tornarem-se criticamente letrados tem a ver, em parte, com capacitá-los a detectar e lidar com a dimensão inerentemente ideológica da língua e letramento. [...] eles têm

uma oportunidade maior de tomar uma posição mais poderosa com respeito aos textos, rejeitá-los ou reconstruí-los de maneiras que são mais consistentes com suas próprias experiências de mundo. (CERVETTI; PARDALES; DAMICO, 2001, p. 8, tradução nossa).

É deveras importante considerarmos uma outra particularidade no que diz respeito à ilustração explícita no processo de entendimento, interpretação, contexto cultural e social dos sentidos já construídos das construções múltiplas de interações nos contextos sociais e das condições de igualdade por meio de uma educação funcional sociolinguística e da integração dinâmica do multiletramento no cotidiano escolar.

Desse modo, o educador poderá reconstruir seus saberes já adquiridos ao longo dos anos de forma a traçar soluções que venham a contribuir com as necessidades reais dos alunos, permitindo que eles possam se conectarem com as correntes estabelecidas com as novas concepções de posicionamento crítico de acordo com as dialogias estipuladas através da realidade crítica do envolvimento do letramento e das práticas socioeducacionais transformadoras e manifestadas entre o professor e o aluno nos contornos da sala de aula, e tais características veiculadas nesta pedagogia contemporânea expõem que a pedagogia crítica se caracteriza por pressupor que o professor tem um poder transformador (JOHNSTON, 1999). E “por estabelecer a conexão entre a prática pedagógica e as questões mais amplas que circulam numa determinada época em um dado grupo social”. (MOTTA-ROTH, 2007, p. 244).

Tendo em vista os fatos apresentados, induz-se que quanto mais análises e estudos realizados para buscar uma educação relevante no que está relacionado com uma prática transformadora, e que consista em uma aplicação inovadora para um aprendizado com novos conhecimentos aos educandos. É pertinente expor que a prática continua irá remeter inúmeras possibilidades de o estudante por meio das participações efetivas do ler e do elaborar textos variados assim transformando-os em sujeitos comprometidos e atuantes a fim de construir seus próprios valores através das suas experiências e capacidades de empoderamento escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração todas as finalidades fundamentais para aumentar a capacidade de ler, escrever e das condições de melhores igualdades por meio das funções relacionadas entre a estruturação da língua e da sociedade, percebemos a emergência de novos meios de estudos e análises com relação as particularidades da temática. O fato é que sabemos da magnitude da Pedagogia das múltiplas formas de interações nos contextos sociais por meio das funções sociolinguísticas e da correlação do multiletramento na esfera da sala de aula.

O estudo então estabelece uma forma ampla de repensar e reconstruir a Pedagogia e as suas especificidades concernentes as práticas do contexto de sala de aula. Indubitavelmente, o dia a dia escolar é que dará de fato os resultados positivos ou negativos de acordo com as atividades aplicadas pelos professores sobre uma maior compreensão de determinadas ações educacionais.

Logo, convém aos educadores descobrir outros entendimentos a cerca de uma pedagogia múltipla, desenvolvendo experimentos e adaptando novas atividades didáticas avaliativas para o educandos. Muitos avanços ocorreram no contexto da educação como um todo, ou seja, no âmbito da sapiência, em termos de mecanismos e processos propícios às incumbências do ler e escrever. No entanto, como as tarefas de decodificação e redigir estão sendo realizadas sob um olhar teórico voltados ao multiletramento, a conscientização dos

educadores por meio de novos avanços da educação continuada e da valorização da teoria das técnicas pedagógicas de uma maneira mais prática.

As práticas dos estudos da pedagogia do multiletramento e as suas especificidades, formam um conjunto significativo de tópicos oportunos com o objetivo de instigar os educadores e os alunos. Da mesma maneira, os argumentos da sala de aula, as dificuldades e barreiras, possuem grande influência de crenças por muitos professores, e que por muitas vezes são envolvidos por uma totalidade relacionadas com as inúmeras experiências dos educadores no decorrer da sua história profissional.

Outrossim, muitas das barreiras e dificuldades estão associadas as crenças adquiridas pelos professores nas metodologias abstraídas de formas errôneas no ato dos processos de formação continuada e assim aplicam essas mesmas experiências e estratégias pedagógicas de alfabetização, que apontam a existência de uma multiplicidade de linguagens nos textos, esses que podem ser: digitais, em forma de mídia e audiovisuais, impressos, em modo de revistas, jornais e ou atividades que circulam em vários formatos culturais, nos quais essas estruturas permeiam os textos pedagógicos interativos, composto de linguagens, colaborativos culturais e em torno das comunicações sociolinguísticas.

Com isso, a inovação pedagógica apresenta-se no âmbito das salas de aula, com características bem diferenciadas e que fazem-se presente em todo o contexto educacional relacionado as funções do multiletramento e as funções sociolinguísticas aplicadas. Nesse sentido, é de suma importância analisar de forma crítica a realidade dos alunos na atuação que terão na sociedade futura, e no absoluto exercício da cidadania, com atuação significativa em uma posição posterior atuante no mercado de trabalho e em sua vida social devido as práticas multiletradas modernas.

Sendo assim, o intuito desse trabalho é exprimir de maneira didática a aplicação das ferramentas voltadas ao multiletramento e as funções sociolinguísticas, nas quais essas irão oportunizar estímulos para o desenvolvimento das atividades educacionais, tendo em conta todos os sentidos referenciados aos inúmeros estímulos dos textos multimodais e semióticos.

Assim, todo o trabalho desenvolvido no estudo das ações do educador, para ser bem-sucedida, permeariam características e configurações para um sistema processual escolar permanente aos princípios vastos das interações sociolinguísticas e das melhores condições de igualdades aos estudos das inter-relações e o multiletramento do dia a dia escolar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Análises de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

BARRETO, Cintia Cecília. **Informática na Educação**. Disponível em: <http://www.cintiabarreto.com.br/publicacoes/artigo-informatica-na-educacao.asp>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos PCN.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

JEWITT, C. Multimodality and literacy in school classrooms. **Review of Research in Education**, v. 32, n. 1, p. 241-267, 2008. Disponível em: Acesso em: 09 de jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014

CERVETTI, G.; PARDALES, M. J.; DAMICO, J. S. **A tale of differences: comparing the traditions, perspectives, and educational goals of critical reading and critical literacy.** Reading Online, v. 4, n. 9, 2001. Disponível em: http://www.readingonline.org/articles/art_index.asp?HREF=/articles/cervetti/index.html. Acesso em: 9 jul. 2020.

BRAGA, Sheila Mayzanyela daR. **Educação Especial: As Dificuldades Encontradas no Ambiente Escolar para a Inclusão.** Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/asdificuldadesdainclusao/?pagina=0>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo.** 23ª ed. Revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARVALHO, Silvana Ribeiro. **O supervisor escolar e a escola inclusiva.** 23/03/2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-supervisor-escolar-e-a-escola-inclusiva/61959/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CAPRINO, Mônica Pegurer; PESSONI, Arquimedes; APARÍCIO, Ana Silvia Moço. Mídia e Educação: A necessidade do multiletramento. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 26, p. 13-19, jan./jun. 2013.

CHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1998.

PEREIRA, Márcia Moreira. Letramento(s): **Uma introdução ao multiletramento.** *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 11, n. 2, p. 147-156, 2014.

MOTTA-ROTH, D. Para ligar a teoria à prática: roteiro de perguntas para orientar a leitura/análise crítica de gêneros. In: MOTTA-ROTH, D.; CABANAS, T.; HENDGES, G. (Org.). **Análises de textos e de discursos: relações entre teorias e práticas.** 1ª ed. Santa Maria: PPGL Editores, 2008, v. 1, p. 243-272.

SANTOS, M. P. (Org.) **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa. **O papel do supervisor pedagógico no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa.** 2013.

VIEIRA, M. da Silva. O coordenador pedagógico e os sentimentos envolvidos no cotidiano. *In:* PLACCO, V. M. N. de Sousa (Org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.** 2^a ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IDADOS DE ENFERMAGEM NO MANEJO DA DOR NO RECÉM-NASCIDO: uma revisão Integrativa

NURSING CARE IN THE MANAGEMENT OF PAIN IN THE NEWBORN: an Integrative review

Paulo Ion Feitosa Santos*
Giseldo Pinheiro Lopes**

RESUMO

quipes de enfermagem age de forma consecutiva na assistência ao neonato, são os profissionais que mais desempenham procedimentos invasivos e não invasivos nesses pacientes, necessitando considerar consecutivamente a dor do Recém-Nascido. O objetivo do presente estudo foi demonstrar através da literatura científica como são realizados os cuidados de enfermagem no manejo da dor no recém-nascido. Tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa da literatura partir do uso de descritores combinados e aplicados nas bases de dados científicos Scielo; Lilacs; BDENF e Bireme. A amostra final foi constituída por 15 estudos incluídos na presente pesquisa. Os resultados evidenciaram que a avaliação da dor no RN é feita através de manifestações comportamentais e fisiológicas. Para o manejo as principais medidas não farmacológicas são: o posicionamento adequado; diminuir luminosidade do ambiente; controle térmico; diminuição dos ruídos; posição canguru; sucção; uso de substâncias adoçadas; contenção; posicionamento no leito com o uso de ninho; e contato pele a pele. Concluiu-se que a enfermagem é fundamental na avaliação e manejo da dor no RN, estando em constante contato e realizando cuidados diretos, é importante que a enfermagem esteja capacitada para lidar com essas situações.

Palavras-chave: Enfermagem pediátrica. Dor e recém-nascido.

ABSTRACT

The nursing team acts consecutively in assisting the newborn, they are the professionals who perform most invasive and non-invasive procedures in these patients, needing to consider the newborn's pain consecutively. The aim of the present study was to demonstrate through the scientific literature how nursing care is performed in pain management in the newborn. This was an integrative literature review type research based on the use of combined and applied descriptors in the Scielo scientific databases; Lilacs; BDENF and Bireme. The final sample consisted of 15 studies included in the present study. The results showed that pain assessment in newborns is done through behavioral and physiological manifestations. For management, the main non-pharmacological measures are: adequate positioning; decrease ambient light; thermal control; decreased noise; kangaroo position; suction; use of sweetened substances; containment; bed positioning with the use of a nest; and skin-to-skin contact. It was concluded that nursing is fundamental in the assessment and management of pain in the newborn, being in constant contact and performing direct care, it is important that nursing is trained to deal with these situations.

Keywords: Pediatric Nursing. Pain and newborn.

1 INTRODUÇÃO

A dor experimentada pelo recém-nascido tem sido objeto de estudo nos últimos anos pelo risco de prováveis mudanças neurológicas e comportamentais que as experiências dolorosas

* Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: paulo_ion@hotmail.com

** Docente do curso de bacharelado em Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano. Mestre em Saúde e Meio Ambiente e Especialista em Enfermagem Obstétrica e Neonatal (UniCEUMA). E-mail: giselmopinheiro@hotmail.com

produzem sobre o desenvolvimento. Este fato tem despertado inquietação na equipe multidisciplinar que presta cuidados ao recém-nascido nas unidades neonatais, em particular na equipe de enfermagem que desempenha esses processos no decorrer do internamento (MORAIS *et al.*, 2016).

De acordo com Pereira *et al.* (2019) devido ao recém-nascido não verbalizar a dor sentida ela se propaga por meio de alterações físicas e comportamentais, tais como a resposta motora à dor, a mímica facial, o choro e o padrão de sono modificado. O comportamento que o neonato oferece diante de um estímulo doloroso durante o manuseio é uma forma de comunicação entre ele e seu cuidador, sendo de extrema importância na identificação de reações dolorosas, demonstrando a necessidade de ações para amenizá-las.

No entanto, diferentes indicações para avaliação e alívio da dor foram sintetizadas em protocolos de cuidados, diretrizes ou consensos para fundamentar o aproveitamento de métodos, cujas proeminências de resultados sejam positivas no manejo da dor neonatal. Tais táticas abrangem a avaliação tediosa da dor, diminuição do número de métodos dolorosos e o uso essencial de medidas não farmacológicas e farmacológicas para a prevenção da dor associada à rotina de procedimentos, conforme destaca Christoffel *et al.* (2017).

No dia a dia da prática assistencial ao recém-nascido nota-se dificuldades dos profissionais de saúde relacionadas à avaliação e tratamento da dor neonatal, onde a aderência de melhores práticas para o monitoramento e controle da dor ainda está abaixo do ideal. Assim, a equipe de enfermagem que age de forma consecutiva na assistência ao neonato são os profissionais que mais desempenham procedimentos invasivos e não invasivos nesses pacientes, necessitando considerar consecutivamente a dor do Recém-Nascido (RN) (DANTAS *et al.*, 2018).

Deste modo, a avaliação da dor neonatal é tão importante para a prática profissional quanto o seu tratamento para o controle da dor em recém-nascidos hospitalizados nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatais (UTINs). O uso dessas medidas, bem como, a minimização de métodos invasivos e estressantes deve estar presentes em protocolos assistenciais em todas as UTINs (COSTA *et al.*, 2016).

De acordo com Araújo (2018) no controle não-farmacológico faz-se indispensável: diminuir barulho/luminosidade/impulsos estressores para aumentar o conforto ofertado; e o contato pele a pele na posição canguru. As estratégias farmacológicas são recomendadas para a dor intensa, na maioria das vezes causada por métodos invasivos, prolongados, de maior complexidade, incluem o uso de opioides, anestésicos locais, ingestão de glicose a 25%, entre outros. Intervenções não farmacológicas têm sido recomendadas para o alívio e o manejo da dor durante procedimentos relacionados com a dor aguda, de intensidade leve a moderada (MORAIS *et al.*, 2016).

O alívio da dor deve ser uma preferência dos profissionais deste setor, no entanto, seu manejo nas UTIN ainda se mostra impróprio, e isto se deve à carência de conhecimento sobre seus métodos de alívio. Além disso, existem fatores que impedem os recursos para o manejo da dor em neonatos, que acabam se limitando em intervenções não farmacológicas, o que desperta o interesse para realização deste artigo, pois são condutas não invasivas no controle da dor e com caráter humanizado (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

Segundo Silva *et al.* (2018) a adaptação do tratamento às necessidades do neonato dependem, em grande parte, da sensibilização da equipe de enfermagem, fazendo com que ocorra uma assistência de maior qualidade e humanizada, devendo-se valer de estratégias para o cuidado integral ao RN que está sujeito a sofrer dor.

Apesar do consenso quanto à importância do reconhecimento da dor no período neonatal, sabe-se que alguns obstáculos interferem na sua avaliação, entre os quais a falta de um método considerado padrão-ouro para avaliação da dor, o caráter subjetivo da tortura e da incapacidade de verbalização do paciente. Assim o estudo torna-se relevante, pois busca

identificar nas práticas dos enfermeiros, uma estratégia que consegue colaborar com o objetivo de melhorar a avaliação e o tratamento da dor por parte da equipe, bem como para subsidiar a implantação/implementação de protocolos que sirvam de guias para o melhor desempenho na prática.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar através da literatura científica como são realizados os cuidados de enfermagem no manejo da dor no recém-nascido.

2 MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura cuja finalidade é resumir os conhecimentos publicados cientificamente, dando base para a tomada de decisão e progresso da prática clínica que visa cooperar para o agrupamento de informações sobre a temática, além de promover discussões e novos estudos sobre as lacunas identificadas (MENDES *et al.*, 2017).

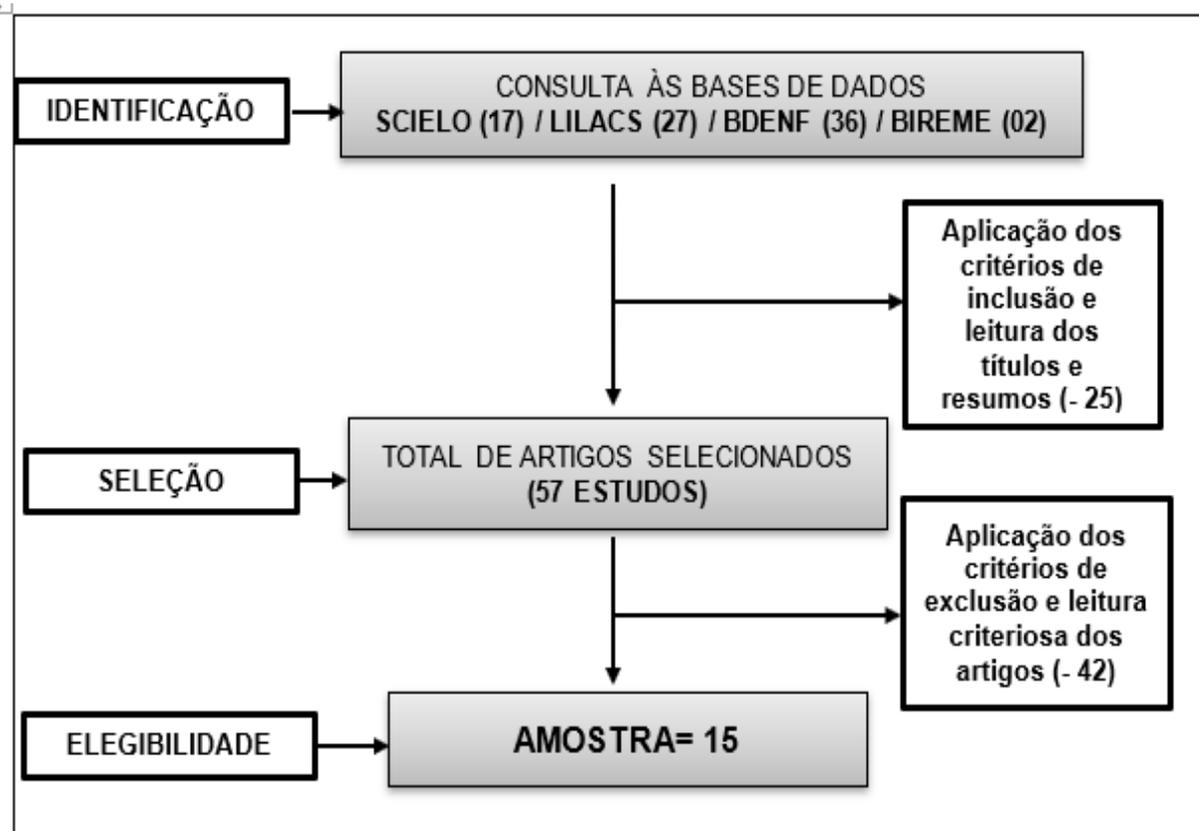
A presente pesquisa foi realizada através de 2 etapas: 1) identificação dos estudos através dos descritores; 2) seleção e elegibilidade, onde foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, sendo guiada pela seguinte pergunta norteadora: Quais os cuidados de enfermagem necessários para garantir a efetiva o manejo da dor no RN?

Na primeira etapa foi efetuada uma consulta nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), sendo identificados e utilizados os seguintes descritores: Enfermagem Pediátrica; Dor e Recém-nascido. A buscas dos estudos através dos descritores foi realizada nas seguintes bases de dados: BIREME, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), sendo identificados 82 estudos.

Para a segunda etapa, a seleção foi efetuada através da leitura dos títulos e resumos dos estudos e pela aplicação dos seguintes critérios de inclusão: estudos que abordassem a temática, artigos na íntegra e disponíveis eletronicamente; publicados no idioma português e no período de 2015 a setembro de 2020, o que resultou em 57 estudos selecionados.

A aplicação dos critérios de exclusão aplicados para a pesquisa foram: artigos que apresentassem duplicidade entre duas ou mais bases de dados, os artigos que após leitura pormenorizada não atendam ao objetivo proposto nesta revisão, além de teses e dissertações. Terminado este processo, foram excluídas 42 pesquisas, o que resultou em 15 artigos para compor a amostra da pesquisa, conforme figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo para a seleção da amostra



Fonte: elaborado pelos autores. 2020.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor compreender e transparência dos resultados da amostra da presente pesquisa, elaborou-se um quadro com a apresentação do título dos estudos, seus respectivos autores e ano de publicação, bem como seus objetivos, denominado Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição dos artigos, título, autores, ano de publicação, objetivo, tipo de estudo, população e principais resultados.

TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVO	TIPO DE ESTUDO/POPULAÇÃO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Seja Doce com os Bebês: avaliação de vídeo instrucional sobre manejo da dor neonatal por enfermeiros	Almeida <i>et al</i> , 2018	Descrever o perfil de enfermeiros atuantes em unidades hospitalares que assistem o recém-nascido, verificar o conhecimento prévio desses enfermeiros sobre o uso da amamentação, do contato pele a pele das soluções adocicadas para o alívio da dor procedural neonatal, e avaliar a viabilidade, a aceitabilidade e a utilidade do vídeo “Seja Doce com os Bebês” na percepção dos enfermeiros.	Estudo transversal, realizado com 45 enfermeiros	97,4% sabiam das estratégias analgésicas e após assistiram vídeo as enfermeiras relataram que pretendem usar para estimular o uso dessas estratégias durante procedimentos dolorosos. Todos os participantes recomendariam o vídeo a outros profissionais e consideraram o recurso útil, fácil de entender e fácil de aplicar em situações reais
Percepção da dor em neonatos pela equipe de enfermagem de unidade de terapia intensiva neonatal	Andrade <i>et al</i> , 2017	Avaliar os conhecimentos da equipe de enfermagem de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal a respeito da identificação da dor, procedimentos dolorosos e medidas não farmacológicas para alívio da dor em neonatos.	Estudo transversal realizado com 55 profissionais de enfermagem	Os procedimentos dolorosos mais lembrados pela equipe foram punção venosa e arterial e aspirações de secreções. Como medidas não farmacológicas, foram citadas glicose via oral, contenção e contato pele a pele. Quanto ao reconhecimento da dor, foram mais lembrados aspectos relacionados a alterações comportamentais, como expressão facial, choro e agitação motora.
Dor em recém-nascidos: identificação, avaliação e intervenções	Araújo <i>et al</i> , 2015	Descrever as estratégias das equipes de enfermagem para a identificação, avaliação e intervenções da dor em recém-nascidos internados em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).	Estudo quantitativo, descritivo, com 62 profissionais de duas UTIN	A estratégia mais referida para a identificação da dor foi a observação em relação ao tipo de choro, todavia não foram utilizadas escalas para a avaliação da dor de forma sistematizada. Sobre as intervenções de enfermagem para alívio da dor, predominou a solicitação da avaliação do profissional médico antes de qualquer ação

Conhecimento da equipe de enfermagem sobre a dor do recém-nascido	Azevedo <i>et al</i> , 2019	Descrever o conhecimento da equipe de enfermagem sobre a avaliação e o tratamento da dor em recém-nascidos internados na Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal de um hospital universitário do estado de Minas Gerais, pela relevância da temática no que se refere à qualidade da assistência neonatal.	Abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória, com 13 profissionais de uma Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal	Todas as profissionais relataram que o RN vivencia experiência dolorosa em situações de manipulação para procedimentos. Para avaliação da dor são utilizados sinais e sintomas apresentados pelo RN, como o choro, expressões faciais e corporais, o grau de agitação e avaliação dos sinais vitais, como a presença de taquicardia. Observou-se nos relatos que os fármacos mais prescritos pelos médicos são analgésicos e anti-inflamatórios
Manejo clínico da dor no recém-nascido: percepção de enfermeiros da unidade de terapia intensiva neonatal	Costa <i>et al</i> , 2016	Analisar a percepção dos enfermeiros acerca da clínica da dor no neonato na unidade de terapia intensiva neonatal.	Estudo descritivo, exploratório, de abordagem qualitativa, com dez enfermeiros da unidade de terapia intensiva neonatal	O entendimento do mecanismo da dor neonatal, qual não depende da formação completa da mielinização; a falta de verbalização do recém-nascido e esse fato dificulta a avaliação da dor, contudo é preciso estar sensível a outros sinais fisiológicos e comportamentais como: a mímica facial, frequência cardíaca e respiratória, pressão arterial sistólica, a saturação de oxigênio, sudorese palmar e tônus vagal.
Conhecimento e práticas de enfermeiros acerca do manejo da dor em recém-nascidos	Costa <i>et al</i> , 2017	Verificar o conhecimento e as práticas de enfermeiros acerca do manejo da dor de recém-nascidos admitidos em UTINs.	Estudo descritivo e transversal. Realizado com 51 enfermeiras	Para a maioria dos enfermeiros (86,0%), os neonatos sentem dor. Um total de 34,7% dos enfermeiros relatou nunca usar escalas de avaliação da dor. O manejo da dor foi registrado por 84,3% dos enfermeiros. Administradas as medidas farmacológicas foram Paracetamol e Fentanil (47,1%) e Morfina (17,6%); enquanto as medidas não farmacológicas adotadas foram solução adoçada (68,6%), sucção não nutritiva (58,8%) e posicionamento (56,9%).
Avaliação da dor do recém-nascido pela equipe de	Damasceno <i>et</i>	Identificar as ações da equipe de enfermagem na avaliação e manejo da	Scoping review	Os profissionais de enfermagem reconhecem que os recém-nascidos são capazes de sentir dor, as formas de avaliar por meio de aspectos comportamentais e

enfermagem: scoping review	<i>al, 2019</i>	dor no recém-nascido.		fisiológicos. Bem como contemplam a prescrição de fármacos e conduta de manuseio/posicionamento.
Conhecimento da equipe de enfermagem sobre a dor no recém-nascido prematuro	Marc onde s <i>et al, 2017</i>	Identificar o conhecimento da equipe de Enfermagem sobre a dor no recém-nascido prematuro. <i>Método:</i> estudo descritivo, exploratório, de abordagem qualitativa, com sete profissionais que responderam a um formulário de entrevista semiestruturado.	Descritivo, exploratório, de abordagem qualitativa, com sete profissionais de enfermagem	Evidenciariam que 100% dos entrevistados identificam a dor de forma empírica, demonstrando a necessidade do uso e implementação da SAE pelas equipes.
Dor no recém-nascido: perspectivas da equipe multiprofissional na unidade de terapia intensiva neonatal	Moret to <i>et al, 2019</i>	Analisar a dor no recém-nascido sob a perspectiva da equipe multiprofissional de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal	Descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa, realizado com 27 profissionais.	A equipe multiprofissional concordou que o recém-nascido sente dor (100%). O choro e a expressão facial foram as manifestações comportamentais mais observadas (88,9%). Os parâmetros fisiológicos utilizados para detectar a presença de dor identificaram a frequência cardíaca (81,5%), frequência respiratória (74,1%) e êmese, pressão arterial e hipertermia (11,1%). O enrolamento de conforto foi a conduta de intervenção não farmacológica mais citada (66,7%).
Ocorrência de dor em bebês internados em unidade de terapia intensiva neonatal de maternidade terciária	Naza reth <i>et al, 2015</i>	Identificar a ocorrência de dor em bebês internados e mensurar a utilização de analgesia farmacológica.	Transversal prospectivo, realizado nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal.	Dor foi identificada em 36% dos pacientes. Cinco (10%) pacientes receberam medidas farmacológicas de analgesia.
Tecnologias de enfermagem no Manejo da dor em	Nobr ega <i>et al,</i>	Verificar tecnologias de enfermagem utilizadas no manejo da dor em recém-nascidos de uma Unidade de Terapia	quantitativa, descritiva, exploratória,	foi observado que a utilização de escalas de dor não faz parte da rotina e o choro foi o parâmetro mais utilizado para reconhecer a dor no neonato.

recém-nascidos na Unidade de terapia intensiva neonatal	2018	Intensiva Neonatal.	realizada com 12 técnicos de enfermagem e 5 enfermeiros.	
Avaliação da dor do recém-nascido através da escala Codificação da Atividade Facial Neonatal durante o exame de gasometria arterial	Pinheiro <i>et al</i> , 2015	Avaliar as respostas de dor dos recém-nascidos, submetidos à gasometria arterial, por meio da escala de Codificação da Atividade Facial Neonatal, assim como comparar os parâmetros fisiológicos do recém-nascido, antes e durante a punção arterial.	Exploratório, descritivo e transversal, que avaliou 26 recém-nascidos	Constatou-se presença de manifestações faciais de dor nos recém-nascidos (100%), alteração na frequência cardíaca (50%) e redução da saturação de oxigênio (34,7%).
Intervenção de enfermagem no controle da dor em neonato: eficácia de ações não farmacológicas	Santos <i>et al</i> , 2015	Verificar a eficácia de ações não farmacológicas no controle da dor em neonatos e aplicar a Escala NIPS durante a coleta de sangue comparando os scores.	Exploratório e de abordagem quantitativa, realizada com neonatos da UTIN	Há diferença significativa da pontuação na escala NIPS entre o grupo controle e o grupo conduta, tanto considerando o número total de neonatos, quanto cada neonato isoladamente
Dor em unidade neonatal: conhecimento, atitude e prática da equipe de enfermagem	Soares <i>et al</i> , 2016	Avaliar conhecimento, atitude e prática da equipe de enfermagem, quanto ao manejo da dor no RN em UN, segundo a formação dos profissionais.	transversal, realizado com 105 profissionais de enfermagem.	Quando comparado conhecimento, atitude e prática da equipe de enfermagem, houve melhor desempenho para atitude, embora não tenha sido estatisticamente significativa. Em conhecimento e prática, no nível superior, o valor foi significativo para os que receberam treinamento sobre manejo da dor. No nível médio, todas as diferenças de médias foram significantes.

Os resultados obtidos através dos artigos selecionados permitiram sintetizar as principais medidas para o manejo na dor do neonato, a partir de três categorias: A enfermagem na avaliação da dor no recém-nascido; o manejo da dor recém-nascido e conhecimento dos enfermeiros acerca da dor no recém-nascido.

3.1 A enfermagem na avaliação da dor no recém-nascido

Até o século XX acreditava-se que o RN era incapaz de sentir dor. A partir dessa época foi quando se começou a investigar a capacidade deles de reconhecer os impulsos dolorosos, onde ficou comprovado cientificamente que eles são capazes, até em maior intensidade do que as crianças em idade mais avançada (COSTA *et al.*, 2016). No RN os mecanismos de controle inibitório ainda não estão maduros, como consequência eles são mais sensíveis a dor, e não conseguem controlar de forma eficaz os estímulos dolorosos (DAMACENO; ASSUMPÇÃO; BELMONTE, 2019).

Mesmo assim sabemos que identificar a dor no RN não é uma tarefa simples, em decorrência sobretudo pela dificuldade de interpretar a forma como eles se expressam, pois as manifestações apresentadas no instante de dor podem ser naturalmente confundidas com as apresentadas normalmente em outras situações que causam estresse a que estão submetidos constantemente, entretanto é possível identificar a dor através de uma análise criteriosa, e assim determinar suas consequências e melhor intervenção (SANTOS *et al.*, 2015).

Em decorrência dos RN terem sua linguagem própria, os profissionais de enfermagem identificam a dor com base na sua experiência profissional e conhecimento teórico, e desta forma indicam que a dor é reconhecida através de alterações comportamentais e fisiológicas dos RN. Dentre as alterações comportamentais, podemos citar a irritabilidade; resposta motora; expressão fácil e ochoro, que são os comportamentos que mais se destacam (ANDREAZZA *et al.*, 2017).

As alterações fisiológicas também são consideradas na avaliação da dor, entretanto são observadas em menor frequência se comparadas com as comportamentais. As mais observadas são: aumento da frequência cardíaca; aumento da frequência respiratória e diminuição da saturação de oxigênio. Entre os parâmetros sugestivos de dor estão: sudorese palmar; cianose; diminuição da motilidade gástrica; tremores; dilatação da pupila; aumento da pressão arterial e intracraniana. Também podem ser observadas alterações metabólicas e endócrinas, devido à elevação de hormônios como o cortisol, noradrenalina e adrenalina (DAMACENO; ASSUMPÇÃO; BELMONTE, 2019).

É comprovado cientificamente que o RN possui um método característico para expressar a dor, desta forma se torna imprescindível o uso de escalas. A implementação dessas escalas para avaliar a dor tem se mostrado essencial, sendo uma importante ferramenta de baixo custo e bons resultados na identificação dos sinais característicos de dor. Entretanto ainda não existe uma escala padrão-ouro para avaliar a dor no recém-nascido, pois a escolha de qual escala utilizar dependerá das particularidades de cada situação. Das mais utilizadas tem o Sistema de Codificação da Atividade Facial Neonatal-NFCS, onde é considerada a presença de dor quando três ou mais expressões faciais aparecem de forma consistente durante a avaliação, e a Escala de dor no recém-nascido e no lactente-NIPS, que se baseia nas alterações comportamentais frente a dor, descritas na literatura (NAZARETH; LAVOR; SOUSA, 2015).

Segundo Azevedo *et al.* (2019) apesar da existência das escalas muitas vezes elas não são aplicadas ou são aplicadas de forma incorreta, no estudo de Azevedo *et al.* (2019) também é possível observar a não sistematização na aplicação das escalas, fator que acaba contribuindo para avaliação incorreta e consequentemente a uma intervenção ineficaz. Para Costa

et al. (2017) avaliação da dor no RN é tão importante para prática profissional quanto o tratamento, pois para tratar a dor nos RN na UTIN existem os métodos farmacológicos e não farmacológicos, onde seu emprego vai variar de acordo com a situação.

Portanto é preciso a sistematização para avaliar e tratar a dor no recém-nascido pela equipe de enfermagem, comedido por ações, atitudes e intenções, com fundamento no conhecimento científico, intuição, experiência e pensamento crítico, na tentativa de prestar a melhor assistência para o neonato (NOBREGA *et al.*, 2018).

3.2 O manejo da dor no recém-nascido

O ambiente da UTIN é um local onde há diversos fatores estressantes para o RN, resultantes das atividades complexas realizadas diariamente e ao próprio ambiente hostil, que favorecem o desequilíbrio da homeostasia dos sistemas do RN. Entre essas destacamos o ambiente com forte claridade, a temperatura não natural, a grande quantidade de ruídos que causam estresse, e ainda as diversas manipulações realizadas diariamente nesses recém-nascidos, que geralmente causam dor e, associadas ao fator estressante, acabam impactando no conforto e desenvolvimento neuropsicomotor (NAZARETH; LAVOR; SOUSA, 2015).

Sabemos que o controle da dor em recém-nascidos ajuda na estabilização, melhora clínica, recuperação mais rápida e melhor prognóstico. Utilizar métodos não farmacológicos ajuda na melhora e controle da dor. Os métodos mais utilizados são: o posicionamento adequado; diminuir luminosidade do ambiente; controle térmico; diminuição dos ruídos; posição canguru; sucção; uso de substâncias adoçadas; contenção; posicionamento no leito com o uso de ninho; e contato pele a pele (ANDREAZZA *et al.*, 2017).

Em relação as medidas farmacológicas para alívio da dor no RN o estudo de Costa *et al.* (2017) aponta que os medicamentos mais utilizados na UTIN são: paracetamol; fentanil; e morfina. Foi observado durante o estudo um grande déficit de informações sobre os efeitos dos medicamentos no organismo dos RN, não sabendo se os fármacos empregados trazem mais benefícios ou malefícios quando empregados.

O uso de fármacos fica restrito aos procedimentos mais invasivos, como a punção pleural, peritoneal e intubação. De acordo com essa informação é possível perceber que as sedações e analgesias são mais utilizadas para facilitar a realização dos procedimentos do que para alívio da dor, portanto torna-se importante colocar em prática uma assistência humanizada, visando o bem-estar do RN (SPOSITO *et al.*, 2017).

Já no estudo de Araújo *et al.* (2015) a equipe de enfermagem relata que quando notado os sinais de dor no RN é solicitado a avaliação do médico, atitude que mostra a insegurança dos profissionais na hora de lidar com essas situações, mostrando também a necessidade de preparar melhor os profissionais de enfermagem, pois é perceptível que o papel do médico no tratamento da dor do RN de forma farmacológica ainda é predominante nesta unidade. Porém as medidas não farmacológicas são tão importantes quanto as farmacológicas, quando aplicadas de forma correta conseguem diminuir a intensidade da dor, promover conforto e evitar agitações desnecessárias.

No que se refere as medidas não farmacológicas, a amamentação funciona como analgesia, se feita em média 5 minutos antes dos procedimentos e mantida durante e após. Outra medida é o contato pele a pele (CPP), que consiste no posicionamento vertical do RN, com apenas uma fração, em cima do peito nu dos pais, apresentando efeitos analgésicos quando iniciado de 15 a 30 minutos antes do procedimento, mantido durante e após. Quando não é possível realizar a amamentação ou o contato pele a pele, outra medida empregada pode ser colocar pequenas gotas de glicose na língua do RN momentos antes da realização do procedimento (ALMEIDA *et al.*, 2018).

O estudo de Santos *et al.* (2015) fala da contenção e sucção como medidas não farmacológicas no alívio da dor. A contenção é eficiente pois promove a organização comportamental e descanso, quando o recém-nascido está enrolado na manta e contido durante os procedimentos que causam dor a uma diminuição no choro e melhor regulação do sono. No que diz respeito a sucção não-nutritiva ela é eficiente, pois promove a redução da hiperatividade, minimiza o desconforto e conseqüentemente diminui a dor, a analgesia acontece quando durante os movimentos com ritmo é liberado serotonina no sistema nervoso central.

Outro método é o mãe-canguru (MMC), um método que traz vários benefícios, desenvolvendo de forma significativa a melhora dos RN, pois proporciona o aleitamento materno e reduz o estresse. Portanto vemos que há diversos manejos para lidar com a dor no recém-nascido e cabe ao enfermeiro identificar qual o melhor de acordo com a situação (NOBREGA *et al.*, 2018).

3.3 Conhecimento dos enfermeiros acerca da dor no recém-nascido

A equipe de enfermagem presta assistência ao RN na UTIN e possui atuação nas atividades assistenciais, tendo responsabilidade a avaliação da presença de dor e a implementação de medidas não farmacológicas para prevenir e tratá-la. Bem como intervir no sentido de estímulos estressantes dentro da UTIN, pois o RN é sujeito a situações adversas que contribuem na demora da recuperação. Para isso é preciso que o profissional tenha conhecimento em relação ao tema (ANDREAZZA *et al.*, 2017).

Cuidar do RN que está na UTIN requisita do profissional experiência na assistência, conhecimentos, habilidades práticas e humanização no cuidado, com o intuito de promover alívio do desconforto. Lidar com a dor no RN deve ser uma preocupação contínua dos profissionais de saúde (COSTA *et al.*, 2016). O enfermeiro como cuidador deve entender que o recém-nascido é um ser frágil, instável e extremamente dependente, exigindo, além de conhecimentos técnicos e teóricos a sensibilização para uma assistência completa e de qualidade (ARAÚJO *et al.*, 2015).

O estudo de Costa *et al.* (2017) relata que grande parte dos enfermeiros acreditam que o RN sente dor, porém também relata profissionais que não acreditam. Isso pode ser atribuído ao fato de que muitas vezes as intervenções realizadas para alívio da dor são ineficazes. Também foi constatado que há lacunas no conhecimento da equipe de enfermagem em relação ao registro de avaliação da dor neonatal e a sua relação com a redução do desconforto, já que só a avaliação do score da dor no RN não garante que foi realizada uma intervenção eficaz.

O enfermeiro necessita de conhecimentos para identificar a dor comuns que vão além do choro, levando em consideração que nem todos apresentam este parâmetro, até mesmo nos procedimentos mais dolorosos como por exemplo a gasometria que é frequentemente realizada na UTN (PINHEIRO *et al.*, 2015). Não se sabe a periodicidade adequada para treinar a equipe no manejo da dor do RN. Mas sabe-se que a educação permanente é uma importante ferramenta para qualificar os profissionais, dando subsídios para sua atuação (SOARES *et al.*, 2016).

No estudo de Azevedo *et al.* (2019) os profissionais relataram uma dificuldade na identificação da dor no RN devido à falta de padronização para sua avaliação, a carência de escalas e métodos de avaliações específicas causam desconforto na equipe. O estudo também mostra que há uma necessidade de mudança na formação da equipe de enfermagem, adicionando as grades curriculares base para implementação da avaliação e manuseio da dor neonatal.

Complementando o que já foi dito no estudo de Nobrega *et al.* (2018) a equipe de enfermagem tem conhecimentos para avaliar e tratar a dor no RN, porém não colocam em prática a sistematização da assistência de enfermagem (SAE). Foi observado que o RN na UTIN tem

sua permanência em um local com grande aparato tecnológico, cercado de tubos e equipamentos, que causam grande estresse. Desta forma, torna-se ainda mais fundamental que a equipe sistematize essa assistência, a fim de promover uma melhor assistência.

Para Marcondes *et al.* (2017) a sistematização da assistência de enfermagem é essencial, pois proporciona direção para realizar as intervenções, assim como facilita a avaliação da assistência prestada. Também garante organização nas intervenções, dando um melhor prognóstico e diminuindo o tempo de internação na UTIN.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente estudo é notável que a enfermagem é fundamental na avaliação e manejo da dor no RN, estando em constante contato e realizando cuidados diretos, é importante que a enfermagem esteja capacitada para lidar com essas situações. A avaliação da dor no RN ainda é muito subjetiva, baseando-se em sinais corporais e hemodinâmicos, sendo preciso conhecer esses sinais para prestar assistência. E para isso é necessário que a enfermagem tenha conhecimentos práticos e teóricos em relação ao tema.

O manejo da dor deve ser feito sempre que o RN apresente as características sugestivas de dor, assim como antes, durante e após os procedimentos. Esse manejo pode ser farmacológico ou não farmacológico dependendo da situação, como ações não farmacológicas destaquei: o posicionamento adequado; diminuir luminosidade do ambiente; controle térmico; diminuição dos ruídos; posição canguru; sucção; uso de substâncias adocicadas; contenção; posicionamento no leito com o uso de ninho; e contato pele a pele.

Assim, conclui-se que é importante que a enfermagem se aprofunde no que diz respeito a avaliação e manejo da dor no RN, ficando claro que a educação continuada é o caminho para formar profissionais mais conscientes em relação ao tema. Além disso, é preciso que as instituições de saúde elaborem protocolos para avaliação e manejo da dor, ficando perceptível durante a pesquisa uma deficiência nesse quesito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. C. *et al.* Seja Doce com os Bebês: avaliação de vídeo instrucional sobre manejo da dor neonatal por enfermeiros. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, p. e03313, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342018000100430&script=sci_arttext. Acesso em: 21 out. 2020.

ANDREAZZA, M. G. *et al.* Percepção da dor em neonatos pela equipe de enfermagem de unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 19, n. 4, p. 133-139, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/rbps/article/download/19813/13234>. Acesso em: 21 out. 2020.

ARAÚJO, G. C. *et al.* Dor em recém-nascidos: identificação, avaliação e intervenções. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 29, n. 3, p. 261-270, 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/download/13695/pdf_9. Acesso em: 21 out. 2020.

ARAÚJO, M. C. Atenção à saúde do recém-nascido de risco superando pontos críticos. **Módulo 1: Dor**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://www.iff.fiocruz.br/pdf/modulo_dor2015.pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.

AZEVEDO, N. F. *et al.* Knowledge of the nursing team about the newborn's pain. **BrJP**, v. 2, n. 4, p. 331-335, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2595-31922019000400331&script=sci_arttext. Acesso em: 21 out. 2020.

CHRISTOFFEL, M. M.; *et al.* Atitudes dos profissionais de saúde na avaliação e tratamento da dor neonatal. **Escola Anna Nery**. v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v21n1/1414-8145-ean-21-01-e20170018.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

COSTA, K. F. *et al.* Manejo clínico da dor no recém-nascido: percepção de enfermeiros da unidade de terapia intensiva neonatal. **J. res. fundam. care. Online, Rio de Janeiro**, v. 8, n. 1, p. 3758-3769, 2016. Disponível em: <http://www.index-f.com/pesquisa/2016/r83758.php>. Acesso em: 21 out. 2020.

COSTA, T. *et al.* Conhecimento e práticas de enfermeiros acerca do manejo da dor em recém-nascidos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 51, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342017000100413&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2020.

DAMACENO, A. N.; ASSUMPCÃO, P. K.; BELMONTE, G. P. S. Avaliação da dor do recém-nascido pela equipe de enfermagem: scoping review. **Rev. enferm. atenção saúde**, v. 8, n. 2, p. 135-149, 2019. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/2405/pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

DANTAS, J. M. *et al.* Manejo da dor neonatal pela equipe de enfermagem: uma prática assistencial sedimentada? **RevEnferm UFSM**. v. 8, n. 2, p. 209-224, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/29776>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MARCONDES, C. *et al.* Conhecimento da equipe de enfermagem sobre a dor no recém-nascido prematuro. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3354-3359, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110233/22160>. Acesso em: 21 out. 2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Context – Enferm**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 mar. 2020.

MORAIS, A. P. S.; *et al.* Medidas não farmacológicas no manejo da dor em recém-nascido: cuidado de enfermagem. **Rev Rene**. v. 17, n. 3, p. 435-442, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/3489>. Acesso em: 05 mai. 2020.

MORETTO, L. C. A. *et al.* Dor no recém-nascido: perspectivas da equipe multiprofissional na unidade de terapia intensiva neonatal. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 23, n. 1, 2019. Disponível em:

<https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/download/6580/3727>. Acesso em: 21 out. 2020.

NAZARETH, C. D.; LAVOR, M. F. H.; SOUSA, T. M. A. S.. Ocorrência de dor em bebês internados em unidade de terapia intensiva neonatal de maternidade terciária. **Rev Med UFC**, v. 55, n. 1, p. 33-37, 2015. Disponível

em:http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17453/1/2015_art_cdnazareth.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

NÓBREGA, A. S. M. *et al.* Tecnologias de enfermagem e o manejo da dor em recém-nascidos na unidade de terapia intensiva neonatal. **Enferm. Foco**, v. 9, n.2,

p. 66-72, 2018. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/7487/1/AMANDA%20SANTA%20NA%20DE%20MEDEIROS%20N%C3%93BREGA%20-%20TCC%20ENFERMAGEM%202016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

OLIVEIRA, C. W. L. *et al.* Intervenções não farmacológicas no alívio da dor em unidade de terapia intensiva neonatal. **Ciências Biológicas e da Saúde**, Maceió, v.3, n.2, p. 123-134, 2016.

Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/2849>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PEREIRA, R. M. S.; CÂMARA, T. L.; PEREIRA, N. C. S. T. Enfermagem e o manuseio do recém-nascido na unidade de terapia intensiva neonatal. **Rev. UNINGÁ**, Maringá, v. 56, p. 222-233, 2019. Disponível em:

<http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/2156>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PINHEIRO, I. O. *et al.* Pain evaluation in newborns using the Neonatal Facial Activity Coding scale during blood gases analysis. **Revista Dor**, v. 16, n. 3, p. 176-180, 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-00132015000300176&script=sci_arttext. Acesso em: 21 out. 2020

SANTOS, G. C. *et al.* Intervenção de enfermagem no controle da dor em neonato: eficácia de ações não farmacológicas. **Rev Enferm UFPE on line**, v. 9, n. 8, p.

8784-91, 2015. Acesso em: 21 de out. 2020.

SILVA, L.M.; *et al.* avaliação da dor do recém-nascido realizada pela equipe de enfermagem.

Rev. UNINGÁ, Maringá, v. 33, n. 1, p. 01-11, jan/mar.2018. Disponível em:

<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/2405>.

Acesso em: 28 mar. 2020.

SOARES, A. C. O. *et al.* Dor em unidade neonatal: conhecimento, atitude e prática da equipe de enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 2, 2016. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/download/42897/28164>. Acesso em: 21 out. 2020.

SPOSITO, N. P. B. *et al.* Avaliação e manejo da dor em recém-nascidos internados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal: estudo transversal. **Revista Latino-Americana de**

Enfermagem, v. 25, p. e2931, 2017. Disponível em:
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692017000100376 &script=sci_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692017000100376&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 20 out. 2020.

IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA SOB A PERSPECTIVA DO CUIDAR DO ENFERMEIRO: uma revisão integrativa

IMPACTS OF CHILD SEXUAL ABUSE THE NURSING CARE PERSPECTIVE: an integrative review

Cássia Roberta Silva Campos*
Synnara Mohana Alves do Nascimento*
Giseldo Pinheiro Lopes**

RESUMO

A violência é um fenômeno que acompanha a história da humanidade, sem distinção. Mesmo com a criação de leis visando a proteção de crianças os casos de violência sexual infantil não deixaram de acontecer. **Objetivo:** Descrever as condutas de enfermagem frente a uma suspeita de abuso sexual infantil. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa da literatura. Na primeira etapa o tema foi definido através da estratégia de PICO, seguido da definição das bases de dados para a coleta de informações, sendo elas: LILACS, BDENF e SciELO. Foram utilizados artigos publicados nos últimos 4 anos, entre 2015 e 2019. **Resultados e Discussões:** Muitos desses abusos ocorrem dentro do ambiente familiar, dentre os principais abusadores estão pessoas do convívio da criança. Esses abusos podem gerar consequências graves em vários âmbitos. O enfermeiro deve realizar um atendimento acolhedor, saber identificar uma suspeita de abuso sexual infantil e intervir fazendo a notificação e denúncia aos órgãos competentes. **Considerações Finais:** Deve-se investir em capacitações para os profissionais, de modo que eles se sintam encorajados a fazer as notificações e encaminhar para os órgãos responsáveis.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil. Violência. Enfermagem.

ABSTRACT

Violence is a phenomenon that accompanies the history of humanity without distinction. Even with the creation of laws aimed at protecting children, cases of child sexual violence have not ceased to occur. **Objective:** To describe the nursing conducts in front of a suspected child sexual abuse. **Methodology:** It was a research of the type integrative revision of the literature. In the first stage the subject was defined through the PICO strategy, followed by the definition of databases for the collection of information: LILACS, BDENF and SciELO. Articles published in the last 4 years, between 2015 and 2019, were used. **Results and Discussions:** Many of these abuses occur within the family environment, among the main abusers are people of the child's coexistence. These abuses can generate serious consequences in several areas. The nurse should provide a welcoming service, know how to identify a suspected child sexual abuse and intervene by making the notification and denunciation to the competent agencies. **Conclusion:** Training for professionals should be invested, so that they feel encouraged to make the notifications and refer them to the responsible agencies.

Keywords: Child sexual abuse. Violence. Nursing.

* Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: kassia.campos@hotmail.com

* Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: synnara_14@hotmail.com

** Enfermeiro, Mestre em Saúde e Meio ambiente pela Universidade Ceuma, Especialista em Enfermagem Obstétrica e Neonatal pela Universidade Ceuma. Docente do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: giselmopinheiro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que vem acompanhando o desenvolvimento da humanidade, abrangendo a sociedade sem distinção de classes e segmentos sociais. Pode vir a acarretar na diminuição da qualidade de vida pois é capaz de gerar impactos na autoestima, ansiedade, baixo desempenho nas atividades diárias, marcando a sociedade em nível global (SANTOS et al., 2018).

Conforme o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios- MPDFT (2015), o abuso sexual infantil consiste em violação praticada por um adulto em relação a uma criança com o objetivo de se satisfazer sexualmente.

Apesar da criação de leis visando a proteção e os direitos da criança, observa-se que os casos de violência sexual infantil não deixaram de acontecer, podendo este fato se dar pelo ato sexual não estar acompanhado de agressão física, dificultando o diagnóstico, já que a maioria das crianças acabam não revelando o abuso (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgou que dos 159 mil registros no Disque Direitos Humanos ao longo do ano de 2019, 86,8 mil são de violações dos direitos das crianças e adolescentes, mostrando um total de 14% em relação ao ano de 2018, o que se manteve quase estável apontando uma queda de aproximadamente 0,3% (BRASIL, 2020).

A Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 que alterou o Título VI da Parte Especial que tratava “Dos crimes contra os costumes”, alterou ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente criando assim o Art. 218 no Capítulo II que trata dos crimes sexuais contra vulnerável “Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos” (BRASIL, 2009).

Para Santos et al. (2019) os relatos em relação ao abuso sexual ficam mais complexos de serem expostos, visto que a criança se encontra em estado de fragilidade emocional por conta do ocorrido, já que na maioria das vezes são chantageadas e ameaçadas, ficando, assim, reclusas e passam a não confiar em outras pessoas.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (2018) esse tipo de violência é mais recorrente por parte de pessoas que possuem algum parentesco ou vínculo com a família, pois há maior facilidade para a ocorrência, visto que os infratores possuem a confiança dos responsáveis pela criança.

O INSPIRE é um conjunto de estratégias que buscam auxiliar países e comunidades em programas e serviços de prevenção para redução dos tipos de violência contra criança. Segundo análises realizadas por esse manual, a prevalência de violência contra crianças é maior que 50% entre aquelas de 2 e 17 anos de idade. Esses estudos apontam que as meninas são mais vulneráveis à violência sexual (18%) se comparadas aos meninos (8%) (OMS, 2016).

No Brasil a violência sexual contra crianças é vista como um problema grave de saúde pública e é capaz de gerar consequências nos âmbitos social e individual, uma vez que, compromete os investimentos em educação, além de afetar o desenvolvimento cerebral e outras partes do sistema nervoso. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) notificou entre 2011 e 2017, 184.524 casos de violência sexual, sendo que 58.037 (31,5%) foram contra crianças. Visando a diminuição desses casos, o Ministério da Saúde desenvolveu o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) e a partir de 2014 os casos de violência sexual passaram a ter caráter imediato de notificação (24 horas após atendimento à vítima) (BRASIL, 2018).

Segundo Algeri (2005) as experiências traumáticas repercutem nas conexões neuronais e no equilíbrio dos neurotransmissores da criança, gerando mudanças que podem ser capazes de intensificar possíveis transtornos psíquicos em fases posteriores da vida, em outra

pesquisa de Algeri e De Souza (2006), relatam que é imprescindível que haja um trabalho da equipe multidisciplinar, pois um diagnóstico precoce da situação permite a elaboração de planos de cuidados necessários buscando assim uma intervenção segura.

O enfermeiro, inicialmente, deve fazer o acolhimento dessa vítima criando um ambiente confortável onde a criança possa se sentir segura para que o profissional possa avaliar a disponibilidade emocional dela para, então, discutir sobre o ocorrido (WOISKI; ROCHA, 2010).

Neste contexto, a assistência de enfermagem tem papel fundamental no acolhimento, o profissional deve ter um preparo emocional diante desse cuidado, de forma biopsicossocial e espiritual, já que, a fé é vista como uma fonte de alento e refúgio, além de trazer força para a criança e para a equipe, cabendo também sempre estar atento às relações pessoais e interpessoais, questionar a evidência de abuso sexual e comunicar aos órgãos responsáveis (SILVA; SOUZA, 2019).

Desse modo, faz-se necessário que se conheça mais sobre o assunto em questão, visando à garantia dos direitos das crianças a ter uma infância saudável. O presente estudo teve como objetivo descrever as condutas de enfermagem frente a uma suspeita de abuso sexual infantil, tomando por base a pergunta norteadora: como a equipe de enfermagem poderia intervir diante de um caso de abuso sexual infantil?

2 MÉTODOS

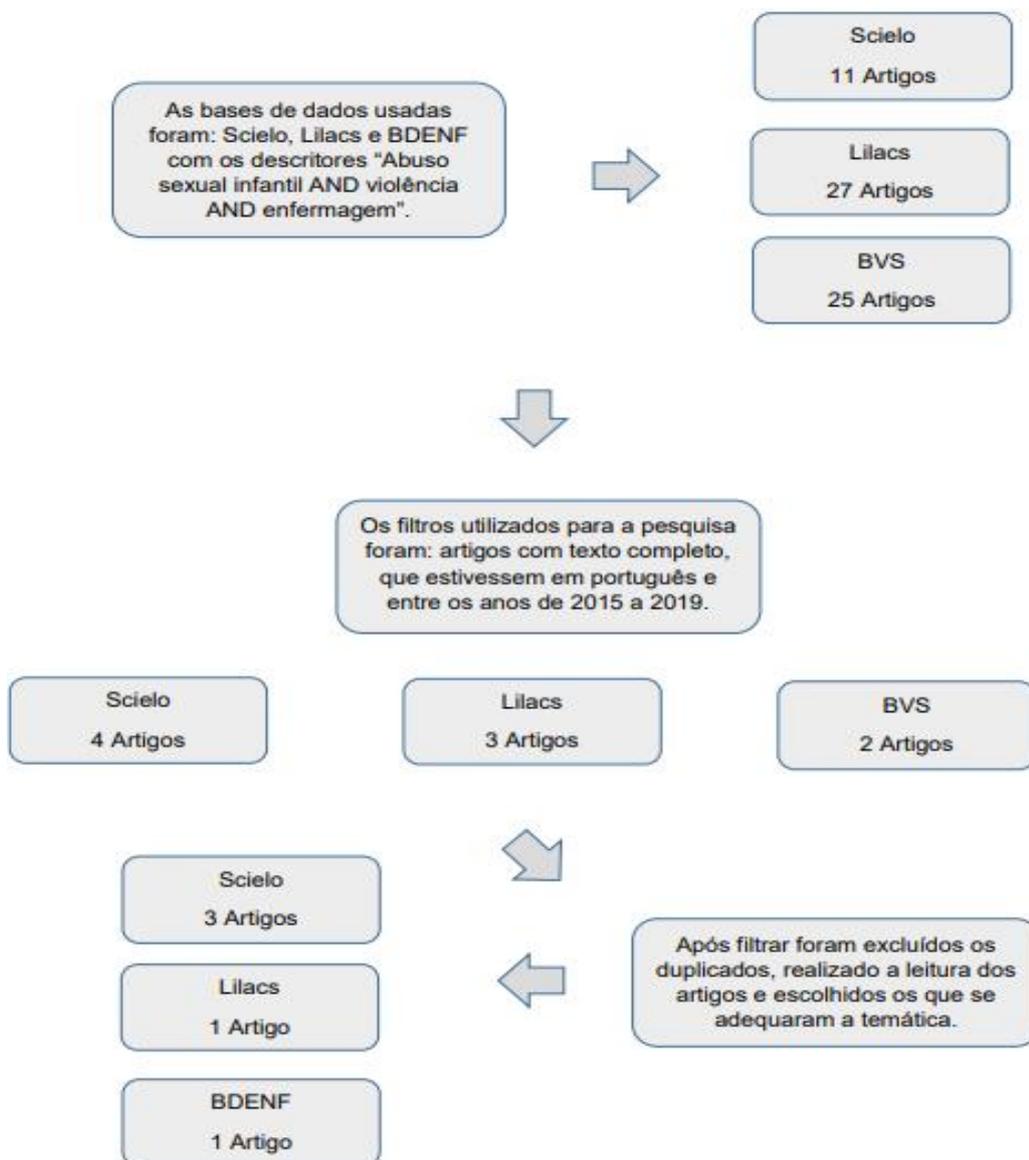
Buscando atender a proposta desta investigação, a pesquisa tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, que consiste na construção de uma análise ampla da literatura. Para sua elaboração, foram observadas as seguintes etapas:

- a) formulação da pergunta norteadora;
- b) acesso as bases de dados científicas;
- c) seleção dos estudos através da leitura dos títulos e resumos;
- d) realização da leitura dos estudos na íntegra;
- e) preenchimento da ficha de coleta de dados (APÊNDICE A);
- f) fichamento dos documentos.

A amostra correspondeu a um total de 63 artigos, sendo, 11 da Scielo, 27 LILACS e 25 da BVS, após o uso dos critérios de inclusão e exclusão restaram um total de 5 artigos, sendo 3 da Scielo, 1 do LILACS e 1 na BVS utilizando o filtro da BDENF.

Na primeira etapa, definiu-se o tema e a pergunta norteadora através da formulação da estratégia de PICO que serviu para elaborar a questão da pesquisa sendo: P: paciente/problema, I: a intervenção, C: comparação/controle, O: resultado esperado. A pergunta norteadora definida foi: como a equipe de enfermagem poderia intervir diante de um caso de abuso sexual infantil?

Em seguida, definiu-se as bases de dados a serem utilizadas para a coleta de informações, sendo elas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Eletronic Library Online (Scielo). Como critérios de inclusão optou-se por incluir artigos completos, disponíveis online e gratuitamente, publicados nos últimos 4 anos, entre 2015 e 2019, que se adéquem a temática, publicados em língua portuguesa e que estejam relacionados com os temas abuso sexual infantil e enfermagem. Foram excluídos outros tipos de publicações como teses e monografias. A coleta dos dados foi realizada nas bases a partir da combinação dos descritores obtidos através dos Descritores em Ciências da Saúde no portal da Biblioteca Virtual em Saúde, conforme fluxograma 1.

Figura 1. Fluxograma de construção do *corpus* do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão e transparência nesta pesquisa, elaborou-se um quadro com a apresentação do título dos estudos, seus respectivos autores e ano de publicação, bem como a metodologia, a população estudada e os dados de maior relevância.

Quadro 1. Distribuição dos artigos utilizados na presente pesquisa.

Título do artigo	Autores e Ano	Metodologia	População do estudo	Principais resultados
Caracterização da violência sexual em um estado da região Sudoeste do Brasil.	Kataguirí <i>et al.</i> , 2019	Foram realizadas análises estatísticas descritivas dos dados para descrever o perfil epidemiológico dos casos, os autores usaram variáveis ativas (faixa etária, sexo, raça, escolaridade, porte populacional do município, local de ocorrência, se a violência aconteceu mais de uma vez e se houve violência física e psicológica) e variável suplementar foi a relação entre a vítima e agressor.	Indivíduos de todas as idades e sexo cujas informações estavam disponíveis publicamente no SINAN, fornecidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.	No ano de 2016 houve um total de 1996 notificações de violência sexual no SINAN, sendo que o predomínio é no sexo feminino e cerca de 21,5% de prevalência na faixa etária entre 10 e 14 anos de idade.
Sobrevivendo ao abuso sexual no cotidiano familiar: Formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes.	Lira <i>et al.</i> , 2017	Pesquisa realizada em um Centro de Atendimento à Mulher em Situação de violência no semiárido de Pernambuco. A coleta de dados ocorreu entre junho e novembro de 2014, por meio de entrevista aberta.	Mulheres maiores de 18 anos que sofreram abuso sexual no contexto familiar na infância ou adolescência.	Os abusos aconteciam em segredo e sob ameaças, as vítimas utilizavam artimanhas para tentar chamar atenção ou pedir auxílio, como por exemplo metáforas, risos e palavras irônicas.

<p>As perspectivas de gênero e geração nas narrativas de mulheres abusadas na infância</p>	<p>Fornari <i>et al.</i>, 2018</p>	<p>Pesquisa realizada mediante relatos de usuárias da rede social Twitter. A coleta de dados ocorreu entre 22 de outubro e 22 de novembro de 2015. Foram coletados um total de 530 tuítes, para a coleta e sistematização desses dados foi utilizado um instrumento contendo o número do tuíte, sexo e idade, local da agressão, relação entre agressor e vítima, data e horário da publicação e o relato na íntegra.</p>	<p>Relatos de usuárias jovens e adultas de uma rede social sobre abuso sexual vivido na infância.</p>	<p>Cerca de 214 mulheres brasileiras relataram abuso sexual na infância, as principais vítimas desse tipo de violência foram as meninas e os principais perpetradores eram conhecidos.</p>
<p>Violência infantil o- juvenil sob a ótica da enfermagem</p>	<p>Galindo <i>et al.</i>, 2017</p>	<p>Estudo desenvolvido com enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do Agreste pernambucano que concordaram em responder o instrumento de coleta de dados e se disponibilizaram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.</p>	<p>Profissionais da enfermagem que atuavam na ESF de Alagoinha e Pesqueira, dois municípios de Pernambuco.</p>	<p>Os profissionais relataram inúmeras dificuldades no enfrentamento da violência como: saber identificar o ocorrido, falta de capacitação dos profissionais evidenciando a resistência quanto a realização da notificação dos casos.</p>

Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta	Lira <i>et al.</i> , 2017	Pesquisa desenvolvida em um Centro de Referência da Mulher na região do semiárido de Pernambuco. Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2014, através de entrevistas não estruturadas, que permitem obtenção mais detalhada de informações.	Mulheres com menos de 18 anos incluídas no projeto piloto “Oficinas interventivas com mulheres vítimas de violência doméstica” e que vivenciaram abuso sexual infantil no convívio familiar.	Ocorreram repercussões após o abuso sexual tanto no convívio familiar quanto na vida cotidiana, tais como: gravidez, uso de drogas, tentativas de suicídio, baixa autoestima, entre outras.
---	---------------------------	---	--	---

Todos os artigos utilizados para realização desta pesquisa são de múltiplos autores, sendo a maioria relatos de mulheres que sofreram abuso sexual durante a infância e adolescência.

A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, dá garantia dos direitos da criança e do adolescente que foi vítima ou que testemunhou violência. O Art. 4º desta Lei classifica:

Abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro (BRASIL, 2019, p. 207- 208).

As crianças que vivenciam essa situação podem desenvolver graves consequências em seu desenvolvimento físico, cognitivo e ainda no seu emocional.

Segundo Lira et al. (2017a), essa situação pode acompanhar a criança até a fase adulta gerando traumas em suas relações, podendo levar ainda a prejuízos na vida sexual causando grande sofrimento na vida cotidiana.

Na pesquisa de Fornari et al. (2018), a idade em que as crianças mais sofreram abusos sexuais foi entre 4 e 9 anos de idade. Para Lira et al. (2017b), meninas mais novas tendem a sofrer mais abusos que as adolescentes, isso ocorre porque os abusadores teriam um maior domínio sobre elas. Souza (2016), complementa que o abuso é algo cultural, relacionado ao poder do mais forte sobre o mais fraco, expresso em um ato sexual.

De acordo com Segundo (2019), as consequências a curto prazo que esses abusos podem causar atingem vários âmbitos, dos físicos aos sociais. No físico, o autor cita: mudança nos hábitos alimentares e a perda do controle dos esfíncteres. No âmbito comportamental a criança pode desenvolver condutas suicidas e baixo rendimento acadêmico, em nível emocional a criança pode até mesmo vir a rejeitar o próprio corpo. Essas consequências podem se tornar mais severas com o passar do tempo, evoluindo para patologias permanentes como dores crônicas, transtornos, fobias, entre outros problemas.

Para Fornari et al. (2018), os abusadores usufruem dos momentos de brincadeira para cometer os atos, de maneira que a criança não reconheça de imediato que está sendo violentada.

Muitos desses abusos são cometidos dentro da própria casa da vítima. Pesquisas revelam que dentre os principais abusadores estão pais, padrastos, tios, primos, irmãos e ainda amigos próximos/ íntimos. Por conta desta aproximação as crianças muitas vezes confundem o abuso com um ato de carinho e quando começam a entender o que está acontecendo sentem-se temerosas a revelar o acontecido.

Lira et al. (2017b), relata que por medo das ameaças o abuso é mantido em sigilo como uma forma de sobrevivência, além de procurarem meios de se manter livres do abuso, como por exemplo passar mais tempo longe de casa e ainda tentar encontrar formas de expressar o que está acontecendo sem verbalizar.

Em outra pesquisa de Lira et al. (2017a), ficar mais tempo na rua é uma forma de amenizar os abusos, de modo que a criança possa se sentir mais confortável, porém esse tipo de refúgio pode desencadear à exposição ao álcool, drogas, prostituição e outros eventos que podem gerar outros danos à saúde.

Com o passar dos anos as possíveis alterações provenientes do abuso sexual podem vir a diminuir, enquanto outras tendem a tornar-se mais intensas como é o caso da conduta hipersexualizada (quando passa adotar uma conduta sexualizada ao extremo). A situação da criança ou adolescente pode vir a ficar mais grave e interferir na relação familiar, principalmente entre mãe e filha, quando o abuso parte do pai ou padrasto, onde a mãe se vê diante de uma situação complicada quando envolve o seu companheiro, Lira et al. (2017a), revela que, nesse caso, denunciar o ato é visto como uma demonstração de fracasso por parte da mãe.

Entre as alterações comportamentais observadas nas pesquisas de Galindo et al. (2017), e Lira et al. (2017a), pode-se destacar as dificuldades de aprendizagem, relutância nas relações interpessoais, baixa autoestima, tentativas de suicídio, além de atos agressivos, visto que a criança não sabe como agir logo passa a criar meios para tentar se livrar do abuso sexual, gerando assim essas alterações em seu comportamento.

Fornari et al. (2018), ressaltam que as consequências geradas pela violência sexual infantil podem ser representadas através de danos físicos, psicológicos, emocionais e sociais, podendo se desencadear na infância ou até mesmo na vida adulta onde surge o receio em se relacionar, seja de forma afetiva ou social, por medo de que esses abusos possam acontecer novamente.

Manter o abuso em sigilo é muito difícil e doloroso, pois, além de estar passando por toda essa situação, a revelação do segredo acaba gerando medo por conta das ameaças. No estudo realizado por Lira et al. (2017b), algumas dessas revelações foram feitas de forma espontânea, enquanto outras foram descobertas através de flagrante por estímulo do Conselho Tutelar.

Existem alguns órgãos responsáveis por receber e apurar as denúncias feitas, sendo eles: o Conselho Tutelar, importante na rede de proteção da criança e do adolescente, o Ministério Público, cuja função é fiscalizar o cumprimento da lei e a Justiça da Infância e Juventude, encarregado das leis relacionadas aos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2019).

De acordo com a pesquisa de Lira et al. (2017b), a pouca idade dificulta ainda o processo de revelação, pois acredita-se que, quanto mais nova a vítima, maior a dificuldade de expor o ocorrido e, conforme a idade aumenta, a revelação se torna mais provável em busca de tentar esquecer os abusos.

Nos dias de hoje, com o progresso e a oportunidade de uma maior acessibilidade às redes sociais, as mulheres se sentem mais seguras em compartilhar as situações de abuso sexual

sofridos na infância. Na pesquisa de Fornari et al. (2018), as entrevistadas relataram que os abusadores manifestavam desejo pelos seus corpos que estavam despertando para a feminilidade, como se estivessem esperando a vítima chegar à idade adulta para, então, cometer o ato.

Para Souza (2016), a prevenção é uma estratégia da promoção da saúde, visto que, ela colabora para a criação de defesa nas situações de risco e de vulnerabilidades e, assim, os profissionais da saúde contribuem para favorecer a saúde dos indivíduos, principalmente das crianças e adolescentes.

A importância da identificação nos serviços de atendimento é indispensável, como Kataguirí et al. (2019), retratam, pelo fato dos agressores serem da própria família, dificulta-se a identificação das agressões e ressaltam a importância da implementação de medidas de proteção, prevenção, intervenção e enfrentamento dessa problemática, que ainda se apresenta de modo velado na sociedade, bem como a necessidade da otimização da rede assistencial às pessoas com situação de violência, principalmente contra o sexo feminino.

Lira et al. (2017a), ressaltam a importância da realização de um bom planejamento e execução do cuidado de enfermagem, que deve ser baseado numa visão sistêmica não apenas do estado da vítima, mas de todo contexto em que ela está inserida, como é o caso de sua família.

O profissional da enfermagem deve estar capacitado para conhecer e identificar sinais nos casos de abuso como: hematomas, arranhões, sangramentos nas genitálias, além de observar o seu comportamento, que pode estar mais introspectivo ou mais agitado, de forma acolhedora para que a criança possa sentir confiança no profissional (GALINDO et al., 2017).

A enfermagem permite um contato mais direto com o paciente. Conforme a pesquisa de Kataguirí et al. (2017), o profissional deve estar atento e ter uma escuta qualificada, garantindo, dessa maneira, uma notificação satisfatória e de qualidade. O profissional deve se atualizar constantemente em relação a sua conduta profissional, oferecendo um atendimento acolhedor que vise assistência integral e humanizada.

De acordo com Galindo et al. (2017), é importante que o enfermeiro englobe a prática de realizar a anamnese, o exame físico completo para avaliar se há presença de lesões, realizar testes de Infecções Sexualmente Transmissíveis, além da notificação através da ficha de notificação compulsória.

O atendimento feito as vítimas de abuso sexual deve estar acompanhado de apoio, visando amplificar os cuidados, estimulando-as a seguir o ritmo de sua vida, libertando-se do passado e enxergando o valor do momento presente (Lira et al., 2017b).

A principal conduta adotada pelo enfermeiro é através da notificação compulsória que é encaminhada para os órgãos responsáveis apesar de ainda haver uma certa resistência em elaborar a notificação. Na pesquisa de Galindo et al. (2017), os profissionais se sentiam temerosos quanto a realização desta conduta por medo de represálias por parte dos abusadores e pela família não querer expor a criança. Além disso, em boa parte dos casos não se tem a confirmação do ocorrido, mas através do processo de educação continuada, sabe-se que a notificação deve ser realizada mesmo em casos suspeitos (KATAGUIRI et al., 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desses estudos percebeu-se que as meninas são as principais vítimas destes abusos, isto se deve ao fato de as crianças e adolescentes jovens serem mais vulneráveis e mais fáceis de serem manipuladas, os abusos tendem a ser cometidos por pessoas do convívio da criança, pessoas pelas quais deveriam zelar pelo bem estar dela, porém utilizam desta aproximação ou mesmo de seus responsáveis para cometer o ato, esses abusos são capazes de

propiciar consequências graves para o futuro dessas crianças, podendo desenvolver transtornos, além de danos físicos.

A partir deste problema de saúde pública notou-se a importância do profissional de enfermagem que deve prestar um atendimento mais humanizado durante a escuta, anamnese e exame físico, ter um olhar mais apurado e estar preparado para intervir caso esteja diante de uma suspeita de abuso sexual infantil.

A notificação e o direcionamento ao Conselho Tutelar são as principais armas contra os abusadores, porém ainda existe uma grande resistência dos profissionais na realização destas condutas. Logo deve-se pensar em medidas que venham a modificar este cenário, como cursos que possam capacitar esses profissionais de modo que essas medidas sejam feitas, contribuindo para uma assistência de qualidade, fazendo valer os direitos pertencentes às crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALGERI, Simone. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. V. 26, n. 3, p. 308-15, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4561/2488>. Acesso em: 2 mar. 2020.

ALGERI, Simone; DE SOUZA, Luccas Melo. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. V.14 n. 4, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a23.pdf. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília, p. 207-208, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Trata dos crimes contra a dignidade sexual. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. *Boletim epidemiológico*, V. 49, nº 27, Jun. 2018. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

BRASIL. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Governo Federal. 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* As perspectivas de gênero e geração nas narrativas de mulheres abusadas na infância. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, n. e3078. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v26/pt_0104-1169-rlae-26-e3078.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

GALINDO, Nayala Anatólia de Lourdes *et al.* Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem. **Rev. enferm. UFPE on line**, V. 11 p. 1420-1429, 2017. Disponível em:

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9841/pdf_2780. Acesso em: 23 jun. 2020.

KATAGUIRI, Lidieine Gonçalves, *et al.* Caracterização da violência sexual em um estado da região Sudoeste do Brasil. **Texto & Contexto- Enfermagem**. Vol. 28, e20180183, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v28/pt_1980-265X-tce-28-e20180183.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho *et al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto & Contexto- Enfermagem**, v. 26, n. 3, 2017a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e0080016.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho *et al.* Sobrevivendo ao abuso sexual no cotidiano familiar: Formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes. **Texto & Contexto- Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017b. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e00050016.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020

Ministério Dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**- Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulgados-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília, 1 ed. 2015.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **INSPIRE. Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças**. Núcleo de Estudos da Violência. p. 8-12, 2016.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. Vol. 81, n. 5, p. s197-s204, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020

SANTOS, Derlene Aparecida Teles, *et al.* Assistência de enfermagem em crianças que sofreram abuso sexual. Revista **Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás - FESGO**. Goiânia. Vol. 02, n 1, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/rrsfesgo/article/viewFile/6547/47965635>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SANTOS, Marconi Jesus, *et al.* Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola- Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília. Vol. 27, p. e2017059, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v27n2/2237-9622-ress-27-02-e2017059.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

SEGUNDO, Valério Andrade Porto. **Abuso sexual infantil, suas fragilidades e exposições legais de proteção**. 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista->

176/abuso-sexual-infantil-suas- fragilidades-e-exposicoes-legais-de-protecao/. Acesso em: 25 out. 2020

SILVA, Bárbara Ferreira da; SOUZA, Nicolli Bellotti de. Importância da enfermagem no reconhecimento de abuso sexual em crianças. **Revista Científica Online**. Vol. 11, n. 2, 2019. Disponível em:
http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/IMPORTANCIA_DA_ENFERMAGEM_NO_RECONHECIMENTO_DE_ABUSO_SEXUAL_EM_CRIANCAS.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020

SOUZA, Eni do Carmo de. **Protocolo de atendimento as pessoas em situação de violência interpessoal, provocada**. Secretaria Municipal de Saúde, Londrina, 2016.

WOISK, Ruth Oliveira Santos; ROCHA, Daniele Laís Brandalize. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Escola Anna Nery**. Vol. 14, n. 1, p. 143-150, 2010. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452010000100021&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jun. 2020.

O PROFESSOR PESQUISADOR NO ENSINO SUPERIOR: a pesquisa associada ao saber prático docente para a formação do profissional da educação

RESEARCH TEACHER IN HIGHER EDUCATION: research associated with teaching hands-on knowledge for the training of education professionals

Elenn Priscila da Silva Correa Costa *
Ana Luzia Ferreira Pinheiro Soares **

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade esclarecer sobre a pesquisa e sua prática na competência docente do Ensino Superior, retratando a sua importância no exercício da docência com o intuito de viabilizar a aprendizagem. Além disso, romper questões como o pensamento da impossibilidade de ser docente e pesquisador ao mesmo tempo, e promover o conhecimento com fatores que determinam uma formação de qualidade, esmerada na investigação, visando a educação como emancipação para o cidadão. Os questionamentos que nortearam o estudo foram: Qual a importância da pesquisa no contexto superior para a formação docente? De que maneira o docente pode tornar-se um profissional da educação competente em sua função pesquisadora? O caráter pesquisador é obtido por meio do conhecimento na formação do profissional, a prática da investigação deve ser cultivada no cotidiano e também motivada nos discentes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Pesquisar, antes de tudo, é romper novos horizontes, ultrapassar as medidas do tradicionalismo e cumprir a função dentro da Instituição de ensino com uma rotina reflexiva, prática, investigativa e competente.

Palavras-chave: Pesquisa. Ensino Superior. Competência docente. Caráter pesquisador. Conhecimento.

ABSTRACT

This article has as its aim clarifying research and its practice by means of teaching ability in higher education showing its importance performing its teaching ability with a view to enable learning. Furthermore, to change one's thinking about being impossible to teach and be a researcher at the same time and promote knowledge with views to a proper graduation led by research aimed at education such as empowering citizens. The questions which have shaped this research were: What is the importance of the research in higher education environment to prepare professors? How can professors turn into competent educators in their researching abilities? The researcher perspective is obtained through knowledge by professional training, the researching practice must be cultivated in daily life and also motivated in learners. The methodology used was the bibliographical research. Researching, first and foremost, is discovering new horizons to overcome traditionalist measures and to fulfill the role inside of a education institution with a reflective routine, hands-on, investigative and competent.

Keywords: Research. Higher education. Teaching ability. Researcher perspective. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem um papel fundamental na educação, pois possibilita aos profissionais da educação aprofundar-se nos conteúdos, na investigação e atualizar-se sempre dos assuntos, levando seus discentes a serem também pesquisadores.

A pesquisa possui grande relevância para a educação como processo de formação da capacidade humana, baseada no questionamento e envolvendo teoria e prática, conhecimento

* Graduada do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: ellennprisca@gmail.com

** Bacharel em Biblioteconomia, Especialista em Didática Universitária. Coordenadora de Pesquisa e Extensão do IESF e Professora do Curso de Pedagogia do IESF. E-mail: analuizanormalizar@gmail.com

crítico e criativo, qualidade formal e política. O professor, como pesquisador em sua função, tem a oportunidade de promover a formação do sujeito competente na educação. Ser docente pesquisador é algo que agrega benefícios tanto à educação como à sociedade em si, pois garante uma prática cotidiana que se aplica no princípio científico e também no educativo, proporcionando um ambiente onde os sujeitos poderão influenciar outros sujeitos.

A educação está em constante mudança e evolução, cabendo ao docente reinventar-se, atualizar-se, na medida em que as metodologias estão se reformulando, com novos métodos de ensino e práticas inovadoras. Portanto, é nesse aspecto que a pesquisa precisa estar atrelada, servindo como aliada para o corpo docente, possibilitando o desenvolvimento na sua profissionalização.

A docência é, contudo, uma profissão desafiadora, porém, vincular a pesquisa nessa profissão torna o docente mais apto, crítico e reflexivo, uma vez que faz com que seu exercício profissional seja muito mais eficiente, visando buscar sempre o aprimoramento de sua prática e promovendo o processo emancipatório na educação, tornando-o livre e capaz de superar as dificuldades.

A pesquisa tem um fator essencial para o professor, que é a de oferecer autonomia na construção de seus conhecimentos, e isto dá a ele a possibilidade de movimentar-se em diferentes contextos educacionais e de construir novas habilidades, métodos e aplicabilidade de ensino.

Percebe-se, de forma geral, que ainda predomina muito a questão de o professor ser uma profissão separada de pesquisador. Então, nota-se que ambos precisam andar juntos para o melhor exercício dessa função. Estar alienado e despreparado causa atraso para o profissional da educação, pois este deve dar a devida importância para lidar com os conteúdos e também com as novidades e atualizações, que visam diversas competências na prática.

Diante do exposto, questiona-se: Qual a importância da pesquisa no contexto superior para a formação docente? De que maneira o docente pode tornar-se um profissional da educação competente em sua função pesquisadora?

A hipótese que sustentou o estudo foi: o professor, como profissional da educação superior, precisa ser um pesquisador de caráter reconstrutivo em seu questionamento, possibilitando a inovação em sua prática docente e postura crítica reflexiva.

Neste estudo, cabe compreender a finalidade da pesquisa na formação da competência docente no Ensino Superior, para isso, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos, revistas, tudo isso para fundamentar o tema abordado.

O presente artigo foi elaborado com o intuito de discutir a respeito da pesquisa para a prática docente, e desmitificar que isso não é algo inatingível como é imaginado por tantos profissionais. O ato de pesquisar não cabe apenas ao pesquisador, o docente pode e deve apropriar-se dessa função em seu cotidiano.

Abordar sobre o professor pesquisador é de suma relevância, para promover o conhecimento sobre esse aspecto para o meio social, científico e educativo, pois essa função proporciona a análise de que ele pode trazer à reflexão a sua própria docência, sobre suas atitudes educativas, da importância da formação continuada e dos aspectos teóricos e práticos que devem ser exercidos. Sendo assim, este tema é relevante na medida em que permite a compreensão do quão imprescindível é o ato da pesquisa. Portanto, entender isso e pôr em prática resulta em pontos positivos para a obtenção do conhecimento e da finalidade de aplicar essa função como professor, aguçando a aprendizagem e melhorando o desempenho, desfazendo-se da ideia de que a pesquisa é difícil demais para ser exercida e que só é possível dar aulas mecanizadas e nada criativas.

O artigo está estruturado da seguinte maneira, o tópico dois esclarece sobre a pesquisa em si, com seu significado e importância geral para o docente e eficácia no ensino, retratando a possibilidade da aprendizagem mediante a busca pela prática pesquisadora. Há

relatos sobre a pesquisa em seu princípio educativo que mobiliza o exercício do professor na conduta competente e ao questionamento reconstrutivo como critério investigador, permitindo uma metodologia que se fortalece em uma formação inovada e consciente.

O terceiro tópico traz breves considerações sobre a pesquisa no Ensino Superior, visando ressaltar a evidência de que pesquisar, dentro da instituição de ensino, colabora para um caráter pesquisador e promove o conhecimento na educação. A Educação Superior predispõe de finalidades para o indivíduo, dentre elas, o espírito científico, a reflexão, a capacitação, dentre outras apresentadas no decorrer do artigo.

O quarto tópico expõe o docente e sua prática pesquisadora no Ensino Superior e sua função de competência, especificando como esse professor deve agir em seu papel profissional, tendo em vista o processo de emancipação e qualidade pedagógica, orientando na construção de habilidades, distinguindo ênfases e métodos a serem seguidos. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA

A palavra “pesquisa” vem do latim *perquirere*, que significa procurar com perseverança, ou seja, quem pesquisa viabiliza o exercício da investigação na busca por informações, com o intuito de encontrar conhecimentos ainda não alcançados, denominando-se como pesquisador.

A pesquisa é o cerne da investigação, pois sua busca por esclarecimentos proporciona o conhecimento em determinados assuntos. Ela pode ser usada como meio para resolução de assuntos, sejam eles existentes ou não, para comprovar respostas e até mesmo desenvolver novas possibilidades para abranger diferentes áreas do conhecimento e diferentes temáticas. Isso posto, pesquisar consiste na realização daquilo que precisa ser exposto, conduzindo à compreensão de quaisquer dúvidas em determinadas áreas que possam surgir, com o intuito de serem sanadas. Para Gil (2002, p. 17):

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Antes da pesquisa, há a dúvida, e o indivíduo vai ao encontro de possíveis respostas para esta, por meio de livros, da internet, das mídias e ferramentas em geral, visando a descoberta pela aprendizagem que pode ser proporcionada por meio de todo o estudo feito. Freire (1996, p. 29) alega que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Nesse contexto, a curiosidade induz à pesquisa, sendo o ponto de partida para a elaboração da questão a ser explorada. Pode-se salientar que não basta uma única pesquisa, é preciso aperfeiçoar a sistematização com a finalidade de buscar respostas e organizar todas as informações que serão adquiridas, resultando no alcance do conhecimento. Para isso, é importante recorrer a várias fontes de pesquisa.

Antes da realização da pesquisa, nota-se que há razões que a determinam, baseadas naquilo que deve ser alcançado de forma específica e instantânea, com resultados intelectuais ou práticos. Gil (2002, p. 17) exemplifica que:

Há muitas razões que determinam a realização de uma pesquisa. Podem, no entanto, ser classificadas em dois grandes grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras decorrem do desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer. As últimas decorrem do desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficiente ou eficaz.

Destarte, a pesquisa deve estar presente de forma contínua para a aprendizagem, na vivência do docente e discente, dentro das instituições de ensino e também fora delas, atreladas à práxis do cotidiano de cada sujeito que busca o conhecimento científico. Ela tem um papel crucial no Ensino Superior, é por meio dela que a compreensão de ensino pode ser mais eficaz. À vista disso, a pesquisa é uma proposta revolucionária, que faz com que o sujeito tenha mais valorização das práticas pesquisadoras.

2.1 A pesquisa em seu princípio educativo

É preciso que quem ensine seja um pesquisador e quem pesquise seja um ensinador, ambas as funções precisam caminhar juntas, exercer apenas uma traria acomodação. A pesquisa vislumbra a criatividade, seja em qualquer lugar ou tempo, já a educação tem como base a emancipação, que deve acompanhar o indivíduo em seu processo social. Isso reflete no exercício da consciência e da produtividade, com base na condição histórica em que está inserido, envolvendo até mesmo a economia e política. Conforme Demo (2011b, p. 82), “[...]emancipação quer dizer recuperar o espaço próprio que outros usurparam, já que poder não é bem abundante disponível, mas apropriado no contexto do conflito social”. A emancipação deve ser uma motivação e a pesquisa traz grande magnitude nesse processo como princípio educativo.

Nessa conjuntura, nota-se que há algumas limitações isoladas a apenas ensinar ou aprender, já que os dois aspectos deveriam estar juntos. Muitos docentes agem de forma errada, como se só ele fosse o canal do ensino para o discente, e a sala de aula termina sendo uma prisão em vez de um lugar de processo livre. Demo (2011b, p. 85) alega que:

Na frente está quem ensina, de autoridade incontestável, imune a qualquer avaliação; na plateia cativa estão os alunos, cuja função é ouvir, copiar e reproduzir na mais tacanha fidelidade. ‘Bom aluno’ é o discípulo, que engole sem digerir o que o professor despeja nele, à imagem e semelhança. O que poderia ser gesto criativo, como o treino para a coordenação motora da mão na alfabetização, é rebaixado a algo mecânico no contexto do ‘reflexo condicionado’.

Constata-se que o ensino mecanizado limita o discente, e isso se torna problemático à medida em que o docente age como um soberano em sala de aula, não desempenhando seu papel de forma responsável. É evidente que na educação há barreiras, porém, é importante avançar para um meio democrático, levando em consideração a transformação e motivação.

A pesquisa, muitas vezes, é um ato que simplesmente não existe na atuação de muitos docentes em sala de aula, tornando-se deveras preocupante, pois sem ela os aspectos serão limitados, haverá dificuldades, falta de confiança, visão inadequada e mediocridade.

Mediante a isso, é necessário que o docente reveja seus atos e reinvente-se diante das atualizações e novidades que sempre chegam, superando as dificuldades diárias e as faltas

que surgem em sua prática, haja vista que ser um docente pesquisador é fundamental, e sem isso, é impossível exercer seu papel em toda a sua plenitude. Como descrito por Demo (2011b, p. 87):

O ‘professor’ (com aspas), para tornar-se PROFESSOR (sem aspas e com maiúsculas), carece de investir-se da atitude do pesquisador e, para tanto, perseguir estratégias adequadas. Sobretudo, deve fazer parte da sua condição profissional sem mais, para desfazer o fardo do reles ‘ensinador’.

A elaboração própria deve estar presente no exercício profissional do docente, isso vale muito e favorece a sua criatividade. Para Demo (2011b, p. 88):

Em vez de ser apenas intérprete externo do livro, o professor deveria ser o próprio livro didático. Isso não dispensa o livro didático. Trata-se de conseguir convivência produtiva com ele, entendendo-se aí pesquisa sobretudo como diálogo com a realidade, com apoio do livro didático, que passa a ser referência relevante, nem mais nem menos.

Dessa forma, o docente precisa estudar o material didático que ele irá usar, é importante que haja a junção de conteúdo do livro e da produção particular dentro das possibilidades de ensino. Portanto, isso não se agrega apenas a cumprir um cronograma didático, refere-se mais a perspectiva de um desempenho fundamentado na pesquisa e na criatividade do professor.

2.2 Questionamento reconstrutivo como critério de pesquisa

O processo da pesquisa está relacionado a ação de fazer e refazer-se na educação, por meio deste espaço, pode haver o exercício pesquisador como propriedade singular. O critério do questionamento reestruturado na pesquisa dá acesso a propriedade da educação escolar, assim é crucial que a reconstrução seja compreendida como uma metodologia que promoverá uma marca emancipatória no ensino.

Nessa perspectiva, há comparativos um tanto específicos no que concerne à educação e à pesquisa, compreendendo que ambas caminham juntas para obter bons resultados. Na pesquisa, encontra-se o conhecimento para tomar como base o discernimento, enquanto que a criticidade permeia a visão do meio educacional.

Nota-se que tanto a educação quanto a pesquisa visam o questionamento, que aguçar o sentido à busca de respostas para as dúvidas que surgem. O processo reorganizado é algo que sofre alteração sempre, como aspecto, a pesquisa, dentre ele, busca a inovação e a educação instrumentaliza o ato de modificação.

Nesse sentido, a educação e a pesquisa complementam-se e opõem-se a determinantes que condicionem suas expectativas, como a manipulação, o copiar e colar, e toda a ignorância relacionada à domesticação na aprendizagem. Para Demo (2011a, p. 11):

Até certo ponto, pois pesquisar e educar são processos coincidentes. Daí segue que o aluno não vai para a escola para assistir aula, mas para pesquisar, compreendendo-se por isso que sua tarefa crucial é ser parceiro de trabalho, não ouvinte domesticado.

O docente precisa compreender que muitas questões devem ser desmitificadas, como por exemplo, o copiar e colar. É de suma relevância que, logo em sua formação como profissional da educação, este vise entender a importância da inovação na didática e da prática

de métodos, o qual o levem a propagar uma aprendizagem democrática no cotidiano escolar, visto que isso gerará avanços na educação e competência em sua carreira.

Desse modo, pesquisar deve estar associado à práxis do docente, e o questionamento reconstrutivo agrega aptidão para que a ação seja voltada às novas habilidades, traçando um emblema de quem pratica a investigação. Na opinião de Demo (2011a, p. 13):

Por ‘questionamento’, compreende-se a referência à formação do sujeito competente, no sentido de ser capaz de, tomando consciência crítica, formular e executar projeto próprio de vida no contexto histórico [...] por reconstrução, compreende-se a instrumentação mais competente da cidadania, que é o conhecimento inovador e sempre e sempre renovado [...]

Certamente, quando se pensa em uma criança em sua vida escolar, pode-se atentar toda sua curiosidade nas perguntas infinitas, nas inquietações, dando a refletir que as elas possuem uma inclinação à pesquisa. Logo, isso não poderia ser vedado pelo docente, ao contrário, isso deveria ser apurado. Deheinzelin *et al.* (1994 apud DEMO, 2011a, p. 14) alega que:

Um profissional competente não perderia a ocasião de aproveitar esta motivação lúdica para impulsionar ainda mais o questionamento reconstrutivo, fazendo dele processo tanto mais produtivo, provocativo, instigador e prazeroso.

Nessa circunstância, um docente de caráter reconstrutivo na pesquisa consegue influenciar seu discente a ser o mesmo, aproveitando-se das indagações do discente, fomentando nele ainda mais a procura por respostas e a voracidade pela investigação e verdades.

3 A PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR: BREVES CONSIDERAÇÕES

No Ensino Superior, a pesquisa deve ser uma rotina diária, visto que atua como um método construtivo, praticada em todas as vertentes da vida acadêmica, contribuindo para a formação continuada do conhecimento. No contexto superior, possibilita resultados positivos e promove um caminho seguro a ser trilhado, resultando em um saber constituído. Sem uma postura pesquisadora, não há como ter êxito na vida acadêmica, uma vez que só por meio dela, é possível alcançar atributo emancipatório, percepção de mundo, visão crítica educacional e até mesmo noções culturais e sociais.

Nessa conjuntura, usar a pesquisa para a promoção do conhecimento dentro do Ensino Superior é um recurso de alto valor. “Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja: só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa”. (SEVERINO, 2007, p. 24):

A pesquisa, o ensino e a extensão são dimensões que devem estar articuladas entre si na Universidade, todas sendo desenvolvidas em sua total relevância na educação. No que tange a pesquisa, gera a construção do conhecimento, a partir disso, o ensino visa a aprendizagem de forma compartilhada na produção desse processo. Desse modo, a extensão tende a corresponder com a sociedade, buscando consideravelmente caminhos que proporcionam a transformação social. Logo, o conhecimento só será eficaz se essas três dimensões funcionarem em conjunto.

O processo de construção do conhecimento dá-se pela pesquisa, nesse sentido o ensino deve ser composto por meio de processos de mediação de uma educação não limitada. Dentro das instituições de ensino, devem predominar ações que colaborem para a disseminação do entendimento, visto que oferecem hábitos que induzem à investigação, possibilitando posicionamentos relevantes no Ensino Superior.

Em suma, a extensão torna-se essencial no comprometimento educacional e social, alcançando o interesse da sociedade com atividades na inclusão coletiva, o qual leva à criação de um espaço pedagógico proveitoso. Dessarte, o docente, o discente e a comunidade são envolvidas com o processo vinculado à pesquisa e ao ensino com base no conhecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 43, faz a seguinte menção sobre a finalidade da educação superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do **espírito científico** e do **pensamento reflexivo**;
- II - formar diplomados nas **diferentes áreas de conhecimento**, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de **pesquisa e investigação científica**, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de **conhecimentos culturais, científicos e técnicos** que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de **publicações** ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os **conhecimentos** que vão sendo adquiridos numa estrutura **intelectual** sistematizadora do **conhecimento** de cada geração;
- VI - estimular o **conhecimento** dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da **pesquisa científica** e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a **capacitação de profissionais**, a realização de **pesquisas** pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Ao analisar o artigo 43, é possível estabelecer relação com a pesquisa em todos os parágrafos. No parágrafo I, o espírito científico relaciona-se à essência questionadora, na inquietação por novas informações. Sendo assim, a prática desse perfil não está relacionada à acomodação, para cada dúvida, uma única resposta não basta, quem possui o espírito científico predispõe da indagação. Nesse cenário, dentro das instituições de ensino, o docente ensina e estimula a capacidade de desenvolver a aprendizagem e construções que possibilitam o desenvolvimento intelectual nos discentes.

Diante disso, o pensamento reflexivo traz consigo o conhecimento próprio, capacidade de observação e análise, uma vez que quando praticada, o sujeito torna-se capaz de produzir seu próprio desenvolvimento, aprimorando-se em suas ações, em uma consciência ampla. Então, a atitude da pesquisa no Ensino Superior faz com o que as práticas pedagógicas sejam repensadas e as atitudes concernentes à reflexão e ao espírito científico sejam despertadas e desenvolvidas de forma autêntica.

O parágrafo II retrata sobre a finalidade da universidade formar discentes nas diferentes áreas de estudo, viabilizando a importância da interação do conhecimento e instrução.

Nesse contexto, visa a aprendizagem do discente na educação, com a intenção de que este esteja preparado para atuar em distintos setores, aspirando ao alcance do desenvolvimento social. Outrossim, a formação tende a provocar no discente a inclinação do profissionalismo e a evolução de suas aptidões no campo de atuação, assim, o progresso ocupacional dependerá muito de uma busca contínua das atualizações no processo de formação.

No parágrafo III, nota-se que a pesquisa científica tem um papel crucial na competência do perfil pesquisador, resultando no desenvolvimento por meio da ciência e da propagação cultural. Isso pressupõe a metodologia como um procedimento epistêmico no método de aprendizagem, além disso, investigar cientificamente oportuniza o desenvolvimento do estudo sistematizado, promovendo a percepção pessoal e geral.

No parágrafo IV, observa-se que o conhecimento cultural permite ao indivíduo ter a concepção oriunda de seu aspecto histórico com capacidades que são obtidas por meio social, e uma das mais significativas referências é o dialeto humano, que propicia o diálogo.

O conhecimento específico surge da necessidade de saber como os acontecimentos sucedem, assim, este conhecimento ocorre na investigação da verdade. No Ensino Superior, o docente e o discente deparam-se com situações que vão requerer deles empenho e atitudes científicas que proporcionarão resultados que asseguram a pesquisa. Já conhecimento técnico garante ao sujeito o exercício em sua área de função, que são alcançadas por meio das experiências profissionais no decorrer da formação.

Os parágrafos V e VI permeiam o conhecimento, que é capaz de moldar e evoluir a pesquisa científica no Ensino Superior em um sistema de parâmetro organizado, que permite a propagação da aprendizagem que são repassadas ao sujeito pelos seus antecessores. Sendo assim, a universidade pode garantir noções sociais e atuais ao sujeito, favorecendo a consciência de seu contexto populacional, e a partir daí, buscar soluções para servir a sociedade em vínculo mútuo.

Analisando o parágrafo VII, constata-se o valor da relação entre a comunidade e a universidade, mediante a pesquisa. Desse modo, a instituição vinculada à sociedade pode gerar em seu âmbito a participação e envolvimento que resultarão no desenvolvimento, obtendo vantagens na ciência por meio da extensão pública.

Por fim, no parágrafo VIII, identifica-se a indispensabilidade da capacitação profissional para o desenvolvimento direcionado ao processo continuado do aprimoramento educacional com ensino de qualidade. Logo, a educação superior guia na responsabilidade e capacitação ocupacional do sujeito, objetivando à pesquisa e ao avanço em sua função, com o intuito de integrar o nível básico ao Ensino Superior.

Exercer a pesquisa no âmbito superior constitui um processo que resulta em produção de conhecimento, inovação e sabedoria, que devem ser despertados no discente por intermédio do docente que, para isso, precisa também ser um pesquisador em seu saber prático.

Nas palavras de Severino (2007, p. 39) “Ao dar início a sua vida universitária o estudante precisa começar a formar sua biblioteca pessoal [...]”, ou seja, o hábito da leitura e da busca por informações devem ser exercidos progressivamente.

Em síntese, o discente deve buscar novos conhecimentos, desenvolver o hábito da leitura e procurar sempre investigar e fortalecer sua aprendizagem pessoal por meio da pesquisa. É imprescindível a busca por um progresso científico eficaz, com reflexão e busca de soluções para os seus devidos fins.

4 O DOCENTE E A PESQUISA NO ENSINO SUPERIOR

O ensino precisa vir acompanhado da pesquisa, este é o meio primordial e condição favorável para liberdade de aprendizagem e fator crítico reflexivo. Nessa circunstância, resulta em características que repercutirão no ensino, promovendo a reconstrução e desconstrução de práticas mecânicas na sala de aula, onde prevalece, muitas vezes, o copiar e colar. Logo, é mais significativa a atitude própria com produção emancipatória.

Lima (2007) define o professor como o profissional que ministra, relaciona ou instrumentaliza os alunos para as aulas ou cursos em todos os níveis educacionais, de acordo com concepções que regem esse profissional da educação. Já o pesquisador, é aquele que exerce a atividade de buscar reunir informações sobre um determinado problema ou assunto e analisá-las, utilizando o método científico com o objetivo de aumentar o conhecimento de determinado assunto, descobrir algo novo ou contestar teorias anteriores.

Para Demo (2011b), a noção de professor precisa ser examinada, segundo ele, ser docente, em primeiro lugar, é ser um pesquisador, que sabe dialogar de acordo com sua realidade, orientando na criatividade e descobertas científicas, com estabilidade em seus métodos e práticas. Em segundo lugar, é ser socializador de conhecimentos, despertando no discente a pesquisa, e, por fim, é ser motivador de novos pesquisadores, com emancipação, desviando-se de tornar o discente um seguidor subordinado.

Por conseguinte, a aprendizagem deve ir além da aula e até mesmo do contato docente e discente, ela precisa estar atrelada diretamente à pesquisa. O conceito de pesquisa está associado mais à condição do que propriamente a uma definição apenas teórica, pois ela pode tratar de uma proposta autônoma, considerando a possibilidade de desmitificar a explicação de que ser um educador e pesquisador são profissões que devem estar separadas. Cechinel (2000, p. 13) exemplifica:

Forma-se, assim, o profissional da educação que é ao mesmo tempo professor, pesquisador e extensionista, já que as transformações da prática docente só se efetivam na medida em que ele, a partir da ação efetiva, amplia a sua consciência sobre a sua própria prática. Dessa forma, a reflexão sistemática sobre a própria prática é o elemento constitutivo fundamental.

De tempos em tempos, o docente depara-se com inovações diversas, por isso há a necessidade de reinventar-se e aprimorar-se nos conhecimentos e sobretudo na pesquisa. Se o docente interliga seu trabalho à pesquisa, ele tem em seu currículo algo em seu favor, possibilitando a junção da teoria e da prática.

À vista disso, a formação do pesquisador profissional da educação facilita no docente a atribuição de sua própria vivência escolar como um instrumento de pesquisa e reflexão, gerando uma mobilidade contra a superioridade, concernente à metodologia da falta de profissionalismo docente em sua prática.

A universidade é um espaço de formação de sujeitos com o objetivo fundamentado na capacidade formadora de conhecimentos. Desse modo, a educação perpassa pelas esferas sociais, políticas e educacionais, no processo de pesquisa, visto que a pesquisa científica viabiliza o desenvolvimento e a aprendizagem no campo da investigação.

Como um espaço de formação de professores, a universidade percorre uma estrutura de profissionalização docente, para que este busque na prática a ação para a aprendizagem em sua formação profissional.

No Ensino Superior, a docência só terá respaldo se for alicerçada na construção do conhecimento. Assim como o docente, o discente também carece da pesquisa, para que seu aprendizado seja produtivo. Entretanto, isso não significa que o professor obrigatoriamente tem

que se tornar um pesquisador especializado, mas o induz para que possa cumprir seu dever de atitude investigativa, ou seja, toda a sua ação de ensino precisa refletir meios que permitirão o avanço didático em uma busca diária.

Para Severino (2008, p. 13): “São dois os motivos pelos quais o professor precisa manter-se envolvido com a pesquisa: primeiro, para acompanhar o desenvolvimento histórico do conhecimento, segundo, porque o conhecimento só se realiza como construção de objetos”.

Em outros termos, a busca pelo conhecimento deve fazer companhia ao docente, com a permanência nos estudos e com postura investigativa, que equivale ao processo construtivo de produção dos objetos e da prática no processo da aprendizagem.

De acordo com Gil (2007), o professor universitário precisa de três requisitos básicos em sua formação:

- a) requisitos legais;
- b) requisitos pessoais;
- c) requisitos técnicos.

Os requisitos legais são estabelecidos por meio dos artigos 66º e 5º da LDB, e predisõem a respeito da preparação do exercício acadêmico, mestrado e doutorado, e permeiam a educação básica do docente, com sanções que são induzidas para a execução do cargo.

Os requisitos pessoais abordam sobre os procedimentos técnicos que são feitos à ocupação docente, para avaliar suas aptidões e desempenho.

Gil (2007, p. 19, grifo nossos) aponta algumas características que são visualizadas nesse profissional:

[...] **físicas e fisiológicas** (resistência a fadiga; capacidade funcional do sistema respiratório; clareza vocal; acuidade visual; acuidade auditiva), **psicotemperamentais** (estabilidade emocional; versatilidade; iniciativa; autoconfiança; disciplina; paciência; cooperação; estabilidade de ritmo; atenção difusa) e **intelectuais** (inteligência abstrata; inteligência verbal; memória; observação; raciocínio lógico; rapidez de raciocínio; imaginação; discriminação; associação; orientação; coordenação; crítica).

Esses atributos foram estudados e reconhecidos por especialistas para o egresso dos docentes no Ensino Superior, mas isso não significa que estes só serão aptos para desenvolver suas funções se possuírem todos, por isso, é primordial que haja a análise de todas essas características.

Os requisitos técnicos retratam sobre o reconhecimento que o docente precisa ter a respeito do que é exigido em cada disciplina, da vasta experiência, da cultura geral que está fundamentada no conhecimento, não só apenas da área de especialização do professor. Ademais, é necessário ter as habilidades que permitam o desenvolvimento funcional apropriado. Todas essas condições favorecem na prática de competência da docência.

Destarte, o professor preza em sua formação qualidades que o farão competente em sua carreira profissional, e a pesquisa, pode-se ressaltar, é de suma importância. Como afirma Fazenda (2008), o professor deve ter quatro tipos de competências, caracterizadas por ele como:

- a) Competência intuitiva onde o professor não se contenta em executar o planejamento elaborado – ele busca sempre alternativas novas e diferenciadas para seu trabalho;
- b) Competência prática onde o professor diferentemente do intuitivo, copia o que é bom, pouco cria, mas, ao selecionar, consegue boas cópias, alcança resultados de qualidade e competência emocional. Na visão de Fazenda (2008, p. 10):

Aprender a pesquisar, fazendo pesquisa, é próprio de uma educação interdisciplinar, que, segundo nossos dados, deveria se iniciar desde a pré-escola. Uma das possibilidades de execução de um projeto interdisciplinar na universidade é a pesquisa coletiva, em que exista uma pesquisa nuclear que catalise as preocupações dos diferentes pesquisadores, e pesquisas-satélites em que cada um possa ter o seu pensar individual e solitário. Na pesquisa interdisciplinar, está a possibilidade de que cada pesquisador possa revelar a sua própria potencialidade, a sua própria competência.

A pesquisa interdisciplinar garante o compartilhamento de experiências, técnicas e especificidades dentro das instituições, isso traz resultados que serão estabelecidos na compreensão e soluções para os devidos obstáculos que possam surgir.

Para que o docente tenha êxito na pesquisa em seu profissionalismo, ele precisa, cada vez mais, adaptar-se às mudanças em sua volta, buscando a reinvenção para que venha exercer sua função com maestria. É deveras importante compreender que ser um pesquisador será enriquecedor em sua carreira e no dia a dia em sala de aula, tudo isso o tornará apto para criar, elaborar, visionar e planejar, dando ênfase em uma educação de base mais participativa. Outrossim, abrirá possibilidades para que haja uma relação docente-discente perspicaz, portanto, a emancipação docente dá-se a partir da lógica de que a superação foi aprendida, conforme as situações vivenciadas pelo docente.

Nessa concepção, o docente, muitas vezes, traz concepções e costumes explorativos para o seu trabalho, e isso acaba tornando o discente da mesma forma. Não obstante, o docente precisa ser autêntico e criativo, ele deve ir além da posição de um mero seguidor de conteúdo. Como afirma Demo (2011b, p. 17) “[...] criar não é retirar do nada, embora seja sempre preferível a criação claramente inspirada e inovadora, na expectativa cotidiana não é possível fazer regra do extraordinário”.

Na opinião de Gil (2007, p. 16):

A preparação pedagógica de um professor universitário, todavia, não constitui tarefa fácil. Primeiro porque não há uma tradição de cursos destinados à preparação desses professores. Depois porque, em virtude de acomodação, temor de perda de *status* ou de não-reconhecimento da importância da formação pedagógica, muitos professores negam-se a participar de qualquer programa de formação ou aperfeiçoamento nessa área.

Consequentemente, isso acontece por causa da desvalorização da própria instituição para com o docente, trazendo desmotivação a este, pois seu papel como professor muitas vezes não é avaliado. Cabe ressaltar que perante isso, é necessária a implementação da formação pedagógica, visando o reconhecimento do papel do profissional na educação no contexto social, próprio e para com o discente.

O papel do docente-pesquisador precisa estar relacionado as práticas pedagógicas de qualidade, com base na ação reflexiva do exercício docente, fundamentado na pesquisa. Então, entende-se que este ato de pesquisar, é parte fundamental e imprescindível para a metodologia educacional, já que deve estar gradativamente sendo aperfeiçoada no profissional da educação em seu processo de formação. Garcia (2009, p. 177) explicita seus pressupostos que:

A pesquisa acadêmica tem a preocupação com a originalidade, a validade e a aceitação pela comunidade científica. A pesquisa do professor tem como finalidade o conhecimento da realidade para transformá-la, visando à melhoria de suas práticas pedagógicas e à autonomia do professor. Em relação ao rigor, o professor pesquisa sua própria prática e encontra-se, portanto, envolvido, diferentemente do pesquisador teórico. Em relação aos objetivos, a pesquisa do professor tem caráter instrumental e utilitário, enquanto a pesquisa acadêmica em educação em geral está conectada com objetivos sociais e políticos mais amplos.

Diante disso, aquele que pesquisa é quem guarda informações, e ao mesmo tempo, o que questiona a realidade, tendo em vista que aquilo que é conhecido é só um fragmento de um todo. A pesquisa direciona a diversos horizontes, dentre eles, a capacidade de elaboração própria, a pesquisa teórica, a hermenêutica, a pesquisa metodológica, e por fim, e não mesmo importante, a prática. Vale ressaltar que todos esses panoramas se integram e dão toda a direção para que o pesquisador tenha bons resultados em sua função. Posto isso, a aprendizagem torna-se criativa quando há vínculo com a pesquisa, reverberando no processo construtivo, com desafios e desconstrução de ideias tendenciosas. Para Franchi (1988 apud DEMO, 2011b, p. 44):

Uma coisa é aprender pela imitação, outra pela pesquisa. Pesquisar não é somente produzir conhecimento, é sobretudo aprender em sentido criativo. É possível aprender escutando aulas, tomando nota, mas aprende-se de verdade quando se parte para a elaboração própria motivando o surgimento do pesquisador, que aprende construindo.

O processo emancipatório da pesquisa relaciona-se a questionar a realidade de forma crítica e também com criatividade, resultando no progresso. Para muitos, o pesquisador surge na universidade, contudo é importante especificar que na verdade ele surge na infância. Logo, a educação criativa começa e vive dentro da pesquisa desde o início da vida da criança.

A pesquisa deve ser exercida como atitude habitual do docente, isso fará com que ele se torne um ser crítico e questionador, baseando-se na capacidade de construção da sua competência, pois possibilitará a postura de interpretar a realidade de forma mais sucinta.

Para Demo (2011a), o processo da pesquisa traz muitos desafios ao docente, dentre eles, a construção e reconstrução do projeto pedagógico e textos científicos próprios; fazer e refazer o material didático próprio; inovar a prática didática e recuperar constantemente a competência. Nesse contexto, toda escola deve ter seu próprio projeto político pedagógico, no entanto todo professor deveria elaborar o seu também, uma vez que terá sua autonomia exercitada, dando ainda mais propriedade para o PPP escolar, quando o mesmo precisar ser desenvolvido.

Em Caporalini (1991), Torres (1994) e Pimentel (1993) (apud DEMO, 2011a, p. 50), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

O projeto pedagógico próprio, assim, não tem por finalidade mostrar apenas que se lerem autores, ou que se tem noção de algumas teorias, ou que se é capaz de colocar por escrito ideias dos outros. Ao contrário, objetiva mostrar a competência de reconstrução questionadora própria. Deve usar todos os autores pertinentes, não para esconder-se atrás deles, mas para fazer-se, tanto melhor se com fundamentação, autor também. Deve sobretudo garantir competência em pesquisa e em formulação.

Os textos científicos próprios consistem na produção da investigação, com indagações úteis. Conquanto, isso não significa que o docente deve ser pressionado para tornar-se um grande profissional pesquisador, mas como docente é seu dever buscar e executar a pesquisa como aliada, para ter base educadora. Dessa forma, o docente de Ensino Superior, por meio de toda essa produção própria, pode fazer escolhas de temas, pesquisar a respeito e elaborar suas críticas. Como caracteriza Demo (2011a, p. 54), “[...] é muito significativo que cada professor apresente seus textos científicos próprios, onde demonstra o progresso sustentado em termos profissionais”. Além disso, há a reconstrução do material didático próprio, o qual viabiliza a ideia de que, além dos materiais didáticos oferecidos pela escola, o docente precisa ter os seus próprios, sair em busca, e ir mais adiante do que lhe é oferecido, exercitando a curiosidade, a investigação e a criatividade, uma vez que resultará na sua autonomia em sala de aula. Como afirma Demo (2011a, p. 56):

Se queremos um cidadão competente formal e politicamente, a aula meramente expositiva apenas atrapalha e faz da escola acentuadamente uma perda de tempo. Será mister preferir didáticas reconstrutivas, que sejam mais aptas a estabelecer o relacionamento fecundo de sujeitos. Para isso serve a feitura de material didático próprio, em primeiro lugar.

Ademais, a inovação da prática didática deve ter renovação constante mediante a pesquisa para combater o fracasso escolar. Nessa circunstância, acrescenta-se a recuperação da competência que, na visão de Demo (2011a), permeia a pesquisa para ajudar no questionamento reconstrutivo com teoria e prática; a elaboração própria, o qual ajudará na questão do projeto pedagógico próprio; a teorização das práticas, que exercitará a crítica, autocrítica e a inovação; a atualização permanente, que se baseia no refazer-se diário; e no manejo eletrônico, para facilitar a transmissão do conhecimento de maneira moderna.

4.1 Competência docente no Ensino Superior

A prática pesquisadora docente é imprescindível e atualmente tem se tornado cada vez mais necessária, desempenhar um papel investigativo é uma atitude que procede a emancipação profissional e a autonomia de suas habilidades.

Dessa forma, pesquisar tornou-se um componente essencial no que tange o desenvolvimento educacional, já que o ato da investigação proporciona ao professor e também aos educandos, a reflexão, novas perspectivas na formação do conhecimento, na criticidade e tantos outros critérios que têm a capacidade de tornar a aprendizagem mais estruturada.

À vista disso, o docente em sua formação precisa desenvolver suas competências e rever suas atitudes na prática, baseando-se no conhecimento e buscando executar no dia a dia um caráter pesquisador de questionamento diante de seu propósito didático.

Em uma formação docente competente, a pesquisa adentra como um processo que viabiliza a construção do conhecimento com o envolvimento ativo no questionamento da conduta profissional. Sendo assim, a disposição do professor em pesquisar precisa ser contínua e adequada, com as devidas possibilidades. Posto isso, é relevante que haja reponsabilidade nas práxis pesquisadora, tendo a atenção do que precisa ser feito com organização e dedicação.

O docente de nível superior necessita enfatizar o aluno e identificar suas necessidades. A partir disso, cabe realizar uma mediação, na qual evidencia possibilidades para que o aprendizado se efetive de maneira eficaz. Nesse sentido o ato de ensinar vai além de ministrar uma disciplina, necessita uma visão geral de todo o processo educacional ao considerar as necessidades do aluno, as competências da disciplina, as competências do curso, a análise do mercado e suas possibilidades de atuação, entre outras questões. (SILVA; DALMAU; AMORIM, 2011).

Por conseguinte, a prática docente visa incentivar no discente um caráter pesquisador e ter o intuito de pontuar e sanar sua carência na aprendizagem, deve fazer parte da intencionalidade para a eficácia de seu desempenho. Destarte, ensinar vai além das teorias abordadas em sala de aula, é relevante que haja da parte do professor a capacidade e desempenho de uma metodologia didática, no qual o discente terá suas carências supridas, por meio de toda a competência que permeia a educação.

Lecionar no Ensino Superior requer do docente múltiplas funções, como a própria pesquisa e todos os aspectos que visem na competência do bom educador. Diante disso, percebe-se que não é tão simples de praticar tudo isso, uma vez que demanda não apenas uma

formação individual, mas também educativa. Nesse sentido, o comprometimento deve fazer parte da intenção do docente para a formação do discente, já que a universidade oportuniza a sua qualificação e desenvolvimento de sua capacidade.

Observa-se algumas dificuldades encontradas referente à capacitação universitária. Demo (2011a) considera que existem três problemas na formação da competência na universidade:

- I – O professor que apenas ensina a copiar;
- II – Currículo extensivo – a aula copiada;
- III – Expectativa equivocada do aluno: aprender a copiar.

Uma aula apenas copiada é sinônimo de mediocridade, isso resulta na pobreza metodológica e no fracasso da competência, demonstra a fragilidade do docente e cria um ambiente de autoritarismo dele para com o discente.

O currículo extensivo está baseado em uma aula que é copiada e ensina apenas a copiar, ou seja, a visão do docente volta-se apenas para uma carga horária alongada no cumprimento dos conteúdos. Nesse caso, o discente é o problema, e cabe ao docente recuperar suas debilidades que antecederam em suas experiências escolares.

Ensinar precisa perpassar o tradicionalismo e a morosidade do copiar e colar, o docente deve ter em mente que sua finalidade necessita ultrapassar os vícios que o tradicionalismo impregna e a falta de responsabilidade para com sua função. Dessa maneira, exercer um papel com qualidade e dedicação deve ser o foco do professor em sala de aula.

Gil (2020), no artigo *O estilo de atuação do professor universitário — uma questão de ênfase*, aponta oito aspectos relevantes:

- a) ênfase na norma;
- b) ênfase nas características pessoais do professor;
- c) ênfase no relacionamento com o aluno;
- d) ênfase nos objetivos;
- e) ênfase nos conteúdos;
- f) ênfase nas estratégias;
- g) ênfase nos recursos;
- h) ênfase na avaliação.

A ênfase na norma baseia-se nas ações docentes definidas pela instituição de ensino em relação ao seu exercício dentro da empresa. As regras são impostas pelas autoridades educacionais, no intuito do cumprimento das regulamentações que são impostas, seguindo padrões com responsabilidade e integridade normativas. Nesse entendimento, a docência que é enfática na norma, prioriza o conhecimento das ordens que são definidas pela corporação pedagógica, as relações com o ensino e todas as regras que permeiam a função institucional.

A ênfase nas características pessoais do professor discorre sobre a postura docente no que diz respeito a uma personalidade egoísta e autoritária, no qual este se ver como o único conhecedor. Essa postura é relativamente inadequada e ultrapassada, já que o ensino não deve ser mais visto centrado somente em quem leciona. Por isso, os sujeitos dos processos de educação não é apenas o educador, mas também o educando.

Já a ênfase no relacionamento com o discente, caracteriza-se nas relações interpessoais, que perpassam uma aprendizagem mútua, em que o docente não é apenas o único a ensinar. Nesse âmbito, o conhecimento é adquirido de forma conjugada, entre professor e discente, na interação baseada em uma visão altruísta para o bom desenvolvimento intelectual e emocional do indivíduo.

A ênfase nos objetivos baseia-se no docente que cursou licenciatura, são profissionais que elaboram seu plano de ensino pautado na formulação de objetivos com a coerência do sistema de educação. Não obstante, também há desvantagens neste quesito, visto

que a facilidade pode acabar gerando a desvalorização das finalidades, por isso é essencial que o professor não se aprisione só em metas.

A ênfase no conteúdo é seguida por muitos docentes, porque ao lecionar, necessariamente, estes planejam-se de acordo com a disciplina que será repassada aos discentes, todavia, é preciso haver certos cuidados, visto que o professor pode agir como um simples transmissor temático.

Há ainda a ênfase nas estratégias, que está relacionada a métodos adotados pelo docente que, em hipótese alguma, deve ser focado no favoritismo profissional. As estratégias de ensino não devem ser baseadas naquilo que é mais apropriado ao professor fazer, seguindo sua zona de conforto. Nesse caso, seria concernente se essa ênfase estivesse estabelecida em questões que promovam as mudanças, resultando no benefício dos objetivos de conhecimento.

A ênfase nos recursos consiste nos meios tecnológicos utilizados no cotidiano escolar, que facilitam no aprendizado dos discentes. No entanto, é preciso um certo cuidado para que isso não se torne um fator excessivo, uma vez que o docente não pode ser um escravo dos recursos audiovisuais, o qual pode acarretar em resultados prejudiciais na aprendizagem. É relevante que os usos desses artifícios sejam apenas para o auxílio das aulas.

Finalmente, a ênfase na avaliação aponta a universidade como causadora do conhecimento no discente, e a função de avaliar vem sofrendo modificações ao longo dos tempos. Diante disso, a avaliação precisa está relacionada no auxílio da aprendizagem e não na seletividade que traz um certo tipo de ditadura no ensino.

Todas as ênfases pontuadas trazem esclarecimentos para a ação universitária do docente, envolvendo a pesquisa para a colaboração de aprendizagem do discente, e planejamento do processo de ensino. Pode-se relatar também que existem certos parâmetros que precisam ser repensados e reavaliados, as funções e ações do professor necessariamente devem estabelecer resultados que vão além dos destaques que foram apresentados acima.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é a parte indissociável da aprendizagem do Ensino Superior, ser um docente investigativo é uma qualidade que resulta na eficácia do conhecimento, pois praticar esse ato gera suficiência no ensino e no desenvolvimento da aprendizagem.

As questões propostas por esta investigação foram respondidas:

- a) Qual a importância da pesquisa no contexto superior para a formação docente?
- b) De que maneira o docente pode tornar-se um profissional da educação competente em sua função pesquisadora?

A importância da pesquisa no cenário superior é relevante, porque possibilita ao docente a qualificação de sua formação, conhecimento, postura crítico reflexiva e uma prática eficaz no que tange o resultado educacional e pessoal do profissional.

O docente torna-se competente a partir do momento em que assume um caráter pesquisador em seu cotidiano, com a intenção de desenvolver suas competências e incentivar seus discentes na construção do conhecimento. Consequentemente, a educação deve estar baseada em um ensino que ultrapasse o tradicionalismo. É pertinente que a ação do professor seja voltada a necessidade do discente, com o uso de metodologias que proporcionarão atitudes construtivas no cotidiano.

O objetivo do estudo foi compreender a finalidade da pesquisa na formação de competência docente no Ensino Superior, destarte, ele foi cumprido, à medida em que houve a seguinte compreensão: que a pesquisa se fundamenta em uma prática diária dentro da

instituição de ensino, onde há a busca pelo conhecimento e a viabilização da aprendizagem diante de uma formação alicerçada na investigação, proporcionando ao professor o desenvolvimento e a autonomia de sua função.

A hipótese que sustentou o estudo foi: o professor, como profissional da educação, precisa ser um pesquisador de caráter reconstrutivo em seu questionamento, possibilitando a inovação em sua prática docente e postura crítica reflexiva. Ela foi validada a partir das informações estabelecidas no artigo, sobre os critérios de um docente competente em sua função pesquisadora com base nos esclarecimentos acerca da necessidade pela busca constante da evolução e reconstrução das metodologias, ações de ensino, nos questionamentos sobre assuntos gerais e a busca pelas suas resoluções mediante a indagação, visando a capacitação na teoria e prática da educação.

Quando o docente tem a pesquisa como aliada no cotidiano de ensino, ele oportuniza em si mesmo a ação inovada e aspecto ponderado, e isso espelha no discente.

A pesquisa no Ensino Superior é indispensável e promove o pensamento crítico, é uma ciência exata e verificável, que busca caminhos para devidos resultados e hipóteses que até mesmo contribuem para outras pesquisas. A partir daí, o conhecimento torna-se um ganho, pois praticar a investigação gera motivações intrínsecas.

A sociedade desenvolve uma carreira científica eficaz se estimulada e fomentada na pesquisa. Por meio dela, o aprendizado ocorre todo o tempo, não é obsoleto, e sim uma necessidade para que haja o desenvolvimento do conhecimento.

Nessa conjuntura, pode-se dizer que a pesquisa é um dos principais aspectos para que o indivíduo chegue ao conhecimento, o docente que faz uso dessa prática na instituição de ensino assume uma postura competente, muito mais reflexiva e construtiva, facilitando ao discente uma condução necessária para que este seja um pesquisador. À vista disso, a prática da pesquisa no Ensino Superior faz-se necessária e útil, porque traça caminhos que chegarão ao objetivo principal no ensino, o conhecimento. Não há como separar ensino da pesquisa, visto que é uma junção para a aprendizagem genuína.

A docência na universidade contribui para a formação do indivíduo, tornando-o apto para exercer sua função, motivando nele a reflexão e criatividade. Vale ressaltar que, ao aderir uma prática pesquisadora, o discente consegue ter mais autonomia em sua aprendizagem, desenvolvendo um caráter investigativo, na busca por informações que complementarão o seu conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa tem a capacidade de gerar ganhos para o discente, dando a possibilidade do desenvolvimento de sua investigação e competência, favorecendo a percepção e a inovação na atitude questionável e investigativa. Quando o discente se envolve na pesquisa, potencializa a sua postura crítica reflexiva, ocasionando resultados positivos e o aprimoramento de suas motivações no ensino, uma vez que se torna sujeito de conhecimento e interage em sua elaboração própria, no qual a autonomia é desenvolvida e há a participação ativa junto ao docente.

Em suma, não existe conhecimento sem pesquisa, o professor que tem esse exercício como aliado, aprofunda-se na capacitação da sua prática educacional, visando uma formação acadêmica, e isso sucede ao discente, o estímulo de um caráter pesquisador que traz resultados proveitosos e a busca pelo crescimento universitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

CECHINEL, José Carlos. **Manual do estudante**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88068>. Acesso em: 14 jun. 2020.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011a. (Coleção educação contemporânea).

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.) **Didática e interdisciplinaridade**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2008. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd168/o-professor-pesquisador-e-a-sua-pratica-docente.htm>. Acesso em: 7 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes Necessários à prática educativa**. 41. reimp. São Paulo: Paes e Terra, 1996. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

GARCIA, V. C. V. Fundamentação teórica para as perguntas primárias: O que é matemática? Por que ensinar? Como se ensina e como se aprende? *In: Revista Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5516>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 6 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. O estilo de atuação do professor universitário – uma questão de ênfase. v. 40, ano III, nº 6/00. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamento-realidade/article/viewFile/8558/6358>. Acesso em: 8 out. 2020.

LIMA, Marcos H. **O professor, o pesquisador e o professor - pesquisador**. Disponível em: http://www.amigosdolivro.com.br/lormais_materias.php?cd_materias=3754. Acesso em: 14 set. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pró-Reitoria de Graduação – Universidade de São Paulo – 2008. **Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração**. Disponível em: <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/livro-ensino-e-pesquisa-na-docencia-universitaria-caminhos-para-a-integracao-antonio-joaquim-severino/>. Acesso em: 28 out. 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortêz, 2007. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/e5vnx>. Acesso em: 13 set. 2020.

SILVA, Ana Luiza Gonçalves da; DALMAU, Marcos Baptista Lopez; AMORIM, Sirlene Silveira de. Competência docente no ensino superior: especificidades requeridas na educação à distância. XI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26031/3.19.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 out. 2020.

SAÚDE MENTAL: um olhar atento sobre as causas de suicídio em policiais militares no Brasil e estratégias de prevenção

MENTAL HEALTH: a close look at the causes of suicide among military police officers in Brazil and prevention strategies

Lilia Fernanda Carvalho Cruz*
Táwilla Araújo Resende*
Vera Lúcia Lopes de Barros**

RESUMO

Policiais são indicados pela literatura como integrantes de um grupo de risco de morte por suicídio. Este artigo tem como objetivo realizar reflexões sobre as causas de suicídio de policiais militares no Brasil, bem como sobre os esforços para prevenir tais atos. Passa por um estudo breve sobre a problemática do suicídio em nível mundial e também especificamente em relação ao público alvo. Por fim, a prevenção ao suicídio de policiais é apresentada por meio de pesquisa bibliográfica, concluindo-se que o assunto é grave e o seu debate nas corporações é extremamente necessário.

Palavra-chave: Polícia Militar. Suicídio. Prevenção.

ABSTRACT

Police officers are indicated in the literature as members of a suicide risk group. This article aims to conduct reflections on the causes of suicide of military police officers in Brazil, as well as on efforts to prevent such acts. It goes through a brief study on the problem of suicide worldwide and also specifically in relation to the target audience. Finally, the prevention of suicide of police officers is presented through bibliographical research, concluding that the subject is serious and its debate in corporations is extremely necessary.

Keyword: Military Police. Suicide. Prevention.

1 INTRODUÇÃO

O suicídio de policiais militares no Brasil tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, é necessário que a sociedade e o Estado tenham um olhar atento para esta problemática que é uma realidade vivenciada por estes profissionais.

Policiais, em todo o mundo, constituem uma das categorias de trabalhadores com maior risco de vida e de estresse. No caso específico dos policiais militares, o nível de estresse tem sido apontado como superior ao de outras categorias profissionais, não só pela natureza das atividades que realizam, mas também pela sobrecarga de trabalho e pelas relações internas à corporação cuja organização se fundamenta em hierarquia rígida e disciplina militar. Tais características estruturantes tornam a instituição resistente a mudanças e repercutem na saúde física e mental dos servidores. Destacam-se, ainda, como fontes geradoras de estresse, as

* Pós-Graduada em Saúde Mental pelo IESF. E-mail: tawilla27@gmail.com

* Pós-Graduada em Saúde Mental pelo IESF. E-mail: liliafcruz@hotmail.com

** Doutora em Entomologia Médica pelo INPA. E-mail: veralopes.bio@gmail.com

relações, por vezes, tensas e conflituosas dos policiais com o Sistema de Justiça e com o público a quem atendem.

No que tange à atividade profissional do policial militar, faz-se necessário considerar que, tal profissão possui como missão constitucional o dever de preservar a ordem pública, bem como, a segurança e a proteção das pessoas e do patrimônio. Tal missão é executada por meio de policiamento ostensivo, com a prisão de sujeitos que transgridem as leis, através das orientações e advertências aos cidadãos, bem como, por meio da atuação nos mais diversos tipos de ocorrência.

Destarte, trata-se de uma atividade laboral vinculada a muita cobrança institucional, cobrança interna, disciplina rígida e um alto risco, fazendo com que este profissional, esteja diariamente, diante de situações que podem provocar danos a outros ou a si mesmo. Compreende-se, portanto, que se trata de uma categoria profissional com alto grau de vulnerabilidade e de sofrimento psíquico, tendo em vista que, o seu exercício profissional é difícil e altamente complexo.

As atividades de policiamento estão diretamente associadas a distúrbios do sono, o que ocasiona diversas consequências, tais quais, a condução perigosa de veículos, erros administrativos, sentimentos de raiva de maneira descontrolada, violação da segurança por conta da fadiga e ao absenteísmo. Há de se considerar, também, o fato da constante exposição desses profissionais à tragédia humana, o qual coloca os policiais militares em maior risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, além de um potencial risco para o abuso de álcool e outras drogas.

No Maranhão particularmente, até o presente momento não se produziu muito em relação aos processos de adoecimento de policiais militares. Tal desinteresse acadêmico incide na falta de conhecimento acerca do sofrimento físico e psíquico desses profissionais, expostos constantemente a situações complexas, hostis e, algumas vezes, até desumanas.

Dado o exposto, este artigo tem como objetivo geral, averiguar dados referentes as causas da temática em questão, para que possa aprimorar a prevenção realizada pela assistência à saúde dos policiais militares. Tendo como objetivos específicos: levantar os principais problemas psíquicos decorrentes do

trabalho do policial militar e investigar as estratégias de prevenção e tratamento, para atendimento desta população.

A presente pesquisa se justifica, visando à promoção da saúde dos policiais militares do Brasil, pois se entende que enriquecer a estrutura teórica e prática sob um olhar atento e reflexão a respeito dos ambientes de trabalho, integra valor à área de conhecimento.

2 SUICÍDIO: PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA GLOBAL

O suicídio é um fenômeno social bastante complexo e é considerado grave problema de saúde pública no mundo (WHO, 2014). Muito embora as maiores taxas de ocorrência do suicídio se concentrem em países da Ásia e da Europa, o Brasil possui uma das maiores taxas em números absolutos em todo o mundo. No período de 2011 a 2015, foram registrados 55.649 óbitos por suicídio no Brasil, com uma taxa geral de 5,5/100 mil habitantes, variando de 5,3 em 2011 a 5,7 em 2015, o que dá uma ideia da magnitude da situação que deve ser enfrentada (BRASIL, 2017).

O coeficiente de mortalidade por suicídio representa o número de suicídios para cada 100.000 habitantes, ao longo de um ano. De modo geral, os coeficientes mais altos encontram-se em países da Europa Oriental; os mais baixos, em países da América Central e

América do Sul. Os coeficientes nos Estados Unidos, Austrália, Japão e países da Europa Central encontram-se numa faixa intermediária. A despeito de possuir um coeficiente considerado relativamente baixo, por ser um país populoso, o Brasil figura entre os dez países que registram os maiores números absolutos de suicídios, segundo dados compilados pela OMS (VÄRNIK, 2012; WHO, 2014).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada 40 segundos, uma pessoa morre por suicídio. E, para cada morte, muitas outras tentativas existiram. Estima-se que cerca de um milhão de pessoas se suicidaram no ano 2000. A projeção para o ano de 2020 é que mais de um milhão e meio de pessoas cometam suicídio e que o número de tentativas seja até vinte vezes maior que o número de mortes. Ainda assim, para além dos números de mortes supramencionados, é importante entender que o comportamento suicida, expresso em ideação e tentativas de suicídio, torna essa problemática ainda mais desafiadora, pois os aspectos que circunscrevem tal comportamento englobam questões biológicas, ambientais, psicológicas e sociais. Por esta razão, há o impacto nos serviços de saúde, escolas, famílias e comunidades em que os indivíduos estão inseridos, exigindo políticas públicas eficazes para a prevenção do suicídio no país. Estima-se ainda, que a cada suicídio consumado, pelo menos seis pessoas são atingidas negativamente pelo ato fatal. (BOTEGA, 2014; MINAYO; MENEGHEL; CAVALCANTE,2012).

Nos Estados Unidos, a taxa de suicídio de policiais é uma vez e meia a taxa encontrada na população em geral, e continua sendo a principal causa da morte de policiais, segundo um estudo divulgado por Kulbarsh (2016). No Brasil, segundo Botega (2015).

Mesmo não havendo consistência entre os achados dos estudos é provável que membros das forças policiais tenham risco mais elevado do que o encontrado na população geral. Algumas explicações possíveis, e não exclusivas, para tais achados de pesquisa incluem: conhecimento e acesso a meios letais, estressores específicos da profissão e tendência para a agregação de mais indivíduos com transtornos psiquiátricos em certas categorias profissionais. (BOTEGA, 2015, p. 94).

Como a maioria das pessoas que comete suicídio, o policial normalmente comete o ato final como uma resposta inadequada a enormes problemas pessoais ou profissionais os quais sente que não podem ser resolvidos. Porém, ao contrário da maioria das pessoas, os policiais são especialmente e emocionalmente ligados a seus papéis profissionais e reagem fortemente quando seu status está ameaçado. Assim, muitos casos de suicídio refletem o impacto cumulativo de vários fatores estressantes, muitas vezes envolvendo uma combinação de problemas de relacionamento interpessoal e do próprio trabalho.

2.1 A atividade policial e as causas de suicídio

O Policial Militar no seu trabalho diário enfrenta várias situações de risco, onde num extremo está a população a qual deve se proteger e, do outro, o perigo eminente, os diversos tipos de violência, bem como crimes contra a vida aos quais também estão expostos (OLIVEIRA E SANTOS,2010). No próprio juramento de compromisso à profissão, é submetido a defender a sociedade com o risco da própria vida o que, literalmente, acontece. Sendo assim, uma profissão que por sua própria natureza já compromete a segurança de vida do profissional que a exerce (COSTA, 2007; OLIVEIRA E SANTOS, op. Cit.).

Desta forma, este profissional vive num constante estado de alerta, podendo a vir desencadear outro estado, a eminência do estresse patológico. O indivíduo que vivencia situações constantes de estresse, logo poderá a vir desencadear vários desequilíbrios psíquicos

como um nível mais alto do estresse, o distress, o que poderá desencadear conseqüentemente, diversas formas de transtornos mentais (depressão, pânico, burnout e etc.) e, conseqüentemente, a morte desse indivíduo, tanto literalmente como no sentido

psicológico, em decorrência da falta de uma atenção e cuidados especializados na saúde mental do mesmo (LIMA, 2003; COSTA, 2007).

Nesse sentido, um aspecto relevante aqui, relacionado à morte por conseqüências de problemas mentais, é o suicídio entre policiais militares (OLIVEIRA, 2011). Suicídios raramente ocorrem de forma isolada e muitas vezes acontecem com policiais que têm um histórico de uso de drogas, depressão e abuso de álcool ou de uma combinação debilitante de estressores que levam a uma sensação de desamparo e desesperança. Muitas vezes, há uma lenta acumulação de estresse, tensão e desmoralização que se acelera abruptamente culminando com a crise suicida. Não é incomum ter havido uma série de ciclos de humor ao longo da vida do policial. (MILLER, 2006, p. 185).

Com variadas causas para o ato final de sua existência o suicida experimenta sensações divergentes nomeadas e discutidas por alguns estudiosos, que buscam na formação infantil a causa que poderia levar o indivíduo ao desequilíbrio de suas funções, promovendo sofrimento próprio e se estendendo aos seus familiares.

Esses profissionais carregam consigo ainda, a carga dos problemas sociais, internalizando o mito de que devem solucionar todos os problemas, já que culturalmente em nossa sociedade a polícia é acionada apenas em situações de anormalidade para solucionar os mais variados conflitos, cabendo ao policial, então, atender tais ocorrências, solucioná-las da melhor maneira possível, bem como, contra argumentar as eventuais críticas que dela possam advir, aspectos que apenas reforçam a internalização da ideia deste profissional como alguém que não está permitido a cometer erros.

Toda essa realidade, permeada por constante tensão, pressão e cobrança, enfrentada diariamente pelos policiais militares, encontra-se intimamente relacionada com o desenvolvimento do sofrimento psíquico desses profissionais. Diversos fatores relacionados às condições de trabalho devem ser levados em consideração, quando se pretende identificar as causas de tais sofrimentos.

No que diz respeito à atuação profissional de policiais militares, questões como a insatisfação com as condições de trabalho, a falta de preparo para a função, o estresse, a carga excessiva de trabalho, as longas jornadas de trabalho, a obrigação “incondicional” de não demonstrar fragilidade, dentre outros fatores, podem estar relacionados ao desenvolvimento de tais desarranjos psicológicos.

Entende-se, portanto, que o policial militar experimenta diversos momentos complexos durante sua vivência profissional, o que exige de si, resiliência e boa capacidade de adaptação para ele possa vir a lidar e superar os possíveis efeitos decorrentes das diversas. Situações vivenciadas no seu cotidiano.

2.2 A prevenção do suicídio entre policiais militares

Cada suicídio de policial militar é um evento trágico. As conseqüências para familiares, amigos e para a própria Corporação são avassaladoras. Por isso, os esforços para a prevenção devem ser tratados como prioridade e seriedade pelos comandantes e por cada um dos integrantes de suas fileiras. Para Corrêa e Barrero (2006, p. 155), “a prevenção do suicídio não é um problema exclusivamente médico, mas de toda a comunidade, de suas organizações e indivíduos”. Logo, no âmbito das corporações policiais militares tais preceitos se aplicam e precisam ser considerados.

A Organização Mundial da Saúde enfatiza, em documento recente, que os suicídios são evitáveis. E, para tanto, a entidade internacional esclarece que os esforços para a prevenção do suicídio necessitam de coordenação e colaboração entre os múltiplos setores da sociedade, sejam públicos ou privados, que atuem na área de saúde ou não, como educação, trabalho, agricultura, negócio, justiça, lei, defesa, política e da mídia. Esses esforços devem ser abrangentes, integrados e sinérgicos, considerando que nenhuma abordagem única pode impactar sozinha em um problema tão complexo como o suicídio (WHO, 2014).

Werlang, Meleiro e Fensterseifer (2004, p. 142) afirmam que “a prevenção do suicídio deve ser pautada no conhecimento dos fatores de risco”. Tais condições são relevantes ao processo, pois facilitam as formas de intervenção nos problemas específicos pelos quais passa a pessoa. Segundo as autoras, os fatores de risco para o suicídio podem ser divididos em três grupos distintos:

- (1) Fatores constitucionais e hereditários, não passíveis de intervenção, como idade, sexo, história familiar, genética;
- (2) fatores ligados a condições endógenas, passíveis de serem controladas, como doenças físicas e mentais (...); e
- (3) fatores ligados a hábitos e ambientes, passíveis de serem mudados ou corrigidos, como estado civil, isolamento social, religião, classe social, profissão, desemprego/aposentadoria, família suicidogênica, abuso de álcool e outras substâncias psicoativas, acesso aos métodos e seu grau de letalidade. (WERLANG, MELEIRO e FENSTERSEIFER, 2004, p. 142).

Como a subcultura policial exerce grande influência sobre seus integrantes e os fatores de risco podem ser mapeados, um trabalho integrado dos vários segmentos da corporação se torna fundamental. Entretanto, Miranda e Guimarães (2012) relatam uma realidade longe da ideal em relação aos investimentos para a área de prevenção ao suicídio nas corporações policiais. Segundo as autoras, há uma carência de investimentos voltados para a atenção à pessoa humana do profissional de segurança, tanto nas esferas do executivo

Federal quanto do Estadual. Tal situação torna o problema praticamente invisível aos olhos do poder público e também da sociedade brasileira. Miranda e Guimarães (2012) realizaram um estudo detalhado sobre a prevenção do suicídio em duas corporações policiais militares brasileiras: a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Na PMESP, relatam que devido aos altos índices de suicídio registrados no final dos anos 90 e início dos 2000, no ano de 2004 foi instituído naquela corporação o Programa de Prevenção de Manifestações Suicidas (PPMS).

O foco do programa é o de identificar as questões psicossociais que alteram o comportamento dos policiais e fomentar os fatores de proteção contra o suicídio, consistindo em avaliações psicológicas, acompanhamentos, palestras e demais atividades relacionadas. Como resultado positivo do programa, os números de suicídios sofreram uma significativa redução no ano de sua implantação, de 33 no ano de 2003 para 17 em 2004.

Na PMERJ, o quadro encontrado foi diferente, ou seja, a corporação não dispunha de um trabalho cujo foco esteja nas manifestações suicidas. Nesse estudo de 2012, as autoras concluíram que “o trabalho realizado pela equipe de saúde mental da PMERJ se limitava ao atendimento clínico de policiais militares e familiares no setor de psiquiatria e de psicológica nas unidades de saúde da Polícia” (MIRANDA e GUIMARÃES, 2012, p. 17). E, até o ano desse trabalho, as estatísticas de suicídios consumados na corporação se mostraram precárias e não confiáveis, dificultando estudos aprofundados sobre o assunto. Miranda (2016), num diagnóstico mais recente e profundo realizado na PMERJ, esclarece que:

No Rio de Janeiro, o descaso em relação ao sofrimento emocional desses profissionais é condizente com o caráter tradicional das políticas de segurança pública. Por décadas, executivos estaduais priorizaram investimentos materiais em detrimento de políticas de valorização de recursos humanos. A prevenção de doenças mentais e emocionais de policiais civis, militares e bombeiros nunca fez parte da agenda de políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. (MIRANDA, 2016, p. 19).

Como resultado desse diagnóstico realizado na PMERJ, foram difundidas várias recomendações para a prevenção do comportamento suicida entre policiais militares na tentativa de conscientizar os gestores daquela corporação para a gravidade do problema. São recomendações importantes que também servem para as demais corporações coirmãs. As propostas dividem-se em dois

níveis: uma de cunho geral, com palestras, gestão de pessoal (revisão das escalas de trabalho), gestão de logística (melhores locais para refeições e alojamento), formação e treinamento; e outra mais específica, voltada para o atendimento do policial em situação de risco, entre elas, a criação de um protocolo sobre como lidar com um potencial suicida, considerando os níveis de risco (MIRANDA, 2016).

Na Polícia Militar do Paraná (PMPR), o descaso com a problemática também pode ser verificado ao longo de sua história. Entretanto, mais recentemente, desde 2013, diversos esforços para a prevenção do suicídio vêm sendo articuladas pelo Serviço de Ação Social (SAS) da PMPR. Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelos profissionais de saúde mental lotados naquele setor, está o Programa de Prevenção ao Suicídio, o qual conta com avaliações psicológicas, palestras de conscientização, encaminhamento para tratamentos psiquiátricos e acompanhamentos, sempre em conjunto com as unidades da corporação.

Segundo Penkal (2016), a base do trabalho preventivo realizado pelo SAS da PMPR é dividida em três etapas:

A primeira etapa consiste no diagnóstico através da avaliação psicológica realizada por meio de métodos psicológicos – a aplicação de testagens, questionários e entrevistas – elaboradas por uma comissão de Psicólogas (os). [...] A segunda etapa está na separação dos grupos identificados através da avaliação em: “Estresse Normal”, Depressão, Ansiedade, Estresse Pós-Traumático e Dependência Química. [...] A terceira etapa é a análise do perfil psicológico existente por meio dos dados colhidos no processo de avaliação, tratamento e intervenção. (PENKAL, 2016, p. 87).

De um modo geral, para Violanti (1995), as corporações devem realizar as seguintes ações com foco na prevenção do suicídio de policiais: reconhecer

os fatores de risco e as pistas para o suicídio emitidas, pois podem dar à corporação a oportunidade de intervir antes que seja tarde demais; treinar policiais militares para lidarem melhor com problemas pessoais e profissionais, evitando situações que podem causar sofrimentos e o suicídio; desenvolver medidas eficazes para combater o suicídio em suas fileiras, com intervenções e acompanhamentos diretos e constantes; e, realizar e difundir pesquisas na área visando à quebra do silêncio sobre o assunto na corporação policial.

Além desses aspectos, é importante ressaltar que para que essas medidas se tornem viáveis, a política institucional de prevenção deve ser reconhecida como uma prioridade do comando da corporação. Para Miranda (2016, p. 92), isso significa “fazer da prevenção do comportamento suicida uma política a ser inserida no planejamento estratégico da instituição”. Num segundo momento, é necessário sensibilizar os integrantes da corporação sobre a gravidade do problema e a necessidade de adesão à campanha de prevenção às mortes autoprovocadas. Desta forma, prevenir o suicídio requer quebrar barreiras institucionais e pessoais, há muito tempo arraigadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho teve como característica o método descritivo. Para esta investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Com a pesquisa bibliográfica procurou-se obter informações relevantes sobre a temática, para conhecer a realidade específica das corporações militares do Brasil.

Os resultados obtidos foram fundamentados por proposições teóricas, as informações foram levantadas e catalisadas através de pesquisa bibliográfica. Vale salientar que, ficou evidenciado que o sofrimento psíquico se constitui, portanto, como um conjunto de fatores psicológicos atrelados a sentimentos desagradáveis ou emoções que afetam o nível de funcionamento adequado do sujeito e que, embora algumas vezes não caracterizem uma patologia, ocasionam determinados sinais e sintomas que geram sofrimento a este, fugindo de seu domínio pessoal.

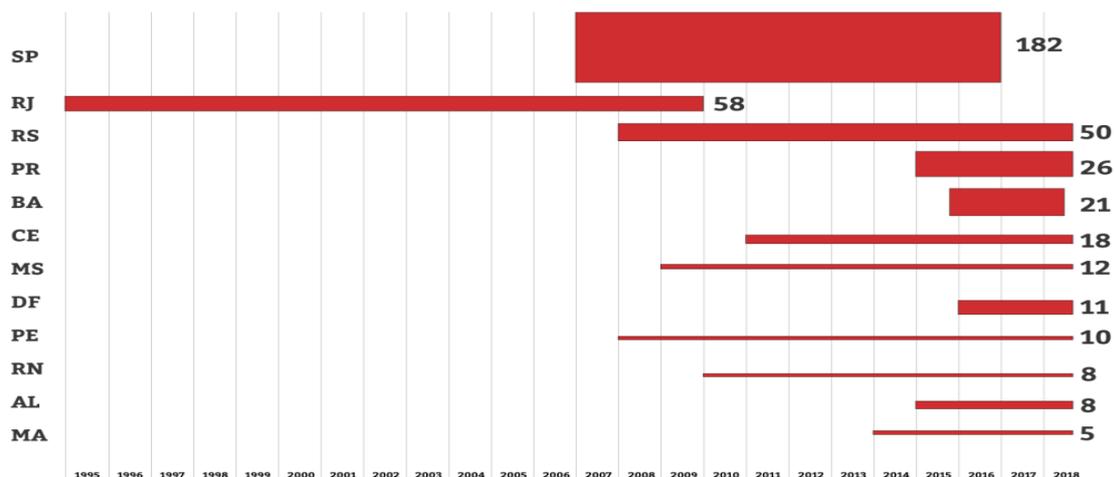
Deve-se considerar que o sofrimento é um fenômeno inerente ao trabalho. Quando o sujeito não encontra recursos para superar e transformar tal sofrimento em prazer, este transforma-se em fonte de sofrimento patológico. O qual ocorre, quando o sujeito não encontra meios de dar vazão a tal sofrimento, pois a forma como o trabalho se organiza bloqueia suas possibilidades de expressão e negociação.

Nesse sentido, abordando o sofrimento psíquico do trabalhador, a patologia surge então, quando ocorre o rompimento do equilíbrio e o sofrimento deixa de ser contornável, ou seja, quando o trabalhador já se utilizou de todos os seus recursos tanto psicoafetivos, quanto intelectuais para responder às demandas impostas pela organização e conclui que não há mais o que fazer para adaptar-se ou para transformar o seu trabalho.

É possível notar que, na atualidade, há ainda a negação do sofrimento psíquico no campo do trabalho. Frequentemente, as intervenções visam maquiagem ou desconsiderar o sofrimento, bem como, as questões psíquicas, buscando encaixá-las em uma lógica estritamente medicalizante.

Quando se trata da atuação do policial militar, deve-se considerar o fato de que o estresse está diretamente vinculado ao trabalho deste profissional, visto que, suas atividades se desenvolvem constantemente em meio conflitivo, fazendo com que a saúde deste profissional seja afetada drasticamente, não apenas pela operacionalidade de seu trabalho, mas também pelos aspectos organizacionais das instituições policiais.

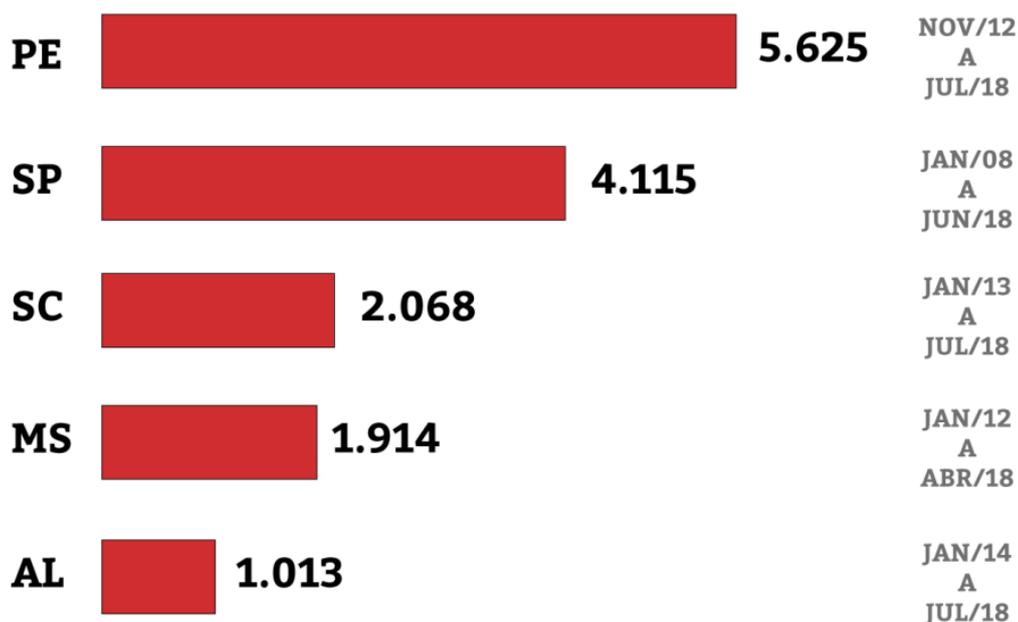
No que diz respeito ao índice de suicídio entre profissionais da polícia militar, é importante destacar que até mesmo as estatísticas oficiais, as quais são disponibilizadas pelas organizações policiais nacionais, são pouco confiáveis, visto que não há um procedimento padrão na coleta e classificação de dados a respeito da causa da morte de tais profissionais, fato este que culmina na geração de taxas instáveis acerca do suicídio entre os profissionais dessa classe. Segue dados de suicídio de PMs por estado:



Fonte: <https://exame.com/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>

13

PMs afastados por transtornos mentais por estado



Fonte: <https://exame.com/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>

De acordo com o pesquisador Adilson Paes de Souza os demais estados alegaram falta de informações precisas sobre afastamentos e suicídios ocorridos na última década, uma dificuldade que os pesquisadores conhecem de perto: “A instituição [Polícia Militar] não se abre. Você mal consegue dados e, sem eles, não é possível estudar o fenômeno ou entender como ele surgiu, como se manifesta e quais os caminhos para se superar esses problemas. Os poucos dados que se obtêm pela Lei de Acesso à Informação são, na maioria das vezes, incompletos”, diz.

Para Paes de Souza, a rotina de negar ou proteger dados relacionados à segurança pública no Brasil ganhou força durante o regime militar. “Em 1969, no auge da repressão, houve um decreto-lei, o 667, de 1969, que criou os policiais à imagem e semelhança do Exército. Uma tropa militarizada para combater os inimigos da sociedade. E essa tropa militarizada era considerada a nata, a casta, os únicos que poderiam salvar a nação do comunismo. Os militares acreditavam e acreditam que são a elite, que são os únicos que sabem o que é bom para todos. E, portanto, eles não precisam prestar contas a ninguém. É por isso que é tão difícil conseguir dados”, afirma.

O problema dos dados se repete quando a pergunta é sobre a quantidade de PMs afastados da função devido a transtornos mentais. No estado de São Paulo, dados obtidos via Lei de Acesso à Informação apontam que 4.115 policiais foram afastados para se submeterem a tratamentos psiquiátricos entre 2008 e 2018. Entretanto, em setembro de 2017, o portal de notícias VICE Brasil recebeu, também via Lei de Acesso à Informação, dados que apontavam que “entre 2006 e 2016, 15.787 PMs foram afastados temporariamente da corporação para se submeterem a tratamentos psiquiátricos”. Seis estados negaram à reportagem o acesso aos dados: Ceará, Pará, Goiás, Rondônia, Sergipe e Piauí.

No geral, a justificativa apresentada pelos estados foi que as informações requeridas eram de caráter pessoal dos policiais e, portanto, sigilosas. Os dados requeridos pela reportagem não previam a identificação de nenhum servidor, apenas estatísticas e informações quantitativas.

Apesar dos fatos, pouco se reflete sobre o sofrimento psíquico ocasionado pela atuação diária desses profissionais. A ideia que se têm dos policiais militares como sendo um “homem de ferro”, o qual deve permanecer presente nos momentos em que todos os demais fogem, contribui de forma extrema para a cobrança de postura e dificulta o direcionamento de um olhar empático para estes indivíduos, os quais deixam de ser vistos, até por si mesmos como seres humanos dotados de vulnerabilidade.

Nesse sentido, faz-se extremamente necessário o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento direcionados ao atendimento desta população.

Quando se aborda a temática da prevenção institucional deve-se considerar que esta é composta por três níveis, sendo estes, prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária, também denominada prevenção universal, destina-se a população geral da organização, ou seja, este nível de prevenção relaciona-se a ações de conscientização acerca da problemática, de estratégias para identifica-la e maneja-la da melhor forma possível, entre outras. Já no que diz respeito à prevenção em nível secundário, está já se encontra direcionada a grupos específicos, de baixo, médio ou alto risco de cometer suicídio, ou seja, já existe a identificação dos possíveis grupos de risco e a intervenção conta com estratégias específicas direcionadas a essa população. A prevenção terciária, por sua vez, destina-se a pessoas que já tentaram suicídio alguma vez e intervém no intuito de impedir que essas pessoas voltem a vivenciar tal experiência.

É importante ressaltar que indivíduos que apresentam ideação ou intenção suicida, tendem a apresentar alguns sinais tais como, a preocupação excessiva com a morte, senso de isolamento, pouco convívio com familiares e amigos, distração e falta de senso de humor, distância emocional das pessoas, parecendo viver em seu próprio mundo, o foco no passado, pensamentos de que mundo seria melhor sem ele e o predomínio da falta de esperança.

O policial tende a estabelecer uma separação entre ele e a sociedade, limitando suas interações com pessoas que não sejam de sua corporação, por julgar que apenas outro policial pode compreender os problemas e vivências que enfrentam no exercício diário de sua profissão²⁸. Tal postura pode vir a interferir e acarretar consequências negativas para a vida desse profissional.

Se por um lado tem-se uma instituição rígida, hierárquica, que cobra e exige de seus profissionais, disciplina e certa imparcialidade, do outro lado, tem-se uma sociedade que muitas vezes enxerga tais profissionais como corruptos, despreparados, desprovidos de sentimentos, conseqüentemente, tratando-os com hostilidade e reforçando seu comportamento de isolamento social. Contudo faz-se de extrema relevância considerar que por trás de tudo isso, tem-se um ser humano, dotado de subjetividade, com questões e demandas ímpares e que na grande maioria das vezes encontra-se em sofrimento

Nesse sentido, a prevenção institucional com policiais militares deve ser realizada por meio de ações de sensibilização e capacitação dos atores principais. Devido ao fato de a Polícia Militar constituir-se em uma organização baseada na disciplina e hierarquia, faz-se essencial o investimento na capacitação e sensibilização dos atores responsáveis pela gestão de setores estratégicos da corporação.

Contudo, tais ações exigem mudanças tanto de comportamentos, quanto de percepções influenciadas por uma cultura organizacional marcada por preconceitos e estigmatização do paciente com doença mental, fazendo com que os resultados desse tipo de ação preventiva sejam lentos²⁷. A prevenção institucional voltada a Polícia Militar deve ter por objetivo, então, a sensibilização de gestores e/ou comandantes para que estes possam estar capacitados para intervir de forma assertiva quando necessário.

No entanto, programas e ações que visem à prevenção e o tratamento dos sofrimentos psíquicos que acometem essa população, ainda são muito escassos no país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar, a partir de pesquisa bibliográfica, quais as causas de suicídio em policiais militares do Brasil e como prevenir essa tragédia.

Evidenciou-se que os policiais militares se constituem em uma população mais vulnerável e suscetível a apresentação dos mais variados sofrimentos psíquicos, se comparados ao restante da população, visto que sua atuação diária

exige alto grau de disciplina, estando expostos a um cenário de constante risco, pressão, tensão e cobrança institucional.

Pela pesquisa bibliográfica, identificamos alguns pontos. São eles:

- Fatores estressantes da atividade policial e as características de sua vida privada são interações preditoras do comportamento suicida em organizações policiais;
- O uso de álcool, doença física e mental, idade elevada e aposentadoria iminente também são fatores associados às mortes por suicídio de policiais;
- Entre os fatores organizacionais associados às manifestações suicidas mais citados estão: a insatisfação com a polícia, a relação hierárquica entre policiais superiores e subordinados, o medo de investigações internas e as pressões sociais;
- O capital social está negativamente associado ao comportamento suicida na polícia. A confiança interpessoal é uma das dimensões de capital social mais testadas pela literatura. As pesquisas sugerem que o baixo nível de confiança entre os colegas de trabalho torna o policial vulnerável ao ato suicida;
- Por último, conflitos conjugais e problemas no local de trabalho aparecem associados ao comportamento suicida entre policiais.

É de grande valia salientar que, há a necessidade urgente do direcionamento de esforços para a prevenção do suicídio de policiais militares. Basta ser um policial para entrar

num grupo com risco aumentado para a prática autodestrutiva. A subcultura institucional que enfatiza que o policial é superior a tudo e que não adoce psicologicamente é algo que deve ser combatida energeticamente. A ajuda deve ser naturalmente buscada por aqueles que necessitam.

Muitas vezes, a negação ao problema atrasa a assistência e conduz o indivíduo para a solução que causará feridas indeléveis e arrasadoras àqueles que fazem parte de suas redes sociais. O apoio também deve ser fornecido àqueles que tentam e por qualquer motivo não conseguem consumar o ato. Sem atendimento e acompanhamento adequados, o risco aumenta para uma nova tentativa.

O sofrimento psíquico de policiais militares não pode permanecer invisível aos olhos dos comandantes e de seus pares. Apesar de estar ganhando cada vez mais espaço na sociedade e sendo trabalhado de forma mais contundente nas corporações, ainda há muitas barreiras que impedem projetos e discussões plenas sobre o assunto. Muitos suicídios de policiais militares poderiam ter sido evitados se a cultura policial fosse mais favorável no sentido de aceitar as vulnerabilidades de seus integrantes.

Também é importante reconhecer que suicídios continuarão ocorrendo, isto é fato. Entretanto, deve-se dar prioridade às ações que busquem evitar àqueles que podem ser evitados e interromper ou amenizar aqueles que não podem. Um policial militar só conseguirá desempenhar suas funções adequadamente e prestar um bom trabalho à sociedade se estiver com sua saúde mental perfeita. Se estiver mentalmente comprometido, tende a se colocar em risco e também a arriscar a vida de outras pessoas. Assim, as corporações precisam, além de investir, entender a gravidade do problema para poder envidar esforços e salvar da autodestruição seus integrantes que sofrem veladamente. É uma questão humanitária e extremamente necessária.

Conclui-se o quanto esse fenômeno é complexo. A sua compreensão está para além de uma única perspectiva interpretativa. Muitos dos especialistas americanos sugerem que a vulnerabilidade do policial à vitimização por suicídio resulta da interação entre fatores ocupacionais e interpessoais.

Contudo, essa afirmativa deve ser feita com muita cautela, uma vez que a ausência de informações confiáveis compromete as interpretações do fenômeno não apenas no Brasil como também em países europeus e da América do Norte. Daí a necessidade de se desenvolver estudos empíricos em organizações policiais em diferentes contextos. Esse conhecimento contribuirá não somente para os estudos da sociologia das organizações e do trabalho, como também fornecerá subsídios para a formulação de políticas de prevenção ao suicídio envolvendo profissionais de segurança pública.

Nesse sentido, faz-se extremamente necessário o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento direcionados a esta população, bem como o desenvolvimento de pesquisas que se debrucem a desmistificar a imagem social que se construiu do policial militar, ao longo da história, com vistas a conscientizar a população como um todo para o desenvolvimento de um olhar empático e humanizado direcionado a esses profissionais, bem como, para a melhoria da qualidade de vida dos policiais militares.

REFERÊNCIAS

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. *Psicologia USP*, v.25, n. 3, p. 231-36. 2014.

BOTEGA, Neury J. Crise suicida: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Corrêa, H., & Barreiro, S. P. (2006). **Suicídio: uma morte evitável**. São Paulo: Atheneu.

COSTA, Marcos Aurélio de Albuquerque. **Estresse –Um diagnóstico dos policiais militares da cidade de natal – Brasil**. Tese apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para obtenção do título de doutorado em ciências da saúde pelo programa de pós-graduação em ciências da saúde, Natal, p. 1-69, 2007.

GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial e as práticas de prevenção no Brasil. Gramado: ABCP, 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2674180.Osuicidio-policial-as-politicas-de-prevencao-no-brasil.html>. Acesso em: 8 set. 2016.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 82-91, dez. 2003. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213154638.pdf

MILLER, Laurence. *Practical police psychology: stress management and crisis intervention for law enforcement*. Illinois: Thomas Books, 2006.

MINAYO, M. C. S.; MENEGHEL, S. N; CAVALCANTE, F. G. Suicídio de homens idosos no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2665-2674, 2012.

MIRANDA, Dayse. (Org.). *Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Daniela Rosa. **Atividade policial e sua relação com a síndrome de burnout**. *Revista Eficaz – Revista científica online* ISSN 2178-0552, Av. João Paulino Vieira Filho, 729, Novo Centro – Maringá/PR, Cep: 87020-015, 2011.

OLIVEIRA, Katya Luciane de / SANTOS, Luana Minharo dos. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 224-250.

PENKAL, Rafael C. Segurança pública e direitos humanos: a atuação da Psicologia na Polícia Militar do Paraná. In.: MÄDER, Bruno J. (org.). **Caderno de**

PSICOLOGIA e direitos humanos: um compromisso com a transformação da realidade. Curitiba: CRP-PR, 2016.

VARNIK, P., SISASK, M., VARNIK, A., Arensman, E., Van Audenhove, C., van der Feltz-Cornelis, C., & Hegerl, U. (2012). Validity of suicide statistics in Europe in relation to undetermined deaths: Developing the 2–20 benchmark. *Injury Prevention*, v. 18, n. 5, p. 321-325.

VIOLANTI, John M. The mystery within: understanding police suicide. *In.: FBI Law Enforcement Bulletin*. February, 1995. p. 19-23.

WERLANG, Blanca S. G.; MELEIRO, Alexandrina M. A.; FENSTERSEIFER, Liza. Esforços para prevenção. In.: WERLANG, Blanca S.G.; BOTEAGA, Neury J. (Orgs.). Comportamento suicida. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 141-152.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing suicide: a global imperative. Geneva: WHO, 2014.

VIDAS URBANAS E A COVID 19:
apontamentos sobre os impactos da pandemia nas periferias urbanas

URBAN LIVES AND COVID 19:
notes on the impacts of the pandemic on urban peripheries

Gisele de Fátima Cardoso Nunes*

RESUMO

O presente artigo apresenta um esforço de problematização sobre os impactos da pandemia da COVID 19 nas periferias urbanas do Brasil, afim de trazer apontamentos relativos a problemáticas que são inerentes ao espaço urbano segregado e que foram agudizados no cenário atual. Realizaremos uma abordagem com elementos estatísticos com bases de dados provenientes de institutos e organismos de pesquisa nacionais e internacionais, fontes jornalísticas e sites especializados e, referenciais bibliográficos de autores que discutem o tema com primazia. Nosso objetivo é destacar a importância do debate sobre as periferias urbanas e como a pandemia da COVID 19 afetou diretamente a classe trabalhadora que vive em comunidades, favelas, morros e aglomerados urbanos e ainda quais seriam as estratégias de enfrentamento à essa crise sanitária que tem ceifado tantas vidas e agravado as relações sociais no meio urbano.

Palavras-chave: Periferias urbana. Pandemia COVID 19. Impactos.

ABSTRACT

This article presents an effort to problematize the impacts of the COVID 19 pandemic in the urban peripheries of Brazil, in order to bring up notes on issues that are inherent to the segregated urban space and that have been aggravated in the current scenario. We will carry out an approach with statistical elements with databases from national and international research institutes and organizations, journalistic sources and specialized websites, and bibliographic references from authors who discuss the topic with primacy. Our goal is to highlight the importance of the debate on urban peripheries and how the COVID 19 pandemic directly affected the working class living in communities, slums, hills and urban agglomerations and what would be the strategies for coping with this health crisis that has been plaguing so many lives and aggravated social relations in the urban environment.

Keywords: Peripheries Urban Pandemia. COVID 19. Impacts.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID 19 acendeu luzes para inúmeros debates teóricos que envolvem temas relevantes. Os impactos da pandemia nas periferias urbanas tratam-se de um tema que chama atenção principalmente pelo fato de que o Novo Corona Vírus, diferente de outras pandemias, não nasceu nas periferias pobres. Pelo contrário, ele surge nas elites urbanas, principalmente no Brasil, onde os primeiros casos foram relatados em bairros nobres, oriundos de moradores que chegavam de viagens a outros países.

No entanto, porque chama tanta atenção os efeitos da pandemia nas periferias, entre os mais pobres? A resposta é simples: porque a COVID 19 atingiu em cheio as fragilidades urbanas que assolam historicamente os espaços urbanos periféricos das cidades.

Temos discussões que incitam inúmeros debates como: isolamento e distanciamento social em moradias minúsculas e insalubres; adoção de medidas de higiene em

* Assistente Social. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: gisanunes06@gmail.com

bairros, favelas, ocupações e morros que não tem condições básicas de saneamento básico e fornecimento de água; classe trabalhadora, formal e informal, em condições cada vez mais precárias de trabalho; isolamento social para aqueles que não tem renda fixa e precisam estar todos os dias nas ruas buscando condições para se manter financeiramente. Enfim, teríamos muitos temas para discutir.

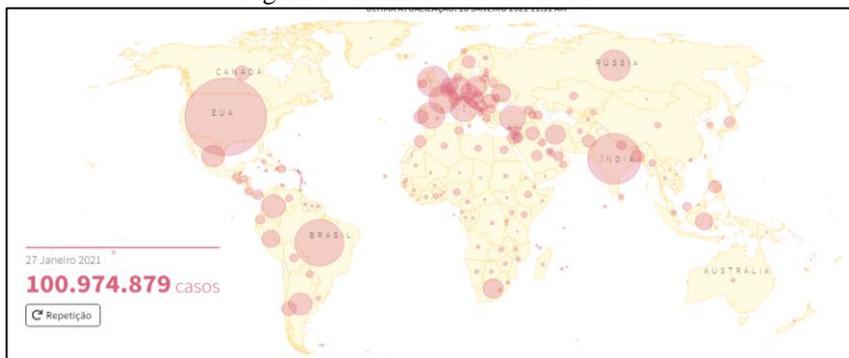
Este artigo propõe então um esforço de problematização sobre alguns desses impactos, adotando uma metodologia pautada em levantamento bibliográfico e estatísticos, com fontes de dados provenientes de organismos e institutos nacionais e internacionais, sites especializados e autores que discutem temas relacionados aos impactos da disseminação da COVID 19 na vida de moradores das periferias urbanas tais como: o isolamento social, o fornecimento de água e o transporte público de massa.

Consideramos um debate necessário e urgente, por se tratarem de demandas históricas e atuais e que merecem destaque neste cenário tenso pelo qual o mundo tem passado e que, no Brasil, tem tido efeitos extremamente nocivos aos mais pobres.

2 A COVID 19 NAS PERIFERIAS URBANAS: o avanço das desigualdades nas cidades.

O mundo tem vivenciado umas das mais avassaladoras crises sanitárias dos últimos anos e esta realidade vem atacando significativamente os mais pobres. O Coronavírus inicia sua empreitada ainda no ano de 2019, com os primeiros casos de infecção acontecendo na cidade Wuhan, na China. O vírus que causa a doença COVID 19 acometeu, até o final de janeiro, 100.974.879 pessoas no mundo todo, segundo a Reuters Grafics. A figura a seguir demonstra a dimensão deste número, que nos faz refletir para além do item quantitativo.

Figura 1 – Números da Covid 19



Fonte: REUTERS GRAFICS (2021)

Logo, é notório que a estatística demonstrada no gráfico evidencia que avanço da pandemia se deu em países onde a população urbana é extensa o que implica na necessidade de suporte público para enfrentamento dos diferentes ambientes afetados pela pandemia.

Ao situarmos o Brasil neste panorama, conseguimos conduzir um esforço de problematização mais aprofundado, considerando a extensão territorial e o crescimento urbano desordenado em nosso país, para além de outros aspectos políticos partidários, que não caberiam neste texto considerando a necessidade de maior problematização.

No Brasil, país continental, marcado por desigualdades e assimetrias regionais, entre estados e dentro dos próprios estados, a pandemia do coronavírus disseminou-se a partir do epicentro de São Paulo e, rapidamente, configurou-se como multicêntrica com estados de diferentes regiões a concentrar altíssimos níveis de infecção e de mortes. (CARVALHO, 2020, p. 11).

Conforme o Consorcio de Imprensa¹, até o final de janeiro de 2021, o Brasil atingiu as seguintes estatísticas:

Quadro 1 - Estatísticas

DADOS	NÚMEROS
Total de mortes:	221.676
Registro de mortes em 24 horas:	1.439
Média de novas mortes nos últimos 7 dias:	1.064 (variação em 14 dias: +10%)
Total de casos confirmados:	9.060.786
Registro de casos confirmados em 24 horas:	60.301
Média de novos casos nos últimos 7 dias:	51.567 por dia (variação em 14 dias: -5%)

Fonte: CONSÓRCIO DE IMPRENSA (2021)

Os dados acima ilustram a realidade da pandemia em nosso país e acrescentam a necessidade de debates para definição de estratégias de enfrentamento da mesma.

Com tais estatísticas acentuadas, as desigualdades sociais ficam ainda mais perceptíveis no contexto urbano, que podem ser exploradas a partir de vários aspectos, considerando a abrangência da Questão Urbana no Brasil.

Segundo Castells (1983, p. 297-298):

O âmago da análise sociológica da questão urbana está no estudo da política urbana, isto é, na articulação específica dos processos designados como “urbanos” no campo da luta de classes e, por conseguinte, na intervenção da instância política [...] à medida que os problemas urbanos tornam-se abertamente problemas políticos, quer dizer, à medida que, nas sociedades capitalistas adiantadas, as contradições se ligam mais estreitamente e que a dominação de classe se faz mais visível nos setores [...] onde ela permanecia marcada pelos efeitos da desigualdade social considerados como quase naturais.

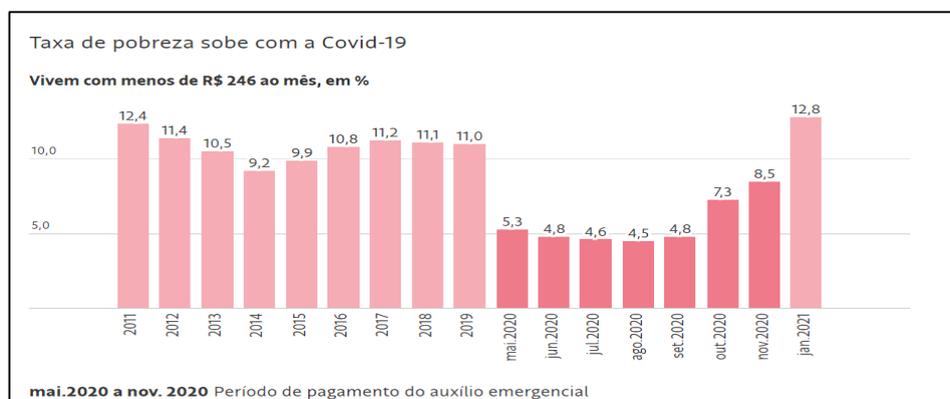
Considerando os estudos sobre a Questão Urbana e compreendendo os impactos de uma pandemia nas periferias urbanas, apontamos, como ponto de partida, o avanço da desigualdade social. Segundo estudos da Oxfam Internacional, organização da sociedade civil criada em 2014 com o objetivo de buscar estratégias para o enfrentamento da pobreza, das injustiças sociais e das desigualdades, apontam que

A crise do coronavírus afetou as economias de todos os países do planeta e os empregos, a riqueza e a renda de todas as pessoas. No entanto, é uma história muito diferente, dependendo se você está no topo ou na base da escada econômica. Em todo o mundo, os super-ricos escaparam dos piores impactos da pandemia. Nosso sistema econômico profundamente injusto permitiu que eles acumulassem enormes riquezas em meio à pior recessão em 90 anos, enquanto centenas de milhões de pessoas perderam seus empregos e enfrentaram a miséria e a fome. Estima-se que o número total de pessoas vivendo na pobreza poderia ter aumentado entre 200 milhões e 500 milhões em 2020. (OXFAM, 2020).

¹ Parceria entre veículos de imprensa: G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL. Dados coletados junto aos estados e o DF.

Ainda trazendo algumas estatísticas, o Jornal Folha de S. Paulo traz o gráfico a baixo onde demonstra a queda nas condições de renda da população brasileira, dando destaque ao aumento na taxa de pobreza.

Gráfico 1 – Taxa de pobreza sobre a Covid 19



Fonte: FOLHA DE S. PAULO (2021)

Assim, fica evidente como a pandemia da COVID 19 vem gerando (e infelizmente continuará gerando) impactos no que tange a distribuição desigual de bens e serviços e como isso é difundido nas periferias, favelas, ocupações e demais territórios urbanos. Engels já afirmava, ao estudar a questão da moradia nas cidades, que a difusão da desigualdade tem íntima relação com o modo de produção capitalista.

A ciência natural moderna provou que o assim chamado “bairro malsão”, no qual estão confinados os trabalhadores, é o foco de onde se propagam as enfermidades contagiosas que de tempos em tempos se abatem sobre nossas cidades. [...] elas praticamente nunca são erradicadas desses lugares e, sempre que as circunstâncias são favoráveis, evoluem para enfermidades de caráter epidêmico, ocasiões em que ultrapassam os limites de seus focos e penetram nos bairros mais ventilados e saudáveis em que residem os senhores capitalistas. A dominação capitalista não tem como permitir-se a diversão de gerar doenças epidêmicas entre a classe trabalhadora sem sofrer as consequências; estas recaem sobre aquela e o anjo da morte se esbalda entre os capitalistas com a mesma falta de escrúpulos com que o faz entre os trabalhadores. (ENGELS, 2015, p. 65).

Engels contribui com uma visão histórica sobre a construção dos espaços urbanos, fazendo-nos perceber que estes territórios terão domínios bem definidos a partir da expansão do capital. Logo, “[...] esses guetos não são simplesmente justapostos; eles são hierarquizados de uma forma que representa espacialmente a hierarquia econômica e social, os setores dominantes e os setores subordinados”. (LEFEBVRE, 2009, p. 244).

Considerando esses aspectos, que são próprios da construção das cidades, e associando aos impactos que uma crise sanitária pode trazer para qualquer território, teremos, conforme podemos ver concretamente nos dias atuais, a soma de elementos que serão marcos históricos para uma grande tragédia urbana. Fazer referência à tragédia urbana é levar em consideração os inúmeros efeitos que a COVID 19, para além dos dados epidemiológicos, trouxe para as periferias: alto índice de contaminação e óbitos de pessoas pobres; desemprego crescente; mobilidade urbana prejudicada; dificuldades na oferta de água e saneamento básico; ausência de recursos básicos para sobrevivência, como alimentos, por exemplo; isolamento social; dentre outros.

De modo geral, as desigualdades urbanas se acentuam quando se evidencia que é da periferia que vem o sustento das classes abastadas. É exatamente das periferias que se manteve o “luxo da quarentena” (FÉRREZ, 2020). Do trabalho das empregadas domésticas, dos motoboys, dos motoristas de ônibus e de aplicativos, dos trabalhadores dos setores de serviços (farmácias e supermercados, por exemplo). Essa classe sustentou e continuará sustentando o isolamento social necessário para a manutenção do fluxo urbano, da roda da economia, mesmo muitas vezes não podendo cumprir com a principal forma de combate a contaminação, o #fiqueemcasa.

Essa também não é uma realidade nova, diga-se de passagem, é bem característica dos grandes centros urbanos, sustentados pelas periferias. Conforme Engels (2015, p. 70) afirma

Ora, acontece que um pressuposto inevitável do modo de produção capitalista é que exista uma classe despossuída, não assim chamada, mas realmente despossuída, que não tenha nada para vender além de sua força de trabalho, e por conseguinte, seja obrigada a vender essa força de trabalho para os capitalistas industriais.

A assertiva acima auxilia na compreensão desse processo social regado pela desigualdade entre as classes e agudizado pela pandemia. Essa realidade se concretiza em dados a partir de relatórios de institutos de pesquisa brasileiros, que atestam a realidade urbana como sendo uma realidade desigual.

Nas áreas onde a pobreza urbana é mais acentuada, o novo coronavírus avança de forma mais rápida. Isso porque estes territórios não contam com políticas públicas de qualidade que deem suporte à proteção coletiva. Além disso, em países marcados pelas desigualdades sociais, como o Brasil, a pobreza cresce em escala ampliada, não apenas formando novas periferias, mas também adensando as antigas. As condições de vida nos espaços periféricos urbanos dificultam a adoção de estratégias individuais de prevenção por parte da população, largamente difundidas nas orientações de controle da Covid-19, como o distanciamento social. (BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19, 2020, p. 17).

Como estatísticas, o Boletim da FIOCRUZ, atesta que os bairros com altíssima concentração de contaminação e por consequência de aumento da letalidade. “[...] favelas apresentam maior letalidade (19,47%), o dobro em relação aos bairros considerados “sem favelas” (9,23%), indicando tanto a falta de acesso ao diagnóstico em tempo adequado, como problemas de acesso aos serviços de saúde de mais complexidade assistencial” (BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID-19, 2020, p. 17).

Teremos assim evidências de que a COVID-19, afetou drasticamente a população das periferias urbanas. Destarte, serão considerados vários elementos que acentuam os efeitos da COVID-19 nesses territórios dentre os quais apresentam-se: a precariedade no acesso aos serviços de saúde; a falta de abastecimento de água e saneamento básico; a fome e insegurança de renda; o contágio nos transportes coletivos; e o descumprimento do isolamento e distanciamento social.

Dessa forma, poderemos conduzir nossa problematização para observar os impactos supracitados a partir da percepção das necessidades sociais, que foram agudizadas pela pandemia. As periferias são cotidianamente reconhecidas como espaços de exclusão, de segregação social e de “mascaramento” da realidade. Com a pandemia da COVID 19, esse cenário fica ainda mais complexo, o que implica na necessidade de um olhar científico apurado para o enfrentamento dessas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

3 NECESSIDADES URBANAS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID -19

Para discutir sobre as necessidades urbanas, faz-se necessário trazer conceitos teóricos metodológicos sobre as necessidades humanas, independente do território onde estarão. Cada espaço define as necessidades de acordo com as vivências dos indivíduos. Estaremos então compreendendo necessidades sociais que ultrapassam os limites do individual, chegando ao que poderemos conceituar de necessidades coletivas.

Heller afirma que, no que tange ao conceito de necessidades sociais em Marx,

[...] a satisfação social – ou às vezes comunitária – das necessidades. É esta uma interpretação *não econômica* que serve para definir ou expressar o fato de que os homens possuem necessidades não só produzidas socialmente, mas também necessidades unicamente *susceptíveis de satisfação* mediante a criação de *instituições sociais* relativas a elas. Por exemplo, na sociedade moderna, a satisfação da necessidade de aprender somente o possível através de instituições adequadas para a instrução pública. O mesmo pode se dizer no tocante à necessidade de proteger a saúde, e no que se refere a inúmeras espécies de necessidade cultural e mesmo à necessidade de comunidade. (Neste último caso não é necessária a criação de instituições específicas. Pois se trata de uma necessidade de satisfação somente possível *na vida comunitária*.) (HELLER, 1986, p. 83).

Tal referência nos auxilia na compreensão de que a vivência coletiva demanda da “criação” de necessidades humanas que se tornam necessidades coletivas. Esta visão, transportada para o espaço urbano periférico, faz-nos compreender como a vivência nos espaços urbanos dependem de vários âmbitos. Essas necessidades sociais de caráter coletivo envolvem as instituições sociais, dentre as quais daremos destaque ao papel do Estado.

Para Lefebvre (2000) quando trazemos à tona o papel do Estado projetamos um ente com capacidade de reduzir contradições, ou seja, a redução e o reducionismo aparecem então como meios ao serviço do Estado. O autor afirma ainda que não se trata de construções ideológicas, que se relacionam a modelos de governo, mas sim ao serviço do Estado e do poder em geral.

No entanto, temos um desenho contraditório pois

[...] a cidade se coloca em perspectiva como um campo de batalha, e é frequentemente a vista de um assento [uma sede], pois a guerra gira em torno das cidades; torna-se-as, viola-se-as, saqueia-se-as; são os lugares da riqueza, ao mesmo tempo “objetos” ameaçadores e ameaçados, e “sujeitos” da acumulação, portanto da história (LEFEBRE, 2000, p.379 - 380).

Desta forma, quando passamos a compreender a realidade atual, impactados pela COVID 19, começamos a perceber, ainda que de forma prematura, o quanto as necessidades sociais nos espaços urbanos definem as vivências, a cultura, a política, a economia, a religião e outros aspectos. Com o avanço da pandemia foram estabelecidas pelas autoridades sanitárias mundiais medidas de enfrentamento a redução do contágio que podem ser vistas como verdadeiros desafios para as periferias: isolamento social em cubículos; lavagem e higienização das mãos em lugares que não tem fornecimento de água regularmente; redução de aglomerações onde trabalhadores dependem de transporte público; #fiqueemcasa para trabalhadores informais, que fazem sua renda dia após dia nas ruas dos centros urbanos.

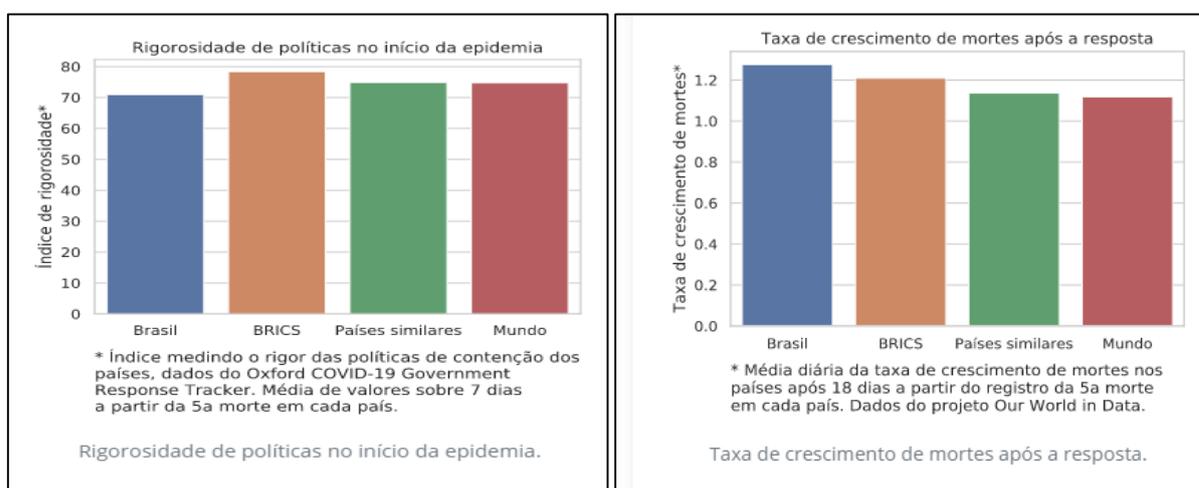
Em algumas linhas conseguimos enxergar quatro grandes problemas que podem, ao final da pandemia, ter resultados ainda mais drásticos que as mortes por COVID 19, que será o retrocesso no direito à cidade para aqueles que à mantem de pé: a classe trabalhadora. Discutiremos brevemente alguns desses problemas a seguir.

3.1 Isolamento social em moradias precárias

As medidas de prevenção ao contágio da COVID 19 são bastante desafiadoras para os países mais pobres do mundo, por serem medidas que exigem uma mobilização coletiva e atinge aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Para o caso do Brasil, as medidas de isolamento e distanciamento social afetaram fortemente as populações mais pobres, com realidades e necessidades sociais ainda mais agudizadas, considerando a extensão territorial e marcadamente desigual do país, especialmente quando tratamos da questão da moradia.

Segundo o Observatório COVID BR o Brasil teve dificuldades na adoção de rigorosidade nas medidas de contenção e justamente essa “ausência” na rigorosidade, que implicou no aumento substancial do número de mortes. Os gráficos abaixo fazem a seguinte comparação:

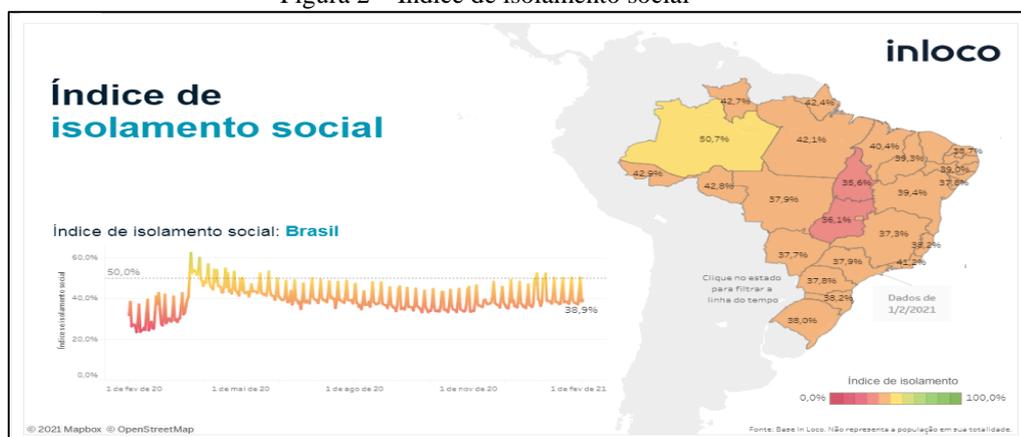
Gráfico 2 – Rigoridade de políticas no início da pandemia e taxa de crescimento de mortes



Fonte: OBSERVATÓRIO COVID 19 BR

Em janeiro de 2021, os percentuais de isolamento social estiveram ainda mais flexíveis, que pode ser demonstrado no mapa abaixo:

Figura 2 – Índice de isolamento social



Fonte: MAPA BRASILEIRO DA COVID, 2021

Consideramos que no Brasil, o “afrouxamento” das medidas de isolamento e distanciamento social causaram mais mortes que em outros países do mundo. Em países marcadamente periféricos, como é o caso do nosso, o crescimento urbano aconteceu e ainda acontece de forma horizontal e extensiva. Essa realidade foi construída historicamente, principalmente com a “expulsão” da população de baixa renda, a população mais pobre, para as periferias, para os espaços sem condições de moradia e com menor, ou até nenhuma, oferta de infraestrutura e serviços urbanos.

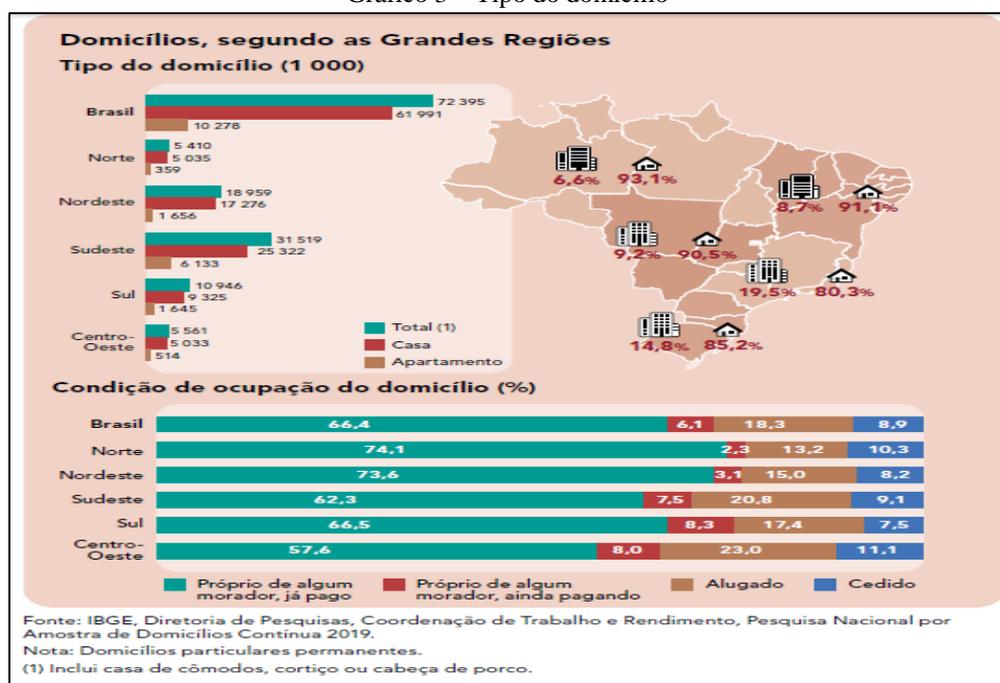
Quando passamos a refletir sobre as condições de moradia para os trabalhadores, Engels afirma que

[...] o que se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas particulares; e, para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento. E a única razão pela qual essa escassez de moradia passou a ser tema frequente é que ela não se limitou à classe dos trabalhadores [...] (ENGELS, 2015, p. 38).

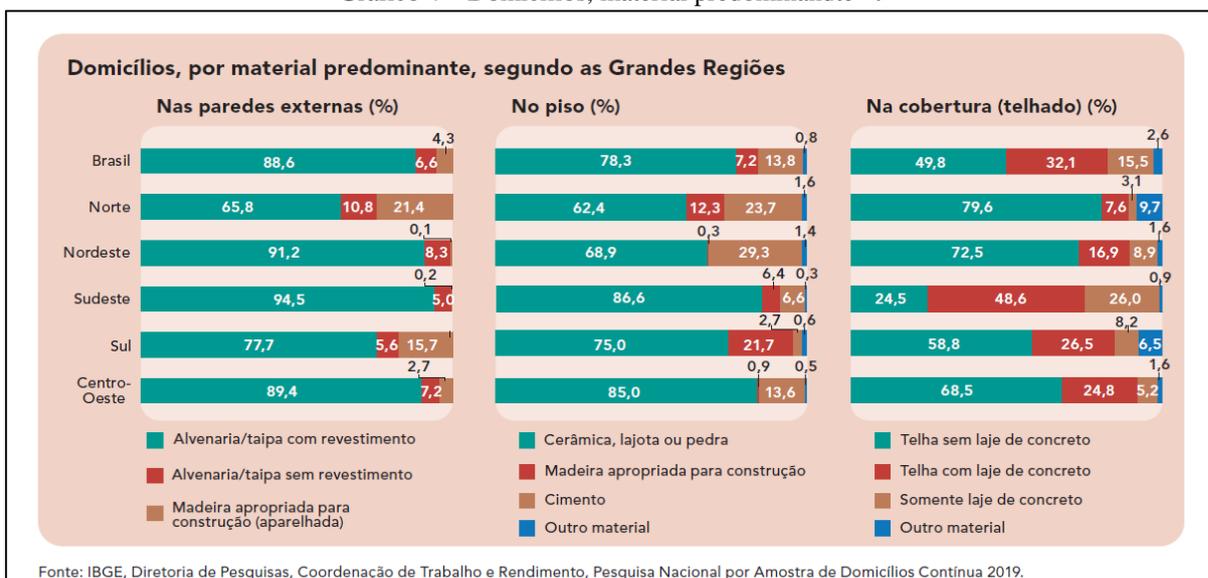
O autor faz referência às condições de moradia dos trabalhadores com a expansão da industrialização e, posteriormente, da mercadorização das cidades que reforçam a “expulsão” dos trabalhadores para espaços urbanos socialmente segregados.

Segundo levantamento do IBGE, os domicílios brasileiros tem as seguintes características, apresentadas nos quadros abaixo:

Gráfico 3 – Tipo do domicílio²



² Dados estimados de aproximadamente 168 mil domicílios que participaram da amostra da pesquisa ao longo dos quatro trimestres dos referidos anos (2012-2019).

Gráfico 4 – Domicílios, material predominantemente³:

Através destas estatísticas oficiais podemos observar que parcelas significativas da população brasileira ainda possui moradias em condições precárias, em casas de taipa, sem pisos apropriados e coberturas simples. É importante ressaltar que, muitas dessas pesquisas de amostragem não contemplam toda a realidade, como as das favelas, morros e ocupações, que muitas vezes estão alocadas em espaços denominados como “ilegais”.

Para tanto,

A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana. A orientação de investimentos dos governos municipais revela um histórico comprometimento com a captação da renda imobiliária gerada pelas obras (em geral, viárias), beneficiando grupos vinculados ao prefeito de plantão. Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública. (MARICATO, 2003, p. 158).

Ao reconhecer a concretude destas desigualdades de moradias percebemos como os sujeitos sociais, expostos a condições precárias de habitação, são afetados. Quando tratamos de moradias precárias, não nos reportamos apenas a casas com dimensões estruturais, mas também às condições de localização, de saneamento básico, de redes assistenciais, de acesso às políticas públicas, entre outros aspectos. Logo, ao tratarmos das periferias urbanas, percebe-se que

Este tipo de aglomeração urbana, bastante disseminado pelo país, concentra domicílios com elevado grau de carências, tanto em relação à oferta de serviços públicos como em relação a padrões urbanísticos e de moradia. Além disso, mesmo quando existe segurança de permanência no local, muitas dessas áreas se localizam em zonas de risco ambiental. Assim, a favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem água, sem luz (PASTERNAK, 200?, p. 180).

Moradias como estas, estruturadas de maneira precária e sem recursos básicos para uma vivência adequada, se tornam um grande desafio no cenário de pandemia. “Agora, com a

³ Dados estimados de aproximadamente 168 mil domicílios que participaram da amostra da pesquisa ao longo dos quatro trimestres dos referidos anos (2012-2019).

pandemia, como é possível evitar a contaminação de várias pessoas da mesma família morando em um local sem janelas suficientes e cômodos para que um possível doente possa se isolar?” (MACKENZIE, 2020).

Então, surge o questionamento: como fazer o isolamento social em condições tão precárias? Como realizar distanciamento social onde muitos dividem um espaço habitacional tão pequeno? Como exigir dessas famílias que mantenham as medidas protetivas, considerando que as pessoas sequer têm condições dignas de vida?

Dessa forma, fica muito evidente a ausência de estratégias de enfrentamento à pandemia que contemplem as periferias urbanas dentro das suas necessidades, pois a COVID 19 articula dois componentes críticos: a desigualdade e a segregação socioespacial. Esses componentes contribuíram com o espalhamento do vírus entre os mais pobres. Faz-se necessário e urgente a adoção de medidas que possam alcançar as periferias, na perspectiva de minimizar os efeitos da disseminação do vírus entre os mais pobres.

Constata-se cientificamente que o isolamento social é uma medida eficaz, contudo, faz necessário implementação de políticas de direito à cidade, que, nas palavras de Lefebvre trata-se de “[...] um apelo, uma exigência. [...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado com direito à vida urbana, transformada, renovada. (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

A esse direito renovado, a vida urbana transformada inclui-se a necessidade de políticas de moradias dignas, planejadas e reconhecidas em espaços urbanos legalizados e reconhecidos pelo Estado. Lamentável é perceber que é necessário uma pandemia para “descortinar” as periferias urbanas, ultrapassando os espaços teóricos, mostrando a realidade desses territórios e questionando a existências de políticas sociais efetivas para combater não apenas as intituladas vulnerabilidades sociais, mas para, acima de tudo, salvar vidas.

3.2 Fornecimento de água potável

Quem poderia imaginar que o simples ato de lavagem das mãos seria uma estratégia para o combate à uma pandemia? E mais, quem poderia imaginar que estando no século XXI, em um mundo globalizado, com economias avançadas, tecnologias inovadoras, precisaríamos tratar das condições de acesso a água potável para o combate a uma doença? Entretanto, por mais “ultrapassada” que seja essa discussão, ela vem à tona com o avanço da COVID 19 nas periferias urbanas.

O Brasil possui uma legislação específica sobre o fornecimento de água, como bem público: a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Dentre outras definições, o Art. 1º desta legislação tem por base os seguintes fundamentos:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- [...]
- V - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Acrescenta-se ainda que a Resolução nº 64/292, de 2010, da Assembleia Geral da ONU “reconhece que o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano essencial para a plena fruição da vida e de todos os outros direitos humanos”.

Logo, percebe-se que, legalmente, a água é um bem público, uma necessidade coletiva, um direito que não deve ser negligenciado. Contudo, como panorama estatístico, o Instituto Trata Brasil, criando em 2007, divulga um estudo sobre o fornecimento de água potável por região brasileira:

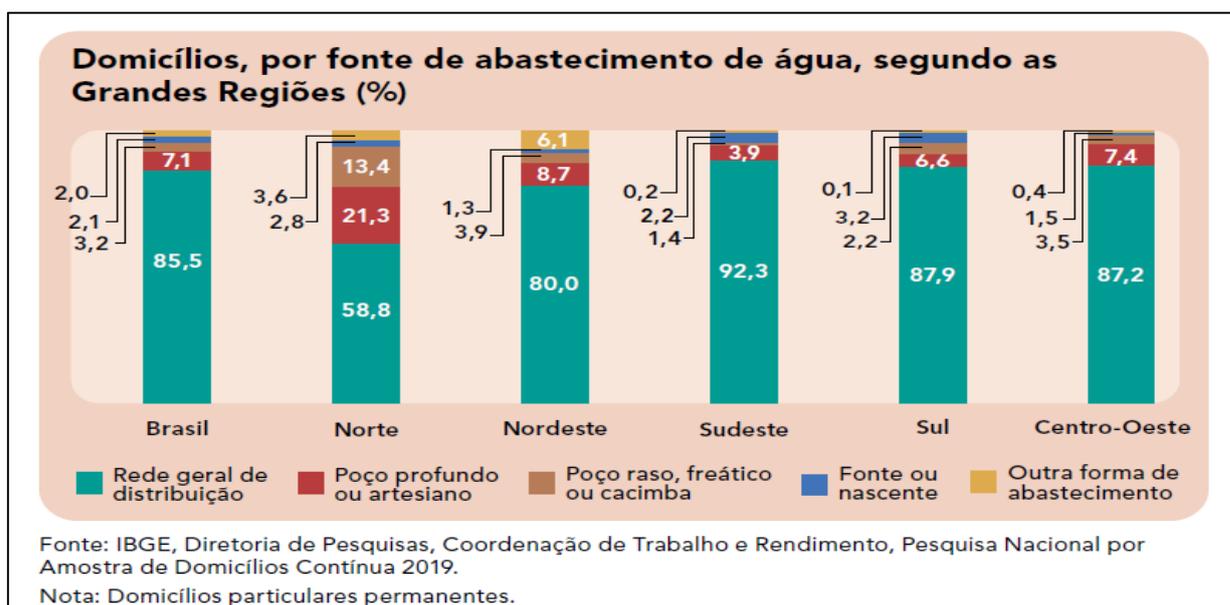
Quadro 2 – Fornecimento de água potável

REGIÃO BRASILEIRA	PERCENTUAL DE FORNECIMENTO
Região Norte	57,5% da população
Região Nordeste	73,9% da população
Região Centro-Oeste	89,7% da população
Região Sudeste	91,1% da população
Região Sul	90,5% da população

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, 2019

Segundo o IBGE (2019)

Gráfico 4 – Domicílio por fonte de abastecimento⁴



Percebe-se, com essas informações, que o fornecimento de água potável ainda precisa alcançar um percentual relevante da população brasileira, mais expressivo nas regiões norte e nordeste. O impacto desta informação estamos vivenciando nos dias atuais, quando notamos a necessidade da água, que é um direito público, para o combate a uma pandemia.

Isso nos conduz ao nosso caminho inicial, que é perceber as problemáticas nas periferias urbanas, que

⁴ Dados estimados de aproximadamente 168 mil domicílios que participaram da amostra da pesquisa ao longo dos quatro trimestres dos referidos anos (2012-2019).

No caso particular da água, isso é ainda mais alarmante. Uma das ações recomendadas pelos médicos, sanitaristas e infectologistas como uma das formas mais eficazes de contenção do novo coronavírus é a lavagem frequente das mãos com água e sabão. Como lavar as mãos sem água? [...] Portanto, estas pessoas estão muito mais expostas do que outras às possibilidades de contágio. (MAGALHÃES, 2020, p.81).

Evidencia-se que o problema do abastecimento de água sempre foi real nas periferias, nos espaços urbanos ocupados desordenadamente, por motivos teoricamente analisados a muitos anos. As periferias são, por sua natureza estrutural, espaços socialmente desiguais, com moradias precárias construídas muitas vezes por seus próprios moradores; são espaços urbanos construídos sem a orientação arquitetônica necessária para moradia adequada; e mais sem saneamento básico necessário para a garantia de direitos “simples” como o fornecimento de água.

A maior parte das favelas apresenta densidade populacional elevada, habitações precárias, mais de uma família coabitando o mesmo imóvel. Além disso muitas favelas não possuem abastecimento regular de água. A estrutura das casas nem sempre permite a instalação de caixas de água. Em muitas favelas mais precárias, nas regiões Norte e Nordeste o abastecimento por rede é inexistente assim como as instalações hidrosanitárias.[...] Por outro lado, os sistemas de coleta de esgoto também são precários ou inexistente, expondo os moradores ao contato com as águas contaminadas. (BRITTO, 2020, n. p.).

Se expandirmos o olhar sobre o universo das favelas para as ocupações desordenadas que formam o território brasileiro poderemos mensurar, minimamente, as dificuldades enfrentadas por comunidades inteiras que precisam da água para combater a contaminação pela COVID 19. É o que afirma Britto “A pandemia expõe uma dívida histórica do poder público e dos prestadores dos serviços de saneamento básico com essas populações, que tem seus direitos básicos negados”. (BRITTO, 2020, n.p).

Contudo, muitos caminhos podem ser traçados para minimizar o problema, dentre os quais destacamos

[...] é imprescindível garantir o abastecimento contínuo para as favelas que dispõem de sistemas de distribuição com desempenho precário. Um dia sem água, por problemas técnicos, que são recorrentemente alegados pelos prestadores, pode comprometer as medidas de higiene necessárias para conter o avanço da pandemia. *Nesses casos o abastecimento por carros pipas deve ser imediatamente mobilizado. Para isso é necessário que os prestadores mantenham um monitoramento constante do abastecimento, o que só é possível com a construção de parceria com entidades locais.* Os carros pipa também devem ser disponibilizados para bairros periféricos sem acesso à rede, ou para aqueles que, por problemas de incompletude nos sistemas de distribuição, possuem redes sem água (grifo nosso) (BRITTO, 2020, n.p, grifo nosso).

Todas essas estratégias dependeram da ação Estado, em parceria com as próprias comunidades, que precisam ser enxergadas e mensuradas diante de sua realidade social.

A concretização do espaço urbano desigual se aprofundou com a pandemia, se aprofunda todos os dias em que precisamos discutir sobre qual é a realidade das periferias, sobre cada dado divulgado, sobre cada análise social que é feita, ainda que de forma prematura. O fato importante é que temos muitas pessoas sendo contaminadas pela COVID 19 por não possuírem condições dignas de fornecimento de água e saneamento básico, o que agrava drasticamente a situação das comunidades alocadas em áreas periféricas.

3.3 Transporte público de massa

As primeiras medidas sanitárias de enfrentamento à COVID 19 como o distanciamento e o isolamento social fizeram cair a demanda pelo transporte público e impactou na mobilidade urbana. Contudo, é preciso discutir que o isolamento social não foi uma medida possível para todas as pessoas nas cidades o que reforça a desigualdade nos espaços urbanos, como já foi dito anteriormente. A classe trabalhadora, que depende do transporte público, foi impactada com várias medidas adotadas para conter o avanço da pandemia como a diminuição da frota de ônibus e o recorrente afrouxamento do isolamento social que ocasiona aumento na lotação dos transportes públicos de massa.

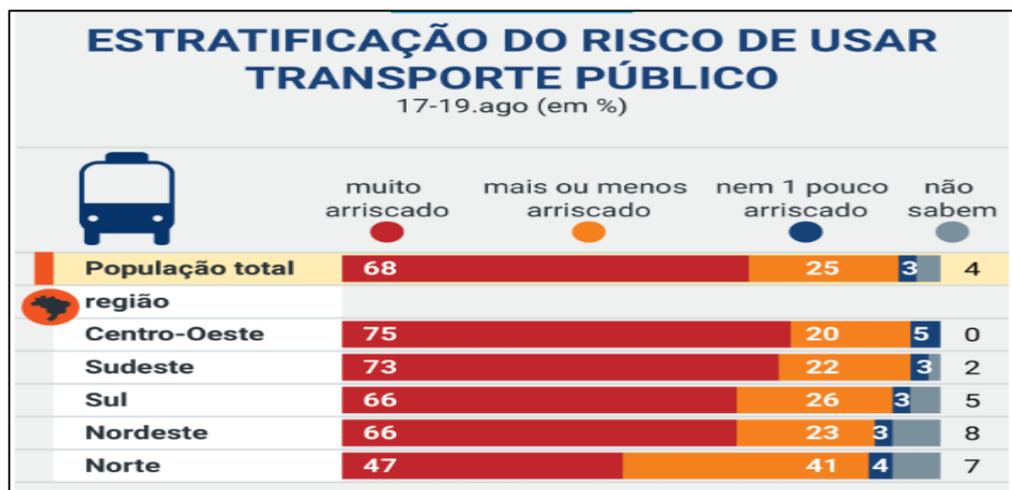
É fato que

Nas grandes cidades brasileiras, de forma contraditória, a população com mais recursos, de forma geral, é usuária cativa do transporte individual mesmo tendo residência nas proximidades das áreas centrais, de maior densidade, onde há maior oferta de infraestrutura e serviços de transporte público e ativos de deslocamento. Enquanto isso, a população mais vulnerável, que é extremamente dependente dos modos coletivos e ativos de transportes, não é atendida de forma eficiente (GOMIDE et al., 2006; PEREIRA et al., 2019).

Cotidianamente, os trabalhadores das cidades utilizam o transporte público de massa para se locomoverem e esse meio de locomoção é utilizado como um instrumento de mobilidade social. Durante a pandemia, a insegurança nos transportes públicos gerou temor nos usuários, por ser considerado um espaço público muito difícil para fazer o distanciamento social.

A pesquisa Poderdata (2020) realizada nos primeiros meses da pandemia apresentou os seguintes dados:

Gráfico 5 – Estratificação do risco de usar transporte público



Fonte: PODERDATA, 2020

Assim, fica evidenciado que a população usuária dos serviços públicos de transporte de massa tem consciência do risco que correm ao utilizar esses serviços durante a pandemia. Contudo, é preciso compreender que a problemática do transporte público vem associada a um processo histórico de restrições de direitos a mobilidade urbana para moradores

de periferias. Essas restrições estão implicadas nos diversos âmbitos da vida urbana, gerando impactos nas relações de trabalho, lazer, cultura, acesso à serviços públicos, acesso aos grandes centros econômicos e outras demandas afins.

A estudiosa Jane Jacobs aponta vários panoramas para análise da mobilidade urbana nos grandes centros a partir de transportes públicos de massa. Em destaque temos

Comunicação e transporte bons não são apenas difíceis de obter; são também necessidades básicas. A questão fundamental nas cidades é a multiplicidade de escolhas. É impossível aproveitar-se dessa multiplicidade sem ter condições de se movimentar com facilidade. E a multiplicidade de escolhas nem existiria se não pudesse ser estimulada por usos combinados. Além disso, o alicerce econômico das cidades é o comércio. [...] A troca de ideias, serviços, habilidades e mão de obra, e certamente de produtos, exige transporte e comunicação, fluentes. (JACOBS, 2011, 378-379).

A autora pontua a necessidade de aprimoramento de estratégias de mobilidade urbana com o que ela intitula como sendo uma “multiplicidade de escolhas”, da qual interpretamos como sendo uma proposta de diversificação de meios de transporte no sentido de minimizar os efeitos nocivos do uso excessivo de automóveis e similares no ambiente urbano.

Com a pandemia da COVID 19, essas configurações urbanas sofreram grande impacto e no transporte público não foi diferente. Um grande entrave está na discussão sobre a diminuição do uso desses meios de locomoção, que segundo os empresários da área. Em entrevista à Folha de S. Paulo, representantes da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos informaram que

No começo da pandemia, a NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos) projetou que 2020 terminaria com 80% do número de passageiros regulares e com toda a frota já circulando. Mas não foi o que ocorreu. O ano terminou com 61% do número usual de passageiros e 80% da frota em operação. Com isso, o resultado financeiro também frustrou expectativas. O setor de transporte coletivo no país registrou um prejuízo de R\$ 9,5 bilhões em 2020. O resultado ficou 8% abaixo das estimativas. Inicialmente, o setor esperava uma perda de R\$ 8,8 bilhões. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Com esse dado, a conta se torna muito fácil de ser resolvida: prejuízo para empresários implica em diminuição da oferta do serviço. Essas mudanças estão previstas para o ano de 2021, conforme a mesma entrevista

O setor já não vinha conseguindo equilibrar as contas apenas com a receita das tarifas pagas pelos usuários”, diz ele. “Com a pandemia e o distanciamento social, a demanda chegou a cair 80% em 2020, deixando claro que esse modelo não é mais sustentável.” Segundo o assessor especial do SPUrbanuss (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo), Francisco Cristovam, ao menos 15% do total de 390 companhias que operam nas capitais e no Distrito Federal deixaram de operar em 2020 —alguns apenas suspenderam o serviço, mas muitas devolveram a concessão para o setor público. (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Logo, a justificativa do transporte público “falido”, com “oferta maior que a demanda” já vem maximizando os problemas dos trabalhadores das periferias que dependem desse meio de locomoção. E, diante do panorama atual, esse é um grande impasse. As propostas anunciadas vão desde a discussão em torno: do valor das tarifas; das gratuidades para públicos específicos, garantidos por legislação; da proposta de um marco regulatório, baseado em subsídios financeiros para o setor; e a privatização do serviço.

O efeito dessa discussão já pode ser visto no início do mês de fevereiro de 2021, quando houve a paralisação dos motoristas de BRT na cidade do Rio de Janeiro. No dia 01 de fevereiro de 2021, o site G1 trouxe a seguinte notícia

Uma paralisação de motoristas interrompe, desde o fim da madrugada desta segunda-feira (1º), os serviços do BRT do Rio. Praticamente todas as estações dos três corredores nem sequer abriram. No último fim de semana, o presidente-executivo do BRT Rio, Luiz Martins, disse que o consórcio não tinha recursos em caixa "sequer para pagar a segunda parte do salário de janeiro", prevista para sexta-feira.

[...]

Nos pontos atendidos pelos coletivos articulados do BRT, depois de filas enormes, ônibus regulares saem superlotados — com muita gente sem máscara.

[...] Desde antes da pandemia, as empresas que operam o sistema reclamavam de desequilíbrio financeiro, com um elevado calote de usuários. O consórcio afirma que o cenário foi agravado com a suspensão de atividades na quarentena e a queda no volume de passageiros (G1, FEVEREIRO, 2021).

Esse exemplo ilustra os impactos da pandemia que afetam diretamente a classe trabalhadora que depende desse transporte público de massa para manter a cidade, os espaços urbanos, funcionando.

Inúmeras estratégias poderiam integrar as tentativas para a melhoria do transporte público de massa: aumento e melhoria na oferta do serviço; contrapartida no financiamento público do serviço de transporte; políticas de gratuidade; a garantia da segurança nos transportes; tarifas com preços acessíveis a renda dos usuários. Os benefícios seriam coletivos, estendendo-se à todos os sujeitos sociais que formam a cidade.

Os usuários de transporte público beneficiam toda a sociedade, pois mantêm baixos custos sociais relacionados ao transporte (poluição, trânsito). Beneficiam até mesmo as pessoas que não usam o transporte público. [...] Os gastos do sistema de transporte coletivo deveriam ser partilhados pelos beneficiados, ou seja, divididos em todos os cidadãos.[...] a gratuidade funciona como um incentivo aos cidadãos para que usem os meios públicos de locomoção, aumentando os benefícios sociais (PESCHANSKI, 2013, p.62).

Assim, faz-se necessário o aprofundamento desta discussão no famigerado pós-pandemia, para que possamos perceber os reais impactos sofridos pela população mais pobre, situadas nas periferias urbanas, e ainda possamos somar forças na compreensão e efetivação do direito à cidade, que também está pautado na oferta de um transporte público de massa de qualidade, como uma política pública efetiva, conforme preconiza as legislações que tratam da cidade para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MOVIMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À PANDEMIA

A pandemia da COVID 19 é, sem dúvida, o maior dos desafios para humanidade deste século. Combater um inimigo invisível trouxe à tona todas as necessidades coletivas que são definidas a partir de necessidades individuais. A pandemia “ensinou” que para ter a saúde garantida, como bem individual, é preciso aprender a cultivá-la coletivamente.

Então, é necessário problematizar os direitos sociais historicamente conquistados

Garantir que as medidas adotadas para enfrentar as pandemias e suas consequências incorporem de maneira prioritária o conteúdo do direito humano à saúde e seus determinantes básicos e sociais, como acesso a água potável, acesso a alimentação nutritiva, acesso a meios de limpeza, moradia adequada, suporte em saúde mental; assim como respostas para a prevenção e atenção das violências, assegurando efetivo amparo social, incluindo, entre outros, a outorga de subsídios, rendas básicas ou outras medidas de apoio econômico. (CIDH-OEA, 2020, p. 08).

Entretanto, faz-se necessário e urgente compreender e reconhecer que, a garantia dos direitos sociais é fruto da mobilização social, dos movimentos sociais, e no caso específico da discussão levantada neste texto, dos movimentos pela reforma urbana e pelo direito à cidade.

A pandemia trouxe à tona as necessidades sociais coletivas cobradas historicamente pelos movimentos sociais urbanos e foram exatamente esses movimentos, dentro das comunidades periféricas que jogaram “luz” em todos os impactos que uma crise sanitária trouxe para a classe trabalhadora. Contudo, não podemos deixar de compreender os desafios em manter as

[...] mobilizações dos movimentos sociais, que muitas vezes requerem práticas de maior enfrentamento do que simplesmente o ato de andar pelas ruas, até porque podem trazer consigo lutas emergenciais, sendo não raramente integradas por causas que dizem respeito à própria sobrevivência de seus integrantes. São movidas por um sentimento de revolta e têm por finalidade resgatar a dignidade humana que fora violentada por ação ou omissão do próprio Estado ou entes ligados ao poder econômico privado (MAIOR, 2013, p. 83-84).

Sejam as demandas por moradias dignas, seja por água, seja por saneamento básico, seja por transporte público de qualidade, todas as demandas das comunidades periféricas são legitimadas por dados que extrapolam as estatísticas e desmascaram a realidade dura dos espaços urbanos segregados. E a luta por melhoria das condições de vida sempre partiu da base, dos movimentos comunitários, da luta diárias daqueles que se organizam para buscar uma cidade justa para todos. Movimentos que lutaram e ainda lutam por Reforma Urbana que defendem, dentre muitas coisas um “[...] padrão de consumo menos predatório, mais éticos, mais igualitários, mais humanos, mais sustentáveis”. (MARICATO, 2011, p. 97).

Com a pandemia foi possível ver relatos a partir da mídia, internet, lives e outros tantos mecanismos de comunicação que divulgam a força dos movimentos sociais dentro das comunidades afetadas pela crise sanitária. São eles que trazem à tona a necessidade social coletiva das comunidades.

Desde o início da pandemia, os moradores das periferias urbanas demonstraram claramente sua capacidade de organização: criaram redes de solidariedade voltadas para uma intervenção imediata em relação às urgências impostas pelo contexto sanitário; pleitearam e se mobilizaram em torno da garantia ao acesso a insumos de higiene para a proteção sanitária, como álcool e sabão, para lavar as mãos e acesso a alimentos; evidenciaram e cobraram do Estado, numa prerrogativa legal, o acesso à renda mínima para a manutenção de condições básicas como a moradia e a alimentação.

O associativismo é parte da história da favela e sempre foi uma condição para sua possibilidade de existência na cidade, seja na luta contra a política de remoções de diferentes governos em diferentes momentos históricos, seja nos mutirões para autoconstrução de casas, de redes próprias de água tratada e a energia elétrica (comissões de luz), etc. Sem deixar, portanto, de reconhecer a enorme força mobilizadora que gerou a diversidade de iniciativas locais que se multiplicaram nas favelas. Essa movimentação toda enfrenta limites (LIMA, et. Al, 2020, p. 18).

Contudo, é preciso afirmar que, com quase um ano de pandemia, os problemas aqui relatados persistem e são agravados por “novos” elementos como

[...] a sobrevivência econômica está ameaçada por diversos fatores: o desemprego estrutural e a baixa escolarização entre os moradores do território; o fim do auxílio emergencial; a elevação criminosa de preços de itens da cesta básica; e da diminuição drástica das campanhas de doação de cestas de alimentos e itens de primeira necessidade (LIMA, 2020, p. 09).

Os fatores supracitados demonstram como o olhar consistente e contínuo para as periferias urbanas é necessário tanto durante a pandemia como no pós-pandemia. Para o morador de espaços urbanos periféricos “lidar com questões da pandemia, é muito mais difícil, porque não tem as mesmas oportunidades que outros cidadãos. Nem sempre o morador tem direito a fazer a quarentena, falta água para fazer sua higiene e falta espaço nas ruas e nas casas para fazer o distanciamento” (DUTRA, 2020, p. 13).

Para tanto, é imprescindível estender o debate em torno da força da mobilização social nas periferias, pois é indiscutível o papel bastante relevante que as mesmas tem na cobrança por ações efetivas do Estado na defesa da vida de quem vivem em periferias urbanas, na organização das comunidades, na comunicação nas periferias, dentre outros elementos. A COVID 19, mesmo com todo seu poder nocivo, ajudou a compreender a realidade desigual em nosso país e estendeu o debate para além dos muros da teoria, trazendo à tona a necessidade de uma luta coletiva para o enfrentamento de questões históricas.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO da disseminação do novo coronavírus. **Reuters Grafics**. 2021. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/> Acesso em : 04 jan 2021.

A PANDEMIA nas periferias urbanas. **Entrevista com Férrez. TV 247**. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iDyTpaMMg8A> Acesso em: 05 jan 2021.

BOLETIM Observatório Covid-19 após 6 meses de pandemia no Brasil. **BOLETIM OBSERVATÓRIO COVID**. FIOCRUZ. Edição Oficial. 2020. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19> Acesso em: 25 jan 2021.

Brasil registra 1.439 mortes por Covid em um dia, e total chega a 221,6 mil. **CONSÓRCIO DE IMPRENSA**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/28/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-28-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acesso em: 25 jan. 2021.

Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. **Folha de São Paulo**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml> Acesso em: 26 jan 2021.

BRASIL. **Lei 9.433, de 8 de Janeiro de 1997**, que institui a Política Nacional de Recursos Híbridos. Brasília. 1997.

BRT no Rio não circula após paralisação de motoristas; cidade entra em estágio de atenção: Viações dizem não ter dinheiro para o salário dos rodoviários. Paes faz apelo, mas diz que não se abala 'com pressão'. **G1 Rio**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/01/estacoes-do-brt-estao-fechadas.ghtml> . Acesso em: 4 fev. 2021.

BRITTO, Ana Lúcia. **O direito à água nas favelas e periferias em tempos de Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/o-direito-a-agua-nas-favelas-e-periferias-em-tempos-de-covid-19-artigo/> Acesso em: 26 jan. 2021.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Conjuntura Socio-Econômica e Política recente e a Seguridade Social no Brasil**. Exposição no âmbito das disciplinas do Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão-UFMA de “Sistemas de Proteção Social no Brasil e na América Latina” e “Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas”. Universidade Federal do Maranhão, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Vol.48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). **Resolução 01/2020. Pandemia e Direitos Humanos**. 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/resoluciones.asp> . Acesso em 04 fev 2021.

DADOS e sobre o consumo de água por regiões. **INSTITUTO TRATA BRASIL**. 2019. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua> . Acesso em: 25 jan. 2021.

DUTRA, Renata. **REMOÇÕES EM PLENA PANDEMIA**. IN: Revista Radar Favela. Ed. 05. FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas> . Acesso em: 4 fev. 2021.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015. Estratificação do risco de uso do transporte público. **PoderData**. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/93-da-populacao-teme-usar-transporte-publico-por-causa-do-coronavirus/> . Acesso em: 25 jan. 2020.

GOMIDE, A. A.; LEITE, S. K.; REBELO, J. **Transporte público e pobreza urbana: um índice-síntese de serviço adequado**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília. 2006.

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades em Marx**. Traducido por J. F. Yvars. 2. ed. 1986. Feltrinelli Editore: Barcelona, 1974.

Impacto econômico da COVID-19 no Brasil: podemos culpar o isolamento social?. **OBSERVATÓRIO COVID 19 BR. JANEIRO 2021**. Disponível em: <https://covid19br.github.io/index.html> Acesso em: 26 jan. 2021.

IBGE. PNAD CONTÍNUA 2019. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019**. Publicado em 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf . Acesso em: 04 fev. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3º ed. WMF Martins Fontes: São Paulo. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **State, Space, World**. Edited by Neil Brenner and Stuart Elden
Translated by Gerald Moore, Neil Brenner, and Stuart Elden. University of Minnesota
Press.2009. (Tradução própria).

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006.

LEIVA, Guilherme de Castro; SATHLER, Douglas; FILHO, Romulo Dante Orrico.
Estrutura urbana e mobilidade populacional: implicações para o distanciamento social e disseminação da Covid-19. IN: Revista bras. Est. Pop., v.37, 1-22, 0118, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0118> Acesso em: 30 jan. 2021.

LIMA, André. **INCERTEZAS QUE FEREM CORPO E ALMA!** IN: Revista Radar Favela. Ed. 05. FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas> . Acesso em: 04 fev 2021.

LIMA, André; Et al. **Uma reflexão coletiva sobre a organização dos caminhos da luta das favelas e periferias no enfrentamento dos impactos da covid-19 e das desigualdades sociais**. IN: Revista Radar Favela. Ed. 05. FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas> . Acesso em: 04 fev 2021.

MAGALHÃES, Alexandre. **As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte**. IN: TESSITURAS: Revista de Antropologia e Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPEL). 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18909>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A vez do direito social e a descriminalização dos movimentos sociais**. IN: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. BOITEMPO. 2013. p. 83 – 88.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. IN: Revista Estudos Avançados, nº 17. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200013 . Acesso 30 ago. 2019.

_____. **O impasse da Política Urbana no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MAZZO, Aline . No país, 7 em cada 10 que moram em casas com algum tipo de inadequação são pretos ou pardos. **Folha de São Paulo**. 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/no-pais-7-em-cada-10-que-moram-em-casas-com-algum-tipo-de-inadequacao-sao-pretos-ou-pardos.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ONU. **Resolução nº 64/292 que dispõe sobre o direito à água e saneamento**. 2010. Disponível em:

https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

PESCHANSKI, João Alexandre. **O transporte público gratuito, uma utopia real**. IN: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. BOITEMPO. 2013. p. 59-63.

PASTERNAK, Suzana. São Paulo e suas favelas. 2020. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 30 jan. 2021.

PANDEMIA de coronavírus reforça desigualdades da população mais vulnerável. **OXFAM BRASIL**. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/less-billionaires-and-more-nurses-five-steps-rebuild-more-equal-world-after-covid-19>. Acesso em: 4 jan. 2021.